



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO - IFPE

Campus Recife

Departamento de Meio Ambiente, Saúde e Segurança – DASS

Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia – CGEO

FELIPE RIBEIRO GONZAGA MARANGONI

**A (RE)PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DIFERENCIADA E CONTRADITÓRIA DA
CIDADE: AS “DUAS FACES” DO BAIRRO DO RECIFE, RECIFE/PE**

Recife

2019

FELIPE RIBEIRO GONZAGA MARANGONI

**A (RE)PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DIFERENCIADA E CONTRADITÓRIA DA
CIDADE: AS “DUAS FACES” DO BAIRRO DO RECIFE, RECIFE/PE**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Departamento Acadêmico de Meio Ambiente, Saúde e Segurança – DASS, Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Adauto Gomes Barbosa.

Recife

2019

Ficha elaborada pela bibliotecária Emmely Cristiny Lopes Silva CRB4/1876

M311r

2019 Marangoni, Felipe Ribeiro Gonzaga.

A (Re)produção socioespacial diferenciada e contraditória da cidade: as “duas faces” do bairro do Recife, Recife/PE / Felipe Ribeiro Gonzaga Marangoni. --- Recife: O autor, 2019.

121f. il. Color.

TCC (Curso de Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Pernambuco, Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança - DASS, 2019.

Inclui Referências e apêndice.

Orientador: Professora Dr. Adauto Gomes Barbosa.

Felipe Ribeiro Gonzaga Marangoni

A (re)produção socioespacial diferenciada e contraditória da cidade: as “duas faces” do Bairro do Recife, Recife – PE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Recife, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Geografia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e **APROVADO** em 27 de junho de 2019 pela Banca Examinadora:

Adauto Gomes Barbosa (CGEO/IFPE) – Orientador
Doutor em Geografia – UFPE

Otávio Augusto Alves dos Santos (UFRPE) – Examinador Externo
Doutor em Desenvolvimento Urbano - UFPE

Igor Sacha Florentino Cruz (CGEO/IFPE) – Examinador Interno
Doutor em Geografia – USP

Recife – PE

2019

Esta construção é para a periferia

São para os empregados e empregadas domésticas, para os profissionais dos transportes públicos, para os profissionais de serviços gerais, para os garis, para os porteiros, para os seguranças, são para as crianças que brincam...

São para os professores.

Sem nós, o mundo não funciona.

AGRADECIMENTOS

A construção de um trabalho acadêmico nunca é singular. Há sempre a presença de pessoas que fazem com que tal construção seja possível. Durante a trajetória acadêmica, pude perceber que a caminhada nunca é solitária e a presença daqueles que nesses quatro anos e meio tive a oportunidade de conhecer, tiveram uma participação mesmo que mínima na minha construção profissional e pessoal. Estou prestes a concluir o ensino superior e é muito mais que um diploma, é mudar. E quando pensamos que já estamos embriagados de conteúdo, a lucidez torna e voltamos a beber das mais variadas fontes.

Agradeço às forças sobrenaturais, inexplicáveis até então pela ciência, pela contribuição singular neste percurso. Agradeço também a meu pai, que como primeiro incentivador desta caminhada, não me deixou desistir, a priori. Às minhas avós por nutrirem a esperança que seu neto um dia será doutor... já, já, chego lá. À minha tia Teté, por me ensinar a como viver a vida. À família Tomaz de Aquino, por me acolher e tornar-me um membro dela. Ao meu padrasto pela amizade; à minha madrastra por me encorajar na caminhada docente mostrando a realidade; e à minha irmã Leila, por seu amor incondicional.

Aos meus colegas de turma pelas aulas de campo inesquecíveis; a João Luiz pelas parcerias exitosas nos trabalhos acadêmicos; à Marinalva por ser uma pessoa incrível que me ensinou bastante coisas da vida; e aos amigos Natália, Lucas, Breno, Diogo, João Victor e Thiago, pela amizade que terei o prazer de cultivar para o resto da vida. Aos professores da Licenciatura em Geografia pela rica contribuição na minha formação profissional e pessoal, em especial ao meu orientador, Prof. Aduino, pela parceria e paciência durante todos esses anos de trabalho, que, assim como a Profa. Manuella, Profa. Fernanda Prof. Mário Mélo, Prof. Gustavo e Prof. Wedmo, são inspirações e exemplos de profissionais. Special thanks to Cyntia to teach me how to be a teacher and to encourage me to not giving up in such a profession, thank you so much. A mis amigos del español, muchas gracias les doy por hacerme reír de las cosas más hermosas de la vida.

Aos meus melhores amigos, Jéssica, Larissa, Letícia, Juliana, M. Evelyn, Irla, Carla, Marcos V. e Laiane, pela amizade sem prazo de validade, sem vocês, estar

aqui seria impossível. E a todos aqueles amigos que chegaram durante a caminhada e alimentaram positivamente o combustível para chegar até aqui e ir além, muito obrigado!

Por fim e com certeza o mais importante, gostaria de agradecer por tudo, pelo suporte, pela vida, pelo amor que nunca vi igual, pela educação, pelo porto seguro, pelos sonhos compartilhados, pela amizade, pelo companheirismo... por ser minha, conseguimos! Muito agradecido, MÃE!

Eu vi o mundo... Ele começava no Recife.

(Cícero Dias)

RESUMO

A (RE)PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DIFERENCIADA E CONTRADITÓRIA DA CIDADE: AS “DUAS FACES” DO BAIRRO DO RECIFE, RECIFE/PE

Formado por um istmo, o Bairro do Recife constitui um fragmento de importância histórica, cultural e econômica da cidade do Recife e tem sofrido intervenções urbanas que resultam num processo de (re)produção diferenciada do espaço, com benfeitorias no setor sul, onde o bairro está sendo requalificado para abrigar equipamentos de comércio e serviços voltados para o lazer e a economia criativa, enquanto o setor norte, na parte correspondente à Comunidade do Pilar, mantém a situação de precariedade urbana. Com o predomínio de atividades terciárias, as intervenções possibilitaram a implantação de equipamentos como bares, centro de artesanato, galerias de arte, centros culturais, museus etc., vislumbrando-se, em especial, o consumo da classe média local e de turistas. Enquanto isso, inserida na parte norte, está a Comunidade do Pilar, praticamente o único núcleo residencial do bairro e, mesmo depois da implantação de uma primeira etapa do Residencial Pilar, para a maior parte do projeto sequer há previsão de quando ou se será efetivamente implantada. Em face disso, a pesquisa teve por objetivo geral *analisar a (re)produção socioespacial diferenciada e contraditória do Bairro do Recife, considerando as transformações no setor sul e na Comunidade do Pilar*. A metodologia pautou-se na abordagem qualitativa e lançou mão dos seguintes procedimentos: observação direta em campo; registro fotográfico; uso de recursos audiovisuais; fontes informativas de sítios da internet; e entrevistas semiestruturadas com agentes responsáveis pela reprodução desse espaço. Constatou-se que as transformações em curso no bairro desde os fins da década de 1990 e, com ainda mais força, com as intervenções na zona do Cais do Porto, por meio do Projeto Porto Novo Recife, há um acirramento do processo de fragmentação socioespacial marcado por um “lado rico” e um “lado pobre”. Enquanto no setor sul as intervenções geram uma dinâmica ligada ao consumo, na Comunidade do Pilar a vida urbana é marcada pela segregação induzida. Tal processo é tanto produto da frágil presença do poder público, quanto da iniciativa privada, pois, apesar de a questão da inclusão social ser um dos vetores da atuação das empresas do segmento de Economia Criativa no bairro, na prática, prevalece a invisibilidade dessa comunidade.

Palavras-chave: Bairro do Recife. Empresariamento urbano. Comunidade do Pilar. Segregação socioespacial. Intervenções urbanas.

ABSTRACT

THE (RE)PRODUCTION OF SOCIAL SPATIAL DIFFERENTIATED AND CONTRADICTION OF THE CITY: THE “TWO FACES” OF RECIFE NEIGHBORHOOD, RECIFE/PE

Formed by an isthmus, the Recife Neighborhood constitutes a fragment of historical, cultural and economic importance of the city of Recife and has suffered urban interventions that results in a process of (re)production differentiated of space, with improvements in the south sector, where the neighborhood is being requalified to shelter equipment of trade and services turned for the leisure and the creative economy, while the north sector, in the part corresponding by the Pilar Community, keep the situation of urban precarity. With the predominance of tertiary activities, the interventions enable the implementations of equipment like bars, craft centers, art galleries, cultural centers, museums etc., glimpsing, specially, the local middle class and tourist consumptions. Meanwhile, inserted in the north part, there is the Pilar Community, practically the only residential core of the neighborhood and, even after the implantation of the first stage of Residential Pilar, to a bigger part of the project there is not even a forecast to when or if it's going to be effectively implanted. The research has as general objective to analyze the social spatial (re)production differentiated and contradictory of Recife Neighborhood, considering the transformation in the south sector and in the Pilar Community. The methodology was based on the approach qualitative and betake of the following procedures: direct observation in field; photograph register; use of audio-visual resources, informative internet sites sources; semi structured interviews with social agents and politics responsible for the reproduction of this space. It was found that the transformations in course in this neighborhood since the ends of the 1990 decade and, with more power, with the interventions in the Docks zone, though the Novo Recife project, have a worsening in the process of social spatial fragmentation marked by a “rich side” and a “poor side”. Meanwhile in the north sector, the interventions generate a dynamic connected to the consumption, in the Pilar Community the urban life is marked by the induced segregation. That process is as a fragile product of the public power presence, well as the private initiative, because, even though the social inclusion topic be one of the vectors of the actuation of companies from the creative economy segmentation in the neighborhood, in practice, prevails the invisibility of this community.

Key-words: Recife Neighborhood. Urban entrepreneurship. Pilar Community. Social spatial segregation. Urban interventions.

LISTA DE MAPA

Mapa 1 – Bairro do Recife.....	16
--------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – PIB Brasil 2015.....	28
----------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife - CESAR	34
Figura 2 - Os dois paços, o antigo e o requalificado	55
Figura 3 - Edifício-garagem e suas passarelas vistos a partir da perspectiva da Igreja Madre Deus	56
Figura 4 - Feira na Rua do Bom Jesus	58
Figura 5 - Torre Malakoff (A) e Paço do Frevo (B)	60
Figura 6 - Vista aérea da Praça Barão do Rio Branco (Marco Zero do Recife) ..	62
Figura 7 - Prédios às margens do Marco Zero. Da esquerda para a direita: edifício-sede do grupo João Santos, edifício London River Plate, Associação Comercial de Pernambuco e Caixa Cultural	63
Figura 8 - Cartão Postal da década de 1960. À esquerda, observa-se o edifício onde funcionava o Banco do Brasil e atualmente está o edifício do Grupo João Santos	64
Figura 9 - Terminal Marítimo de Passageiros	67
Figura 10 - Áreas do novo módulo Museu Cais do Sertão	70
Figura 11 - Centro de Artesanato de Pernambuco	71
Figura 12 - Parque linear às margens do estuário do Rio Capibaribe, na área requalificada do Cais do Porto	72
Figura 13 - Armazém 14 antes e depois da requalificação	74
Figura 14 - Manchete Diário de Pernambuco sobre protesto de artistas em relação ao Armazém 14	74
Figura 15 - Diferentes concepções e ângulos do Estacionamento Parador	76
Figura 16 - Transbordamento do Projeto Porto Novo Recife no Bairro de São José. A- Centro de convenções, B- hotel de luxo e marina, C- perfil dos dois empreendimentos, D- placa informativa dos empreendimentos	77
Figura 17 - Uso do espaço público com a pedestrianização da Av. Rio Branco	79
Figura 18 - Localização da Comunidade do Pilar em relação a outros pontos de referência do Bairro do Recife	83
Figura 19 - Contrastes de um mesmo bairro, ricos e pobres não tão distantes	86
Figura 20 - Precariedades urbanas da vida na Comunidade do Pilar	88
Figura 21 - Projeto de requalificação da comunidade do Pilar: 1- Mercado público; 2- Posto de saúde; 3- Creche; 4- Escola pública	92
Figura 22 - Quadras da Comunidade do Pilar	93
Figura 23 - A e B: Precariedade dos habitacionais do Pilar, por fora e por dentro	95
Figura 24 - Condições do sítio arqueológico no Pilar	96
Figura 25 - Possível localização do mercado público e requalificação de fachada histórica	98
Figura 26 - Precariedade urbana das ruas e becos da Comunidade do Pilar ..	100
Figura 27 - Placa informativa de investimentos da obra da escola pública	101
Figura 28 - Atividades relativas à política de lazer denominada Recife Antigo de Coração	104

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO RECIFE COMO METRÓPOLE E INSERÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE	29
3 A PERSPECTIVA DE ABORDAGEM E OS AGENTES DA (RE)PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO	38
4 UM BAIRRO, DUAS REALIDADES SOCIOESPACIAIS DIFERENTES	45
4.1 Uma primeira aproximação de casos de empresariamento urbano extralocal: Barcelona e Rio de Janeiro	46
4.2 As primeiras grandes intervenções e ações que requalificaram o bairro	54
4.3 Análise das intervenções do Projeto Porto Novo Recife	64
5 COMUNIDADE DO PILAR: SEGREGAÇÃO E INVISIBILIDADE	81
5.1 Várias formas de segregação e sua relação com a Comunidade do Pilar	84
5.2 O Projeto de Requalificação Urbana e Social da Comunidade do Pilar em “banho-maria”: avanços e recuos	91
6 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	110
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICES	119

1 INTRODUÇÃO

O Bairro do Recife é um dos principais bairros da área central recifense e tem grande importância por seu patrimônio histórico e arquitetônico, por ser um espaço de formação inicial da cidade. Exceto pela Comunidade do Pilar, onde se destaca a função residencial, a qual, porém, possui um patrimônio arquitetônico e cultural, a igreja de Nossa senhora do Pilar, no restante do bairro prevalecem atividades terciárias, ou seja, ligadas ao comércio e serviços. Vale destacar que os serviços públicos oferecidos nesse bairro estão relacionados à presença de vários órgãos, como o edifício-sede da Prefeitura Municipal, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco, dentre outros órgãos.

A presença desses equipamentos, atrelada a outras características que em geral se associam às áreas centrais das cidades, faz do bairro em contexto exercer centralidade urbana no âmbito não do Recife e de sua área metropolitana. A expressiva concentração de atividades terciárias ligadas ao comércio e serviços faz do dia a dia desse bairro, sobretudo nos fins de semana e feriados, um espaço de lazer para muitos moradores recifenses e da região metropolitana, além de turistas. Isso ocorre em vista da presença de diversos equipamentos voltados relacionados à boemia e à vida cultural, como bares, museus e centros culturais, espaços de maracatu, dentre outros.

Para o desenvolvimento da pesquisa acerca deste bairro e tomando por base a abordagem da (re)produção e da segregação socioespacial, tomou-se por base o pressuposto de que as transformações em curso na cidade do Recife e, em particular, no fragmento territorial do Bairro do Recife, são parte das contradições inerentes à produção da cidade do Recife como um todo e, por sua vez, esse processo que se manifesta na metrópole recifense expressa as contradições da produção espacial da periferia capitalista. Por sua natureza contraditória, tal processo é fundamentalmente desigual, seletivo e fragmentador. Por conta disso, mesmo numa escala espacial tão reduzida como um bairro da cidade, é possível identificar processos que se dão na cidade como um todo, de modo que o que é analisado nesse bairro pode ajudar a compreender a realidade de outras cidades brasileiras, mesmo tendo em vista que o

Recife e o bairro aqui estudado têm especificidades que precisam ser devidamente consideradas.

Isso dito, desde os fins da década de 1990, conforme será analisado adiante, esse fragmento territorial do Recife se tornou alvo de importantes intervenções urbanas com o intuito de promover a “revitalização” dessa área histórica onde, aliás, fica o Porto do Recife. O casario e os espaços públicos se encontravam bem degradados e, desde então, muitos deles passaram por reformas que propiciaram a abertura de equipamentos de comércio e serviços para o consumo da classe média local e para o impulso do turismo. Sem deixar de reconhecer a importância e necessidade de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, algo, aliás, muito expressivo no contexto do recorte espacial analisado, é válido destacar, também, que a transformação socioespacial do Bairro do Recife é um processo bastante seletivo, já que é nítido o conteúdo de classe na concepção das intervenções urbanas promovidas pelo poder público ou pela iniciativa privada, mas com a parceria do primeiro.

As preocupações em “turistificar” o bairro tem gerado como efeito visível na paisagem a conformação de duas realidades socioespaciais bem nítidas. Há intervenções com evidente caráter de empresariamento no fragmento sul do bairro, por meio de investimentos e benfeitorias como infraestruturas e equipamentos urbanos voltados para requalificar esse espaço para o consumo da classe média. Já na parte norte, particularmente na Comunidade do Pilar, há o relativo esquecimento e a ausência de uma atenção mais efetiva do Estado na provisão de melhorias para a população residente na Comunidade do Pilar, a despeito da implantação de um residencial, porém de forma muito lenta e sem previsão de construção da maior parte dos equipamentos coletivos contemplados no projeto, conforme também será analisado adiante.

De área degradada ao longo de algumas décadas, desde a década de 1970 quando o Complexo Industrial Portuário de Suape começou a funcionar e o Porto do Recife perdeu importância, até os fins da década de 1990, com as primeiras intervenções na Rua do Bom Jesus e na Praça do Arsenal, o Bairro do Recife tem se transformado num espaço cada vez mais atrativo para a iniciativa privada e no contexto do Recife, conta com boas condições de infraestrutura urbana.

Além de todo o conteúdo relacionado ao patrimônio arquitetônico e histórico, o traçado viário da cidade também favorece a integração do Bairro do Recife aos grandes eixos que lá se iniciam e se destinam a várias direções do espaço metropolitano. O bairro é também favorecido em relação à acessibilidade a outras localizações da metrópole por meio do sistema de transporte coletivo. Tudo isso contribui para a centralidade desse bairro e para que o poder público e a iniciativa privada vejam nele um espaço estratégico para a implantação de atividades que visam gerar retornos financeiros, ficando em segundo plano as necessidades dos moradores da Comunidade do Pilar. Como se nota no mapa 1, a seguir, o Bairro do Recife constitui uma ilha e faz limite com outros bairros da área central do Recife, como Santo Antônio, São José e Santo Amaro.

Mapa 1- Localização do Bairro do Recife



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife. Disponível em:
<http://www2.recife.pe.gov.br/wpcontent/uploads/RECIFE.jp>. Acessado em: 01 jun 2018.

Essa condição de ilha, atrelada ao conteúdo histórico e arquitetônico de suas edificações, é mais uma peculiaridade que o torna muito interessante do ponto de vista da exploração para atividades de lazer e de consumo cultural. Os principais equipamentos urbanos localizados no Bairro do Recife que dão suporte ao consumo cultural são: Museu Cais do Sertão, Caixa Cultural, Centro Cultural Correios, Museu Paço do Frevo e Sinagoga Kahal Zur Israel. Há ainda galerias de arte e outros estabelecimentos de promoção da cultura como espaços onde funcionam grupos de maracatu e outras manifestações culturais.

É igualmente digno de nota o importante papel exercido por esse bairro como espaço de realização de eventos políticos e culturais. A Praça do Marco Zero, localizada no Bairro do Recife, abriga o principal palco do carnaval do Recife, bem como é espaço de manifestações políticas e das costumeiras concentrações de pessoas durante os fins de semana e feriados para distintas práticas de lazer e cultura. Várias ruas do bairro são ocupadas para apresentações de maracatu, coco, ciclismo, skate, dentre outras práticas socioespaciais.

Desde a década de 1990, a chamada Economia Criativa teve início no Bairro do Recife e se estendeu, posteriormente, para outros bairros da área central, como Santo Amaro e São José. Tal segmento de atividades econômicas envolve empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), particularmente ligadas ao *cluster* do Porto Digital e ao Centro de Estudos Avançados do Recife (CESAR). Essas empresas funcionam como incubadoras e têm propiciado o surgimento de diversas outras, bem como a atração de parcerias com outras já consagradas, como a Oi e a Accenture. Embora seja difícil mensurar a contribuição das atividades ligadas à Economia Criativa no contexto do Bairro do Recife, dados do próprio Porto Digital indicam que aproximadamente 80 mil metros quadrados desse bairro, envolvendo seu casario, estariam sendo ocupados por empresas ligadas ao núcleo de Economia Criativa (PORTO DIGITAL, 2015).

Desde sua origem, a vida urbana do Bairro do Recife esteve ligada às atividades geradas pela presença do porto. Dessa forma, o porto era a principal entrada e saída de mercadorias e, conseqüentemente, funcionava como passagem para a população que necessitava das atividades nele efetuadas. A valorização deste espaço se deu com o tempo, porém, já na segunda metade do século XX, este território entrou em declínio (LACERDA, 2007). O principal motivo que levou a classe média que habitava o bairro a procurar novos lugares para viver foi a descentralização do comércio e dos serviços que encontravam-se concentrados no centro, inclusive no Bairro do Recife, além da crescente verticalização dos bairros mais afastados do centro (LACERDA, 2007) e a considerável redução das atividades portuárias do Porto do Recife em decorrência da instalação do Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS), em meados dos anos de 1970, no litoral sul pernambucano (SOUZA; CAVALCANTI, 2013).

Com o largo predomínio das atividades terciárias, a função residencial do bairro é bastante residual e sua origem está atrelada à relação com o Porto do Recife. Assim, o que hoje compreende a Comunidade do Pilar surgiu dos de alguns núcleos urbanos remanescentes, pessoas que ainda exerciam alguma atividade no porto e que não tinham condições financeiras para também sair dali, permanecendo e dando origem à Favela do Rato ou ainda Favela Trapiche, como era inicialmente chamada a Comunidade do Pilar, diante da precariedade urbana que a marcava (LACERDA, 2007), a qual, de certo modo ainda a caracteriza na parte que não foi transferida para o residencial, conforme será analisado adiante.

As transformações que estão se processando no Bairro do Recife e em outros fragmentos da metrópole recifense são, de certo modo, parte de um jogo mais amplo que adere ao modelo de acumulação globalizada típico do período atual. Segundo Lacerda (2015), tal modelo chegou com toda força ao Brasil na década de 1990, com a abertura econômica, passando a ter impacto no planejamento de muitas cidades justamente a partir desse período. Não por acaso, foi no final dessa década que ocorreram nesse bairro as primeiras intervenções urbanas de caráter modernizador e pontual.

Seguindo a trajetória de intervenção urbana modernizadora do bairro, no início da década de 2000, foi feita a requalificação da Praça Rio Branco, popularmente chamada de Marco Zero, além da implantação do Parque das Esculturas Francisco Brennand, numa área em frente a essa praça, na faixa dos arrecifes, em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil. Sendo assim, o “novo” Marco Zero e o Parque das Esculturas compõem um único cenário paisagístico, o qual já dava bons indícios no início da década passada acerca das intencionalidades da gestão pública municipal em transformar o potencial turístico do Bairro do Recife, tendo como foco a zona portuária. Assim, em certas localizações desse bairro, pode-se falar no uso de uma política de paisagem para recriar espaços de valorização com vistas à atuação de empresas ligadas ao turismo, gastronomia, lazer e outros segmentos que lucram com esse tipo de intervenção pontual no espaço urbano.

Com o pleno apoio do Estado, uma onda de intervenção urbana sem precedentes nesse fragmento da cidade, que praticamente criou novos espaços em antigas estruturas que constituíam os armazéns do Porto do Recife. Trata-se da intervenção urbana denominada Porto Novo Recife, empreendida pelo Governo do

Estado em parceria com a iniciativa privada, cujo propósito maior é a transformação de uma parte do Bairro do Recife (e um pequeno trecho do Bairro de São José), ao longo do Cais do Porto, transformando os antigos armazéns portuários em modernos equipamentos de consumo, lazer e turismo, cujo modelo de intervenção urbana foi inspirado em casos ocorridos em outras cidades brasileiras e estrangeiras, tal como será demonstrado adiante.

O chamado *city marketing* é uma perspectiva de planejamento urbano famosa por converter espaços públicos em áreas estratégicas para a reprodução do capital, tendo por base projetos e ações bastante pontuais no espaço urbano. Essa concepção de planejamento tem servido de inspiração para as intervenções urbanas ocorridas no Bairro do Recife. A lógica que permeia tal tipo de planejamento é a do empresariamento urbano, que encara a cidade enquanto negócio, em que o primado da mercadoria se sobrepõe à função social da terra urbana e prevalece a concepção de que fazendo mudanças pontuais de natureza econômica no tecido da cidade, isso pode funcionar como fator fomentador de geração de desenvolvimento para o conjunto da cidade.

Contudo, os críticos desse tipo de planejamento apontam justamente na direção contrária, ao dizerem que as intervenções pontuais contribuem ainda mais para aumentar as desigualdades socioeconômicas e espaciais no âmbito da cidade. Segundo Barbosa (2016, p. 790), tal modalidade de planejamento

[...] se subordina às tendências do mercado, e o papel essencial do estado é de facilitação do próprio mercado, oferecendo-lhe vantagens e regalias que vão de isenções tributárias a suspensão ou imposição de restrições de uso por meio do zoneamento, como forma de privilegiar incorporadoras em áreas específicas.

Tal como diz o autor, o Estado é essencial no que diz respeito à criação das condições das condições viáveis para que a iniciativa privada tome interesse pelo negócio. Se como diz Corrêa (1995), um dos papéis do Estado como agente produtor do espaço urbano é o de regular o uso do solo, esse agente facilita que grupos privados promovam tal operação urbana, pois mais do que nunca o discurso do mercado se impõe na gestão da cidade.

Inspirados em modelos, até certo ponto ou sob certo olhar, bem sucedidos em outras cidades pelo mundo, o empresariamento urbano no Bairro do Recife ressalta os vínculos entre o espaço global e o local. Isso ocorre porque ele é proposto a partir de um sistema global de cidades as quais se transformam em uma rede de nós articulados as quais são fluxos importantes de capital, recursos e informação (CARVALHO, 2004). Nesse sentido, o que à primeira vista se apresenta como algo novo, na verdade, não é mais do mesmo no conjunto de intervenções programadas para várias cidades mundo afora em que prevalece a tônica do empresariamento urbano.

As primeiras mudanças baseadas no *city marketing* ocorrem no Bairro do Recife nos primeiros anos da década de 1990, algumas modificações no que tange ao patrimônio arquitetônico foram efetuadas, em parceria da Prefeitura do Recife com a Fundação Roberto Marinho e uma empresa de tintas (LACERDA, 2007). Deu-se assim uma das primeiras parcerias público-privadas. Junto com os primeiros planos de requalificação, foi desenvolvido em paralelo, projeto do Programa de Requalificação Urbana e social do Pilar, contemplando conjuntos habitacionais, escola, posto de saúde, creche, praça pública e mercado público; as obras previstas para serem entregues no ano de 2012 foram concluídas apenas uma parte dos edifícios residenciais, mas dos equipamentos de uso coletivo apenas a escola está em construção, e o restante sequer tem previsão de quando e até pairam dúvidas se será feito.

A Comunidade do Pilar tem 40 anos de história, seus primeiros moradores lá se instalaram na década de 1970. A população inicial era formada essencialmente de trabalhadores do porto, os quais teriam ido morar lá para facilitar o deslocamento até o trabalho. Com o passar dos anos, as condições de vida têm permanecido degradantes. Diante desse quadro, a realidade nessa comunidade é marcada pela segregação socioespacial, essencialmente induzida pelas precárias condições de vida. Diante disso, uma das inquietações foi verificar até que ponto os moradores da comunidade têm sido alcançados por políticas públicas e projetos da iniciativa privada.

Para tanto, foi importante identificar a constituição do Porto Digital e sua importância como agente da reprodução do espaço do bairro. No ano de 2000, nasceu tal *cluster*, que consiste num conjunto de empresas do segmento de TIC. A instalação de um *cluster* visa, principalmente, a requalificação econômica de um determinado

espaço, são por vezes instalados em sítios degradados com o intuito de dar novas funcionalidades ao local, justamente o que aconteceu no Bairro do Recife (MARQUES; LEITE, 2015).

Pernambuco insere-se assim no cenário tecnológico nacional, atraindo empresas multinacionais para a ilha do Recife, requalificando e restaurando arquitetonicamente as fachadas dos prédios ocupados pelas sedes das empresas. Assim, foi possível trazer de volta a atenção do público para o Bairro do Recife, que, após anos de mudança estrutural e urbana, está majoritariamente voltado para a prestação de serviços culturais, de lazer, dentre outros.

No entanto, entender o processo de ocupação do espaço urbano por tais modificações vai mais além. Requalificar o espaço público requer duas linhas antagônicas que se chocam. Levando em consideração que o espaço é público e que a população como um todo possui o direito de usufruto deste local, as parcerias público/privadas não atendem à demanda popular, como comenta Alvarez (2012, p.66):

Os projetos urbanos que visam à requalificação de áreas inserem-se num outro contexto de exercício das intervenções estatais na cidade, no qual a importância maior é dada a ações pontuais, mas consideradas processos desencadeadores do desenvolvimento da cidade e realizadas sempre com alianças entre o Estado e o capital privado, nos quais o desenho urbano e a estética ganham destaque.

Além disso, deve deixar claro que além de não atender a demanda da camada popular, tais ações não atendem os próprios moradores do Bairro do Recife, marginalizados e escondidos, eles são esquecidos pelos seus representantes e a população frequentadora do Bairro do Recife mal sabe que ali possui um aglomerado urbano. O que se pode extrair de tal fragmento, é que o espaço público urbano está à mercê de quem tem alto poder financeiro; o poder público é essencial nos trâmites burocráticos que dizem respeito às leis de uso e ocupação do solo, pois este personagem irá favorecer a entrada e permanência do capital privado em tal território sob circunstâncias tributárias específicas. Como diz Castro (2016, p. 109),

[...] a ordem espacial nunca é inocente e pode revelar as intenções dos atores sociais pela identificação do modo de explorar as condições favoráveis que

determinadas posições no espaço apresentam para que determinados objetivos específicos sejam alcançados.

Com isso, é possível compreender que as transformações ocorridas em tal espaço possuem interesses ocultos específicos dos envolvidos. As transformações pontuais ocorrem aos poucos para que o espaço se transforme a passos cautelosos e, assim, concretize os objetivos e interesses de quem os desenvolveu.

Desse modo, feitas as observações acima concernentes aos vários elementos que compõem inquietações da problemática, a pesquisa tomou por base a seguinte pergunta central: *em que medida as intervenções no setor sul e o acirramento da segregação na Comunidade do Pilar reforçam a dualidade no contexto da reprodução socioespacial do Bairro do Recife?*

A hipótese que lastreou tal pergunta é justamente o fato de que há um duplo processo de natureza bastante contraditória no Bairro do Recife: de um lado, as intervenções urbanas de caráter empresarialista reforçam a conformação de um espaço fundamentalmente concebido para o consumo da classe média, e, em contrapartida, a Comunidade do Pilar, se coloca como o outro lado da moeda, ao sofrer segregação socioespacial, diante das diversas precariedades urbanas e da relativa invisibilidade perante os agentes considerados hegemônicos que atuam no bairro e na cidade do Recife como um todo.

Em face da pergunta e da hipótese, a pesquisa teve o seguinte objetivo geral: a pesquisa teve por objetivo geral *analisar a (re)produção socioespacial diferenciada e contraditória do Bairro do Recife, considerando as transformações no setor sul e na Comunidade do Pilar*. Para a elucidação e maior detalhamento deste objetivo geral, a pesquisa teve os seguintes objetivos específicos:

- a) fazer uma breve contextualização do Bairro do Recife como bairro central do Recife, destacando sua importância histórica, função e principais equipamentos urbanos;
- b) discutir, em termos teórico-conceituais, a perspectiva de (re)produção social do espaço, empresariamento urbano e segregação socioespacial;
- c) analisar as intervenções urbanas de caráter empresarial no setor sul e o processo de segregação induzida na Comunidade do Pilar.

Para atingir tais objetivos, foram adotados vários procedimentos metodológicos, conforme listados a seguir. Vale frisar que a metodologia indica o "como" a pesquisa está sendo desenvolvida e, nesse caso, destaca cada uma das técnicas, com suas vantagens, limitações e alcances. Além de mencionar as técnicas e/ou procedimentos de pesquisa utilizados, tem-se aqui o cuidado de respaldá-los a partir de observações teóricas e metodológicas extraídas de algumas leituras da área de metodologia científica, conforme está exposto nos próximos parágrafos.

Uma das técnicas de pesquisa que estão sendo utilizadas é a observação, que para Gil (1999, p.110), "[...] apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação." O tipo de observação a ser realizado será a observação simples, que segundo Gil (2014. p.102) "é muito útil quando é dirigida ao conhecimento dos fatos ou situações que tenham certo caráter público [...] muito apropriada para o estudo das condutas mais manifestadas das pessoas na vida social". Por isso, a observação mostra-se necessária, servindo para averiguar como as ações envolvendo o plano de atividades desta pesquisa estão sendo encaminhadas no Bairro do Recife.

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, na qual se busca, especificamente, a natureza do fenômeno abordado. Uma vez que a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados e das ações e relações humanas (MINAYO,1994), os métodos qualitativos, por sua vez, enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser (HAGUETTE, 2010). Vale frisar que, embora a pesquisa faça uma abordagem qualitativa, os dados quantitativos são utilizados para dar suporte à análise.

Fez-se necessário o uso de instrumentos de pesquisa indispensáveis, como o levantamento e a revisão bibliográfica, a qual, o trabalho atém-se a revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo que se possa servir para a pesquisa, assim como sua discussão nos colóquios (LAVILLE; DIONNE ,1997). Efetuou-se o levantamento e a revisão bibliográfica, pois fez com que o trabalho final obtivesse um corpo teórico bem fundamentado, tendo como base os especialistas da área de estudo abordada.

Outra ferramenta necessária para o bom andamento da pesquisa foram as visitas a campo, pois foi por meio desse procedimento, obteve-se muitas informações vitais para o desenvolvimento do plano de atividades. Tais visitas possibilitaram fazer

a leitura da paisagem do bairro, identificando assim os equipamentos frutos do empresariamento urbano estratégico. Através dessa técnica, fez-se uma primeira leitura da paisagem do bairro e levantar alguns questionamentos sobre o andamento do projeto e os usos que estão sendo feitos do que já foi concluído.

A observação direta em campo ainda representa uma ferramenta que possibilita verificar de forma direta as relações de sociabilidade urbana e suas vinculações com a apropriação do espaço público relacionada aos usos que atualmente são feitos pelas pessoas que frequentam o Bairro do Recife, sobretudo para fins de lazer e entretenimento.

As visitas a campo também permitiram fazer o registro fotográfico da paisagem do bairro. Mais do que ilustrar, as fotografias "congelam" a paisagem no determinado momento em que são feitas, sendo um instrumento importante para o acompanhamento das ações que vêm se processando naquele espaço desde ao menos o início desta pesquisa com base numa pequena série temporal. As visitas a campo ainda permitem identificar os distintos tipos de usos do espaço público e os possíveis perfis socioeconômicos dos usuários, ou seja, os seus frequentadores, configurando assim eventuais territorialidades dos distintos fragmentos do espaço do Bairro do Recife, o que ajudará na identificação de alguns sujeitos para serem entrevistados.

Assim, outro procedimento metodológico da pesquisa é constituído pela realização de entrevistas. Segundo Haguette (2010, p.81), "A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado." De acordo com Gil (1999, p.117), "A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação". A modalidade utilizada, conforme citado acima, foi a semiestruturada que combina elementos dos quais os entrevistados poderão discorrer sobre o tema, expressando suas opiniões e ideias, com estruturas previamente respondidas com alternativas que variam entre si. (MINAYO, 1994). Isso significa que foi feito um roteiro para a realização das entrevistas, porém o entrevistador permite que o entrevistado fique à vontade para trazer outras informações que tenham escapado do roteiro previamente construído.

As entrevistas com representantes do setor público ligados a equipamentos instalados no bairro, bem como a representante do segmento da Economia Criativa atuante no bairro e ainda da Comunidade do Pilar. Por meio das entrevistas, foi possível fazer uma reflexão mais aprofundada sobre que visão de cidade está embutida nas intervenções realizadas no bairro, sendo uma forma de buscar compreender para quem a cidade é produzida. Para preservar a identificação, foram usados nomes fictícios para se referir aos entrevistados. Foram realizadas um total de 11 entrevistas.

Assim, o próximo capítulo intitulado *Breve inserção do Recife como metrópole e inserção do Bairro do Recife* trabalha como Recife enquanto metrópole regional perdeu sua influência a partir de alguns acontecimentos durante a segunda metade do século XX, constituindo-se hoje enquanto metrópole periférica e incompleta (ALMEIDA; BITOUN, 2015). Em seguida, ao introduzir o Bairro do Recife, onde abordará o carro chefe da economia do bairro e os respectivos processos para o bairro se tornar o que é hoje.

No capítulo 3, titulado *A perspectiva de abordagem e os agentes da (re)produção social do espaço*, faz-se uma discussão acerca da produção do espaço, assim como empresariamento urbano e a segregação socioespacial, as categorias-chave e os pilares deste trabalho, além dos agentes produtores do espaço. Trata-se de um capítulo âncora do ponto de vista teórico-metodológico, pois aponta a opção de abordagem do método utilizada na pesquisa.

O capítulo 4 é um dos capítulos que vão ao “chão” da pesquisa, fazendo uma análise mais amudada das transformações urbanas no setor sul do bairro, com nítido perfil de planejamento urbano empresarialista. Antes de “aterrissar” no Bairro do Recife, são trazidos os casos de Barcelona e Rio de Janeiro, cidades que sediaram jogos olímpicos e que passaram por intensas transformações para comportarem esses megaeventos. Embora o Recife esteja numa escala que foge bastante da dimensão dos investimentos e repercussões socioespaciais dessas duas cidades, por aqui, as intervenções ocorridas com o Projeto Porto Novo Recife que, em parte, foi inspirado no que foi feito nas duas metrópoles mencionadas.

No capítulo 5, a Comunidade do Pilar é abordada com o foco no processo de segregação, atrelado ao fenômeno da relativa invisibilidade social. Os subcapítulos

abordam, a priori, as diversas formas de segregação encontradas na comunidade; e o seguinte, foco nos equipamentos de fomentos a vida dos moradores com foco especial no residencial. E por fim, as considerações finais traz as principais conclusões do trabalho acerca dessa dualidade que se produz e se agrava na escala do bairro, mas que, na verdade, é apenas uma amostra do que se processa na metrópole periférica e desigual do Recife e, por que não dizer, em tantas outras cidades da periferia do capitalismo.

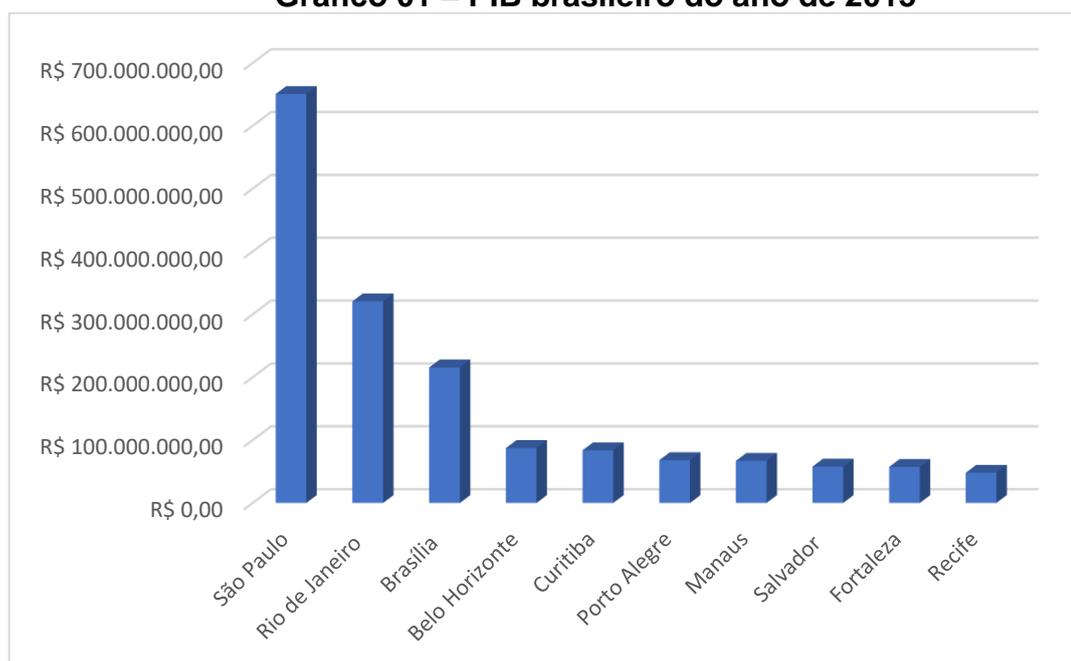
2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO RECIFE COMO METRÓPOLE E INSERÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE

O Recife e sua área metropolitana constituem um espaço com acentuados problemas urbanos e expressivas desigualdades sociais e econômicas. De acordo com Almeida e Bitoun (2015), o Recife constitui uma metrópole regional, periférica, desigual e incompleta. O caráter de metrópole regional decorre de ser polo de influência de uma vasta área que se estende por todo o estado de Pernambuco, de abranger igualmente os estados da Paraíba e Alagoas, além de parte expressiva do Rio Grande do Norte. Nos anos de 1980, essa metrópole perde relativamente sua influência regional, fazendo com que não tenha um crescimento econômico expressivo no cenário nacional.

Mesmo com capacidade de influência em termos de distribuição de produtos e serviços para parte da região, o Recife também se qualifica como uma metrópole incompleta, de acordo com Almeida e Bitoun (2015). Assim, na condição de metrópole incompleta, o Recife não supre sua região de influência com os produtos e serviços mais sofisticados. Esse parece ser, portanto, um perfil comum a todas as metrópoles regionais, pois no contexto brasileiro, praticamente apenas São Paulo assume a condição de metrópole completa, ou ao menos divide tal papel com o Rio de Janeiro.

Conforme se observa no gráfico 1 a seguir, referente ao tamanho do PIB por metrópole, há uma grande concentração da riqueza nas metrópoles do Centro-Sul, particularmente São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, sendo que o Recife está na décima posição entre as metrópoles brasileiras, incluindo abaixo das outras duas metrópoles regionais nordestinas (Salvador e Fortaleza). Isso pode ser observado a seguir, no retrato do PIB das capitais brasileiras do ano de 2015, de acordo com o IBGE¹.

¹ Informações do site do IBGE : <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18785-pib-dos-municipios-2015-capitais-perdem-participacao-no-pib-do-pais>

Gráfico 01 – PIB brasileiro do ano de 2015

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18785-pib-dos-municipios-2015-capitais-perdem-participacao-no-pib-do-pais> acesso em março/ 2019. Elaborado por: Felipe Marangoni, 2019.

Isso reforça a análise realizada por Almeida e Bitoun (2015). O contexto periférico do Recife pode ser analisado sob uma dupla condição de sua inserção no capitalismo: tal metrópole está na periferia do capitalismo brasileiro, fazendo parte da região Nordeste, com acentuados problemas sociais e econômicos, e, em relação ao PIB, ocupando 10º lugar das capitais de um país situado periféricamente na economia mundial, conforme exibido no gráfico 2. Além disso, considerando-se que o Brasil está na periferia do capitalismo mundial e que o Recife está na periferia do capitalismo brasileiro, essa metrópole se insere na periferia da periferia do capitalismo mundial.

Em relação ao caráter de desigualdade, vale frisar, como apontam Almeida e Bitoun (2015), que o traço marcante do Recife é a justaposição de áreas de opulência com áreas extremamente carentes em termos socioeconômicos. A desigualdade da metrópole recifense tanto pode ser verificada na escala intraurbana da cidade núcleo, ou seja, do Recife propriamente, do seu espaço metropolitano, ou ainda da sua área de influência de influência regional. A desigualdade é uma característica histórica e por isso que as desigualdades e processos observados na (re)produção do espaço do Bairro do Recife apenas constituem uma amostra do que se verifica na cidade

como um todo, sendo que a desigualdade parece ainda mais acentuada se se considerar escalas espaciais mais abrangentes, como a metropolitana ou a regional.

Como tentativa de superação de parte desses problemas, no início do século XXI, a RMR recebeu investimentos industriais para compensar de certa forma os efeitos nefastos do atraso econômico dos anos 1980, considerada a década perdida, por conta da elevada inflação e a estagnação do crescimento, com o agravamento dos problemas sociais. As atividades do Complexo Industrial Porto de Suape foram intensificadas, na parte sul da RMR, aumentando o dinamismo econômico de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, fator que fez com que o PIB desses municípios aumentasse consideravelmente, mas isso foi acompanhado do agravamento dos problemas sociais, como prostituição, uso e tráfico de drogas. No norte metropolitano, no município de Goiana, próximo à divisa com o estado da Paraíba, foram instaladas a fábrica da montadora automobilística Fiat-Jeep, a Hemobrás - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – e a Vivix Vidros Planos. Trata-se dos principais investimentos industriais do litoral pernambucano.

A instalação de indústrias fez com que as cidades de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho - a sul - e Goiana – a norte – se tornassem cada vez mais importantes como núcleos de modernização econômica do estado. Não por acaso, Goiana foi incorporada à Região Metropolitana do Recife em 2018. A cidade do Recife, com território muito compacto e praticamente todo ocupado, não incorporou as indústrias, pois:

[...] deixa de ser a única centralidade da RMR, mas ainda detêm a força do centro financeiro, de sede das empresas (decisões), de serviços regionais de educação e saúde (Polo Médico), de tecnologia da informação (Porto Digital, Parqtel), de polo de serviços e de cultura [...]” (ALMEIDA; BITOUN, 2015, p.24)

Recife destaca-se como núcleo estratégico da gestão dos negócios da metrópole e de concentração das atividades terciárias mais modernizadas, com a presença do Polo Médico e de importantes instituições públicas de ensino superior e de pesquisa. Assim, a cidade do Recife desenvolve no final do século XX um tecido econômico voltado para o setor de serviços, levando as indústrias para as cidades periféricas.

Feitas as observações anteriores sobre a metrópole recifense, faz-se, a partir de agora, uma breve exposição sobre o Bairro do Recife, como forma de compreender melhor sua realidade atual no que aos dois contextos socioespaciais aqui analisados. Assim, esse bairro apresentava-se degradado durante a década de 1970 e 1980, e, após o plano de requalificação e a execução deste na década de 1990, tal espaço se tornou a localização de empresas do ramo da tecnologia da informação. As primeiras iniciativas de requalificação do território se deram a partir de investimento público e privado com benefícios mútuos na instalação dessas empresas e do Porto Digital.

Essas empresas estão inseridas no ramo da economia criativa, muito difundido nos países desenvolvidos, sobretudo após a queda das indústrias dos setores mais tradicionais, sinalizando o início da era pós-industrial ou pós-fordista. Araújo (2015, p. 12) comenta que o “desenvolvimento baseado na Economia Criativa deve atender ao novo cenário internacional [...] um novo parâmetro ancorado na inclusão social e na sustentabilidade”. Economia Criativa ou indústria criativa trata “[...] dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual [...]” (MIGUEZ, 2007, p.96-97). Segundo Costa e Souza-Santos (2011, p. 3):

A definição de indústria criativa está nos círculos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam criatividade e capital intelectual como matérias-primas, baseados em atividades de conhecimento abrangendo artes em geral, potenciais geradores de vendas do comércio e direitos de propriedade intelectual.

A Economia Criativa abrange também o turismo, setor responsável por movimentar bem a economia de cidades históricas. A busca dos turistas pela inserção na cultura das cidades visitadas impacta a dinâmica local além das outras atividades econômicas, fator que já foi observado desde a década de 1970 (ARAÚJO, 2015).

A Economia Criativa se insere também em lugares degradados a fim de revitalizar econômica e estruturalmente o espaço, aí é que se introduz o Bairro do Recife, o qual recebeu suas primeiras reformas na década de 1990, e posteriormente, já nos anos 2000, foi instalado pioneiramente o Porto Digital, um dos principais parques tecnológicos e ambiente de inovação do Brasil, o qual atua no desenvolvimento de *softwares* e serviços de TIC, com ênfase no segmentos de jogos,

vídeo-animação, música, fotografia, design e, desde 2015, atua no setor de tecnologias urbanas e áreas estratégicas. A expansão do Porto Digital é tamanha que já engloba partes de outros bairros da área central do Recife como Santo Amaro, São José, Santo Antônio, ocupando um total de 171 hectares (FERNANDES; LACERDA, 2015). Além disso, atua na restauração de prédios históricos do Recife, contando com 84 mil metros quadrados de imóveis restaurados.²

O Porto Digital é um *cluster*, que, segundo Marques e Leite (2015, p. 2), “[...] termo evoluído de aglomerações produtivas como os distritos industriais italianos, ou como os polos de desenvolvimento, são núcleos de pequenas e médias empresas do mesmo setor produtivo que se inter-relacionam” além de cooperar entre si e também competirem. Assim, os *clusters* são uma alternativa de mudança da estrutura urbana atuando como agente renovador de estruturas urbanas degradadas sob os diversos pontos de vista, tais como urbano, social, ambiental, dentre outros. O Porto Digital faz parte de um modelo chamado Triplex Helix, que se baseia em interações com empresa privada, governo e institutos acadêmicos, segundo Etzkowitz e Raga (2015, p.119):

The concept of the Triple Helix of University-Industry-Government relationships [...] interprets the shift from a dominating industry-government dyad in the Industrial Society to a growing triadic relationship between university-industry-government in the Knowledge Society [...] the concept has grown into a conceptual framework for exploring the complex dynamics of the Knowledge Society and for informing policy-makers at national, regional and international level in the design of new innovation and development strategies.³

O núcleo tecnológico do Porto Digital foi inserido de acordo com esse modelo no Bairro do Recife, tendo as TICs como representantes das empresas; a Prefeitura do Recife, instalada também na ilha, como representante o poder público; e o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife – CESAR (figura 1), como instituto

² Tais informações podem ser encontradas no endereço eletrônico a seguir: <http://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital>

³ Tradução livre do trecho: O conceito das relações Triple Helix de Universidade-Indústria-Governo [...] interpreta a mudança de uma díade indústria-governo dominante na sociedade Industrial para uma relação triádica crescente entre universidade-indústria-governo na sociedade do conhecimento[...] o conceito tornou-se um quadro conceptual para explorar a complexa dinâmica da Sociedade do Conhecimento e para informar os políticos a nível nacional, regional e internacional, a concepção de novas estratégias de inovação e desenvolvimento.

acadêmico, que embora seja hoje um órgão de ensino privado, teve origens na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1995, o qual ainda mantém vínculo com o Centro de Informática – CIN (MARQUES; LEITE, 2015). Essa modelo institucional de desenvolvimento sinaliza o caráter estratégico do Bairro do Recife para a incorporação de negócios num segmento que necessita fundamentalmente da disponibilidade de imóveis e de infraestrutura de redes de comunicação e de infraestrutura urbana. Esses recursos o bairro oferecia em larga escala e parece que atualmente o espaço da Comunidade do Pilar se torna alvo de possíveis novas ampliações desses investimentos.

Figura 1 - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife - CESAR



Foto: Autor (2018).

O CESAR desenvolve estudos e trabalhos na área de TIC, além de design para diversos segmentos econômicos. A expansão do CESAR é tão significativa que já possui filiais em outras cidades do Brasil, a exemplo de Sorocaba (SP), Curitiba (PR) e Manaus (AM), sendo no Bairro do Recife a matriz da empresa. O referido centro faz parte do grupo pioneiro de empresas instaladas no bairro para fins de revitalização urbana e econômica. O termo revitalização é empregado erroneamente, visto que, para revitalizar (dar vida) é necessário ser identificadas as mortes do bairro, econômica e

urbana, as quais englobam o fator social, o histórico e o turístico; porém, sobre este tema, ater-se-á mais adiante.

Já o projeto de implementação do Porto Digital nasceu a partir de uma iniciativa do Governo do Estado que objetivava desenvolver o crescimento local e o desenvolvimento de um parque tecnológico aberto a partir de políticas públicas apoiadas nos três pilares: desenvolvimento econômico a partir das TICs, revitalização urbana e inclusão social, especialmente no que diz respeito ao único núcleo urbano do Bairro do Recife, a Comunidade do Pilar. Os primeiros investimentos foram a ordem de R\$ 33 milhões, sendo 23 milhões advindos do poder público com a privatização da companhia de energia elétrica, e os outros R\$ 11 milhões de investimentos privados, dos quais, 1 milhão foi direcionado para infraestrutura, além do apoio financeiro do Banco Internacional do Desenvolvimento (BID), de R\$ 10 milhões.

O endereço eletrônico do Porto Digital oferece informações acerca da revitalização urbana do bairro e, ao mesmo possibilita extrair conclusão sobre a importância estratégica desse cluster como agente da dinâmica imobiliária e da conservação e parte do casario do bairro.

O patrimônio arquitetônico do Bairro do Recife possui grande diversidade de estilos, onde se fundem o colonial, o eclético, o industrial e o moderno. O bairro recebeu mais de R\$ 90 milhões de investimentos para renovação urbana ao longo da última década. A legislação municipal, estadual e federal, bem como a participação ativa do setor público, facilita e estimula os investimentos privados voltados para a estruturação de um ambiente de negócios de escala mundial. O Porto Digital complementa as ações de revitalização, no esforço de demonstrar que é possível combinar o desenvolvimento tecnológico com a preservação da história e da cultura. Dessa forma, o PD recuperou diversos edifícios de destaque, de forma a adequar a infraestrutura do bairro para receber empresas modernas, ao mesmo tempo em que mantém suas características arquitetônicas.⁴

Hoje, o Porto Digital conta com uma média de 250 empresas segmentadas em: aplicativos para dispositivos móveis; consultoria em TI; *call center*; comércio eletrônico; *data center*; desenvolvimento de *hardware e softwares*; *E-business*; infraestrutura e conectividade; inteligência artificial; jogo e entretenimento digital; mobilidade e gestão urbana; sistemas educacionais; embarcados de gestão

⁴ Informação disponível em: <http://www.portodigital.org/parque/historia/revitalizacao-urbana>. Acessado em: 26 out 2018.

empresarial e de redes neurais; cine-vídeo-animação; *design*; mídias digitais; publicidade; arquitetura, dentre tantos outros.⁵ O crescimento do Porto Digital é inegável, como já mencionado, transbordou o território do Bairro do Recife e apresenta instalações nos bairros vizinhos. Na verdade, esse cluster estabelece articulações que extrapolam a metrópole recifense e até mesmo o espaço nacional, dada a atualidade e emergência dos produtos e serviços que ele desenvolve.

Em abril de 2006, foi lançado o Plano Estratégico de Monitoramento do Porto Digital, o qual se trata de um grupo de estratégias pensadas para serem desenvolvidas no período de 2006-2009. Dentre as 8 estratégias apresentadas no plano, se destacam as 4 primeiras: povoar o Bairro do Recife; qualificar/fortalecer empresas incubadoras; fomentar novos empreendimentos; implementar políticas de ser/inclusão social (PORTO DIGITAL, 2009).

A primeira estratégia objetivava a atração de empresas e o aprimoramento das que já estavam instaladas, houve um investimento de R\$ 20 milhões investidos em melhoria de infraestrutura (que teve um custo de R\$ 456.470,00 voltados essencialmente para a mobilidade do bairro, com incentivos do CESAR, da Autarquia de Trânsito e Transporte (CTTU) e da empresa Serviços de Mobilidade Urbana (Serttel). Para a requalificação do casario num total de 5.700m² a um custo total de R\$ 4,5 milhões, dependia de incentivos fiscais. Isso traria como efeito positivo a ampliação da oferta imobiliária, assim como de entretenimento, configurando o segmento de “ofertas de serviços, lazer e cultura no Bairro do Recife”. Esta última rubrica previa a instalação de escola de idiomas (incentivo de R\$120.000,00) e uma academia de ginástica no shopping Paço Alfândega, porém não houve progresso (PORTO DIGITAL, 2009).

Na segunda estratégia, o que chama atenção é para a qualificação de capital humano, com parceria do Centro de Excelência em Tecnologia em *Softwares* do Recife – Softex Recife e do SEBRAE, desenvolvendo 42 cursos de formação profissional em TI, com 640 alunos (PORTO DIGITAL, 2009). Não é possível avaliar os resultados dessa estratégia, uma vez que faltam dados disponíveis a esse respeito. Já na terceira estratégia, denominada de “Fomentar novos empreendimentos”, as

⁵ Informações disponíveis em: <http://www.portodigital.org/empresas/empresas-embarcadas#submenu-parque>. Acessado em: 26 out 2018.

metas concluídas para essa estratégia dobraram no período de um ano, graças a programas como o Programa Primeira Empresa Inovadora – PRIME, que só no ano de 2009 teve um investimento de R\$ 230 milhões para 1900 empresas novas, principalmente *startups* (PORTO DIGITAL, 2009).

Outro setor que se beneficiou com tais reformas e requalificações foi o turismo. O Bairro do Recife faz parte da história pernambucana e brasileira, logo, atrai olhares principalmente no que diz respeito aos seus casarios, a arquitetura neoclássica que eles apresentam, além da configuração urbana que remete à ares pretéritos. Contudo, as intervenções urbanas e a realização de grandes eventos, principalmente o carnaval, são os principais fatores de dinamismo do turismo no bairro, tal como será mais bem apreciado adiante.

Como visto, a cidade do Recife constitui metrópole de relativa importância do contexto brasileiro, apesar dos problemas estruturais que lhe caracterizam no contexto do Brasil. Por sua vez, o Bairro do Recife é parte importante da metrópole recifense, sendo espaço estratégico para a atuação de empresas ligadas à Economia Criativa e seu espaço se torna, cada vez mais, objeto de disputa e interesse de agentes importantes da produção do espaço. Para entender melhor essa questão, bem como os desdobramentos da pesquisa de campo propriamente, no capítulo a seguir é feita uma discussão sobre a abordagem analítica da produção social do espaço e outros conceitos teóricos essenciais para a pesquisa.

3 A PERSPECTIVA DE ABORDAGEM E OS AGENTES DA (RE)PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Neste capítulo, são feitos, inicialmente, apontamentos sobre as reflexões teóricas essenciais do trabalho, a começar pela abordagem que está subjacente a toda pesquisa, que é a questão da produção e reprodução do espaço. Tendo-se a compreensão da sua amplitude e complexidade e das limitações e finalidades deste trabalho, não há aqui a intenção de esgotar o tema, mas apenas de pontuar a abordagem teórico-metodológica vislumbrada, que é a análise da realidade urbana pela ótica da produção do espaço.

Como observado até aqui, há três categorias que foram consideradas fundamentais para o encaminhamento da pesquisa: i) a produção e reprodução do espaço, aqui os termos estão sendo fundidos num só com o uso dos parênteses, como recurso linguístico de demonstrar para o leitor que ambas as etapas podem constituir um só processo socioespacial; ii) empresariamento urbano, apoiado em David Harvey, e nada mais é do que a produção do espaço urbano sob o viés do planejamento de caráter empresarial; e iii) segregação socioespacial. Nesta reflexão, traz-se como suporte Silva (2013) e Souza (2013) para falar sobre a segregação dos pobres, com suas carências e invisibilidades, em grande parte decorrentes da ausência do Estado.

Pelo que foi anunciado na introdução, a discussão referente ao empresariamento está presente no fragmento do Bairro do Recife situado na parte sul e que tem sido alvo de intervenções urbanas de maior impacto do ponto de vista do mercado, visto que essa parte do bairro está mais “turistificada” e mais equipada conforme já discutido. Já a discussão sobre a segregação socioespacial é referida à parte do bairro constituída pela Comunidade do Pilar, diante do quadro de precariedade urbana em que vive seus moradores. A reflexão sobre (re)produção do espaço envolve tudo isso e é a categoria-chave do trabalho. Diante disso, o subitem a seguir versa justamente sobre tal categoria analítica.

A produção e a reprodução do espaço são processos muito importantes que permitem captar as transformações que a sociedade impõe ao espaço, envolvendo múltiplos interesses, disputas, desejos e modos de vida. Buscar captar esse processo é uma abordagem teórico-metodológica que possibilita apreender a dinâmica do

capital e da sociedade em sua relação com o espaço. Vários autores de base materialista adotam essa perspectiva analítica, estando entre os mais recorrentes Henri Lefebvre e David Harvey, ou ainda Ana Fani Alessandri Carlos e Milton Santos, apenas para destacar os que aqui são mencionados.

De acordo com essa forma de analisar o fenômeno urbano, o espaço é visto como uma importante dimensão da sociedade e seu processo de produção expressa a dinâmica e as contradições típicas do modo de produção capitalista. Na cidade, o espaço está em permanente processo de (re)produção, pois tanto os agentes capitalistas, com forte capacidade de pressão junto a outros agentes, incluindo o Estado, quanto diversos agentes sociais, contribuem, a seu modo e conforme seus interesses e necessidades, na criação e recriação de novas edificações, praças, vias públicas e outros equipamentos.

É importante ressaltar, com base em Carlos (2001) e esta, por sua vez, em Lefebvre (2001), que a produção de espaço se dá em sentido lato, envolvendo aspectos imateriais, desejos e necessidades, como também pode ocorrer em sentido estrito, ou seja, como a produção material relacionada à produção econômica. Atualmente, num contexto cada vez mais dominado pelo domínio ciência, tecnologia e informacional (SANTOS, 2004), a produção do espaço e sua permanente reprodução são envolvidas pelo conteúdo técnico-científico e informacional. Contudo, isso é um processo bastante desigual e falar da produção do espaço capitalista significa considerar que nem todos os agentes sociais concretos têm as mesmas possibilidades efetivas de ação, o que permite afirmar que a (re)produção socioespacial, principalmente no contexto da periferia do capitalismo é processo carregado de contradições.

Uma grande contradição desse processo apontado por Carlos (2001) é que o espaço é produção de uma ação coletiva, mas está atrelada à lógica da propriedade privada. O espaço é produzido coletivamente, pela sociedade, mas regido por tal lógica ele é considerado uma mercadoria. Porém, no que se refere ao solo urbano, e considerando-o como uma mercadoria, Harvey (1980) o coloca como uma mercadoria muito especial, pois tem uma localização absoluta, ou seja, a localização não pode ser transferida de um ponto para outro no espaço. Outra especificidade é o seu caráter de indestrutível, logo uma localização ou um terreno em si não se degradam. Mesmo que muitas edificações do Bairro do Recife estejam degradadas, dependendo do

processo de valorização desencadeado por algum fator, como alguma política pública, um terreno rapidamente passa a ser valorizado e disputado pelos agentes capitalistas que produzem o espaço da cidade.

Essas considerações teóricas situam a abordagem teórico-metodológica de (re)produção do espaço que embasou este trabalho e ajudam a compreender que tanto o empresariamento urbano quanto a segregação socioespacial se tornam, por esse ponto de vista, duas faces de uma mesma moeda, ou seja, da (re)produção socioespacial. Também fica claro compreender que tal processo de (re)produção é algo que se dá por meio da ação de agentes econômicos, políticos e sociais. No recorte pesquisado, os agentes econômicos são vislumbrados principalmente em relação àqueles envolvidos com os projetos de intervenção urbana no bairro, na condição de empresários. Os agentes políticos compreendem o próprio Estado, seja no âmbito da prefeitura ou do governo estadual.

Já os agentes sociais são bem mais diversos, mas na área pesquisada podem ser compreendidos pelos moradores da Comunidade do Pilar, os quais, embora produzam e reproduzam permanente seu espaço de habitação e de comércio onde vivem, são essencialmente hegemonzados, isto é, dominados pela lógica do capital controlada pelos outros agentes e que sobre eles incide com toda força. Se em relação aos agentes econômicos, embora não tenham poderes absolutos na produção e reprodução do espaço, sua capacidade de articulação com os agentes políticos (o Estado), é tão forte em muitos casos que, na prática, seus projetos são tocados pra frente enquanto os dos agentes sociais ficam pra trás.

Esse jogo dialético entre diferentes interesses é, também, gerador de conflitos na produção e reprodução do espaço. Quanto maiores são as contradições na cidade capitalista, maiores tendem a ser os conflitos de interesses entre diferentes agentes produtores do espaço, particularmente entre os que pensam e agem na cidade encarando-a com o olhar de simples de uma mercadoria à qual o capital teria todo direito, e os que veem a cidade como um espaço que deveria, prioritariamente, atender a sua função social para só depois atender a função econômica. Tal tipo de conflito parece muito claro no Bairro do Recife, envolvendo interesses empresariais nem sempre explícitos, mas muito evidentes, e os moradores da Comunidade do Pilar, que lutam para não só permanecerem nesse espaço, como ainda terem as melhorias

consideradas urgentes para viverem de forma digna em termos de moradia, trabalho, lazer, educação, saúde e outros aspectos essenciais para o direito à cidade.

Nesse quadro, fica também claro que falar em (re)produção espacial é discutir a complexa questão do direito à cidade. Trata-se de uma noção proposta por Lefebvre (2004), mas que desde a década de 1970 ganhou adeptos quando se difundiram suas ideias, e hoje em dia se tornou objeto de reflexão e ação não só para inspiração de trabalhos acadêmicos numa perspectiva crítica, como de movimentos sociais e de coletivos que buscam assegurar a cidade como o espaço do direito a uma vida digna sob vários aspectos: o habitar em condições dignas; ter educação e saúde decentes; ter direito a trabalho igualmente digno sem esquecer o lazer; saneamento básico, dentre tantos outros direitos.

Um pressuposto teórico importante é considerar que o espaço urbano constitui uma construção social, que se dá ao longo do tempo. Tal processo de produção se dá de forma fragmentada de acordo com interesses específicos, pois segundo Harvey (1989, p.52) “o poder de organizar o espaço advém de todo um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais”. Portanto, tratando a partir de agora sobre os agentes da produção social do espaço, vale ressaltar que se trata de um processo coletivo e que envolve agentes sociais de diferentes portes e funções.

Entre os principais agentes em contexto, Corrêa identifica os seguintes: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos. (CORRÊA, 1995). Embora neste trabalho não se faça a análise detalhada dos agentes em si, são trazidas à tona suas ações que acabam por deixá-los em evidência e por isso se considera interessante ressaltar tal autor.

Sem dúvida, o Estado é um agente central para a compreensão das transformações que se dão na (re)produção diferenciada e contraditória do bairro, pois numa metrópole periférica como o Recife, a atuação dos agentes privados está sempre muito dependente das políticas públicas. Por sua vez, os grupos sociais excluídos, para usar a terminologia empregada por Corrêa (1995), mesmo se fazendo restrição a ela⁶, é fundamental na análise do objeto de estudo deste trabalho,

⁶ Embora Corrêa (1995) e outros autores adotem a noção de grupos sociais excluídos e, portanto, considerem a exclusão social um fenômeno de certo modo sem grandes polêmicas em termos teóricos

considerando o conteúdo social e econômico da Comunidade do Pilar. Como dito, a consideração do primeiro justifica-se pela importância indiscutível do poder público como agente principal na mobilização de capital para as intervenções, bem como no campo da regulação do uso e ocupação do solo, que é prerrogativa do Estado. Como as transformações urbanas no Bairro do Recife, mesmo encabeçadas pelo Estado, tiveram a participação de empresas privadas, ao falar da atuação do Estado, inevitavelmente elas também emergem neste trabalho.

Vale destacar que, como agente produtor do espaço urbano, o Estado atua como modificador, de acordo com interesses que variam no tempo e no espaço. Ele também é provedor de infraestrutura responsável pela melhoria espacial e a consequente atração de investidores, indústrias, empresas, dentre outros. O Estado ainda é responsável por desenvolver serviços públicos que atendem a população (CORRÊA, 1995), notadamente os considerados mais básicos: educação, saúde, limpeza urbana, segurança pública, dentre outros. Tanto a sociedade de forma geral, quanto as empresas dependem do Estado, pois ele é essencial no processo de produção e de reprodução do espaço da cidade e seu papel é crucial para toda a população, bem como para assegurar o processo de acumulação e reprodução capitalista.

Desse modo, mesmo que de formas distintas, o Estado atua em benefício de diferentes grupos sociais, sejam eles ligados ao capital ou aos segmentos de trabalhadores. Para o autor em contexto, “A atuação do Estado se faz [...] visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, [...] condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais”. (CORRÊA, 1995, p.26). Trata-se, pois, de uma atuação muito complexa.

Como nem sempre o Estado cumpre o seu papel na implementação de políticas que assegurem a provisão de serviços essenciais e condições de vida dignas para toda a sociedade, os grupos marginalizados desenvolvem seus espaços na forma de moradia à sua maneira, geralmente em áreas muito periféricas onde o custo do solo é muito mais baixo, ou em áreas onde há restrições legais ao mercado imobiliário formal ou ainda em áreas degradadas do centro, por meio do reaproveitamento de

e conceituais, neste trabalho, considera-se a perspectiva apontada por Sposito (2005), apoiada em Martins (1997), para quem, melhor do que falar em exclusão social, é mais recomendável falar em inclusão precária ou marginal. A reflexão sobre isso será feita adiante.

antigos casarões em decadência, ocupações irregulares de espaços originalmente concebidos para equipamentos comunitários, dentre outros. Isso tudo mostra como a produção do espaço da cidade capitalista é repleto de desigualdades e contradições e tal não é diferente do que se verifica no Recife.

Porém, o Estado constitui-se de representantes da sociedade para melhor viabilizá-la e geri-la com êxito para que objetivos coletivos sejam alcançados, sendo assim, tais representantes fazem parte da minoria ideologicamente dominante. Sobre isso, Nico Poulantzas (1979, p.27) diz que “La ideologia dominante, em partícula, consiste em um poder essencial de la classe dominante [...] se encarna em los aparatos del Estado que desempeñan el papel de elaborar, enculcar y reproducir esa ideologia”. Uma ideologia representa um sistema de ideias e ou representações, assim como práticas materiais que modificam costumes e hábitos para se adequar a sistemas dominantes. As ideologias, portanto, são empregadas pela classe dominante que detêm um poderio maior, que por sua vez estão imbricadas no Estado fazendo com que tal ideologia seja reproduzida. Esta ideologia, por sua vez, diz respeito ao sistema empregado no recorte desta pesquisa, o sistema capitalista (POULANTZAS, 1979). Sobre o Estado capitalista, o mesmo autor contribui dizendo que

es cierto que el Estado capitalista, muy particularmente en su forma actual – y aparte de que este Estado debe ser concebido, de todas maneras, en un sentido amplio – concentra cada vez más en él las diversas formas de poder. Interviendo crecientemente en todas las esferas de la realidad social, disolviendo el tejido social tradicionalmente privado, ese Estado se filtra en las redes más capilares y penetra tendencialmente en los sectores del poder, de todo poder de clase. (POULANTZAS, 1979, p. 37).

Assim, o Estado desenvolve autonomia de modificação espacial segundo interesses daqueles que possuem poder, que ocupam cargos de chefia dentro do aparato público, desenvolvendo assim interesses pertencentes à classe hegemônica economicamente favorecida com objetivos pontuais capitalistas.

Há ainda os agentes sociais incluídos marginalmente. Corrêa (1995) usa a terminologia “grupos sociais excluídos”, porém, considerando o que é discutido por Sposito (2005), apoiada em Martins (1997), muito mais do que uma exclusão social em sentido pleno, há uma inclusão precária ou marginal. Considerando que a própria formação da Comunidade do Pilar naquela localização está relacionada com a

proximidade do porto, importante no passado, e hoje parte dela sobrevive, ainda que precariamente do comércio ambulante ou de pequenos serviços no próprio bairro, pode-se falar em inclusão marginalizada dos mesmos. Tal processo não exclui o caráter de vulnerabilidade a que eles estão expostos, conforme será analisado no capítulo 5.

Depois de feita a discussão sobre a abordagem analítica da produção do espaço e de identificar os agentes que são objeto de estudo neste trabalho, espera-se que tenha ficado evidenciado que a abordagem teórico-metodológica da produção do espaço implica numa forma de enxergar a realidade, ou seja, de considerar que a cidade e o seu espaço são produto, meio e condição da ação inseparável, contraditória e combinada da atuação de três ordens de agentes: econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, a compreensão de um passa, também, pela consideração, mesmo que indiretamente, da atuação dos outros dois, sem perder de vista que se trata e um processo permanente e permeado por contradições. Dito tudo isso, é sob essas condições que se dá o processo de (re)produção socioespacial do Bairro do Recife, tal como será analisado no capítulo adiante, mas que, antes disso, serão feitas explanações sobre os outros dois processos que dão base a este trabalho: o empresariamento urbano e a segregação induzida, nos dois próximos subitens, os quais são expressões contraditórias da (re)produção socioespacial do referido recorte estudado.

4 UM BAIRRO, DUAS REALIDADES SOCIOESPACIAIS DIFERENTES

Neste capítulo, faz-se a análise amidiada do conteúdo social e econômico do espaço urbano do Bairro do Recife, tendo por base o aspecto central da abordagem que é tomado neste trabalho: a (re)produção diferenciada do espaço. Para isso, com base em Carlos (2001), parte-se do pressuposto teórico-metodológico de que o espaço é produto, meio e condição do processo de reprodução do capital, sendo por isso a expressão das contradições que reinam na sociedade como parte desse processo mais amplo.

Não há aqui a pretensão de discutir teoricamente o que seja propriamente um bairro, no sentido de espaço de relações de sociabilidade e que envolve elementos subjetivos carregados de simbolismos ou ainda em relação às interações no contexto da cidade, tal como ressalta Souza (2013), mas, ao mesmo tempo, e em razão das contradições que marcam a realidade investigada, lança-se uma dúvida sobre até que ponto se pode mesmo falar de uma vida de bairro no Bairro do Recife, pois grande parte das pessoas que no dia a dia se apropriam dos equipamentos urbanos desse fragmento da cidade não são moradores de lá, e sim de outros bairros recifenses ou da área metropolitana, ou ainda turistas e visitantes. O fato é que as intervenções urbanas que, de fato, têm contribuído para melhorar as condições do Bairro do Recife sob diferentes aspectos, também têm contribuído para demonstrar com ainda clareza as contradições da (re)produção diferenciada de seu espaço.

Para dar conta dessas inquietações, faz-se no primeiro subitem do capítulo uma discussão sobre como a cidade se torna alvo dos interesses capitalistas e, para isso se toma para exemplificação os casos de Barcelona, na Espanha, e do Rio de Janeiro, ambas profundamente alteradas por projetos para sua adequação para os jogos olímpicos e onde o caráter de empresariamento ficou muito evidente. Em seguida, a análise recai sobre a cidade do Recife, trazendo à tona algumas intervenções urbanas que sinalizam a grande força dos interesses do capital sobre algumas localizações, particularmente as que constituem frentes d'água.

Em seguida, o estudo “aterrissa” no recorte espacial da pesquisa e faz uma análise amidiada sobre as ações e intervenções que têm marcado a diferenciada (re)produção socioespacial do Bairro do Recife. Por último, a análise recai sobre a

questão da segregação socioespacial na Comunidade do Pilar, procurando fazer o contraponto com a outra parte do bairro. Começa-se, no subitem que segue, pelo olhar mais externo até tal “aterrissagem”.

4.1 Uma primeira aproximação de casos de empresariamento urbano extralocal: Barcelona e Rio de Janeiro

Antes de tratar do empresariamento urbano no Bairro do Recife, faz-se aqui uma discussão sobre o caráter empresarialista das transformações em Barcelona (Espanha) e no Rio de Janeiro, dois casos de cidades onde tal problemática é muito nítida e que servirá de ilustração para facilitar a análise crítica do que ocorre no Recife. Parte-se da compreensão de que, no atual momento do capitalismo globalizado, os processos que se dão nas cidades estão cada vez mais interligados, pois estão todos regidos pela mesma lógica do capital, que tem um caráter uniformizador na escala mundial. Tal como aponta Santos (2004), muito embora cada lugar tenha suas especificidades, ao mesmo tempo, suas transformações estão condicionadas por processos determinados na escala mundial. Sendo assim, a compreensão do que ocorre em Recife, muitas vezes, exige um olhar mais apurado para o que ocorre em outras cidades mais importantes, pois a lógica da mercadoria se impõe em distintas escalas.

Da mesma forma, embora o recorte espacial desta pesquisa seja o Bairro do Recife, é importante considerar que sua dinâmica e contradições urbanas, como as intervenções na zona portuária, fazem parte de uma lógica que é replicada em outras cidades mundo afora. Assim, no atual contexto de economia globalizada, é bastante comum não apenas as empresas, mas também certas cidades, através de projetos urbanísticos pontuais e voltados para atividades também igualmente pontuais, participarem de um processo de acirrada competição entre si. Cada vez mais, as cidades procuram estabelecer políticas que reforçam sua imagem por meio de slogans, logotipos e projetos de intervenção urbana que reforçam a lógica da cidade-mercadoria. É evidente que, como metrópole bastante periférica, Recife está fora do jogo ou participa muito por fora dessa competição, mas isso não impede de ter experiências que ao menos se inspiram nesse contexto de competição das cidades neoliberais.

Um dos dilemas mais comuns diante desse disso é a confusão conceitual acerca do que seja desenvolvimento e, ainda mais, sobre o desenvolvimento urbano, pois essa é uma expressão muito usada por planejadores e gestores urbanos, ou ainda por empresas que atuam em projetos imobiliários, sugerindo sempre que o desenvolvimento estaria atrelada ao embelezamento e à modernização da estrutura física da cidade. Uma primeira acepção de desenvolvimento seria o domínio da natureza, transformá-la, fazer crescer; desenvolver, seria, então, aperfeiçoar o que já existe, qualificar o que está passível de mudança, dar uma nova roupagem.

Contudo, como tal definição parece muito genérica, Souza (2002, p.75) ressalta que, em relação à cidade, pode trabalhar com a perspectiva do desenvolvimento socioespacial urbano, o qual deve considerar dois aspectos essenciais: a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social. Sem essas duas dimensões devidamente interligadas, isto é, pensadas em conjunto, a visão do desenvolvimento confunde-se com o mero crescimento econômico, recaindo, assim, na mera visão economicista. Vale frisar que tais inquietações sopram as velas deste trabalho e por mais embelezado que esteja um fragmento da cidade, isso, por si só, não é suficiente para se considerá-lo desenvolvido sob a perspectiva do desenvolvimento socioespacial urbano.

Segundo Harvey (1989, p.49) “parece ter surgido um consenso geral em todo o mundo capitalista avançado de que benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico”, as cidades passam a ser vistas e produzidas para se tornarem empresas, fontes de capital, que conta com a parceria público-privada como principal característica (HARVEY, 1989). Porém, tal produção não ocorre na cidade como um todo, territorialidades propícias para tal tipo de planejamento urbano são escolhidas e adequadas em seus moldes, “territorialidades estas que [...] apresentam correlação direta com o potencial paisagístico destes espaços emblemáticos, promovendo transformações de paisagens degradadas/enfeadas/escondidas em vitrine de um ideal (mercadológico) do *city marketing*” (BARBOSA, D. 2014, p.128).

Nota-se que, sob essa perspectiva, a cidade é encarada como negócio e a lógica da mercadoria passa a ditar as intervenções que nela são realizadas pelo próprio poder público ou pela iniciativa privada, porém com plena anuência e apoio do mesmo, através de determinadas políticas urbanas que contemplam certos tipos de

incentivos. O discurso do mercado passa a prevalecer e a legitimar as intervenções urbanas que visam favorecer as empresas e isso muitas vezes se dá à revelia dos moradores marginalizados que vivem na cidade e acabam sendo vítimas dessa modernização pautada no mercado.

Esse modelo nasce nos Estados Unidos quando uma forte crise no sistema de planejamento e gestão urbanos acomete os centros industriais e portuários, levando-os ao declínio. Junto a isso, as políticas de cunho neoliberal de minimização do Estado na economia surgem e ganham força, fazendo tal modelo norte americano obter ainda mais êxito. O sucesso foi tamanho que potências mundiais, como o Reino Unido, no governo de Margaret Thatcher, adotam as mesmas medidas, as quais tiveram grandes repercussões e transformaram a economia do país (COMPANS, 2005).

No âmbito do planejamento urbano tal contexto neoliberal se traduziu no *city marketing*. Para entender melhor o funcionamento de tal modalidade do planejamento urbano, é necessário compreender os atores e as ações que o desenvolvem. Um deles é o Estado, que além de demarcar o campo das lutas de classe, as relações de produção, também organiza o mercado e as relações de propriedade, responsável também por instituir a dominação política além de instaurar a classe política dominante (POULANTZAS, 1979). O outro são os agentes privados, detentores do capital privado, muitas vezes imbricados dentro do Estado, são responsáveis por financiar obras e desenvolver projetos de interesse próprios.

O *city marketing* é também considerado como planejamento urbano estratégico e, em termos análogos, transforma o clássico planejamento regulatório em gestão territorial empresarial. Por meio desse planejamento de natureza mercadológica, a cidade é tratada como empresa, sendo “vendida” para consumidores, torna-se “participante” de um mercado competitivo junto a outras cidades (SOUZA, 2013) e, nesse sentido, vale a máxima de que, à luz desse planejamento, a cidade se torna, ela mesma, um negócio.

Com essa mesma linha de raciocínio, Compans afirma que a finalidade do *city marketing* é “vender” a cidade como uma marca, ou seja, ela vai além de um produto (o que já seria um aspecto crítico), e a perspectiva de cidade-mercadoria ganha ainda mais força. Para a autora, o *city marketing* envolve

A promoção ou “venda” da cidade, o que incluiria basicamente: (a) a criação e a divulgação de uma imagem “de marca” positiva e sólida para a cidade; (b) a construção e a divulgação de grandes atrações turísticas, como monumentos, shoppings, centros de convenções, de entretenimento, estádios, eventos culturais, esportivos etc.; (c) oferta de infraestrutura de qualidade em termos de transportes, abastecimento de água, energias, escolas, segurança pública, opções de recreação e lazer, restaurantes e hotéis etc. (COMPANS, 2005, p. 120).

É possível notar que o trabalho do *city marketing* recai sobre a estrutura da cidade, “melhorando-a” para que possa competir com as demais; a cidade passa a ser uma espécie de atleta que recebe um preparo físico de alta intensidade para que possa se inserir em competições com atletas tão preparados quanto e, por fim, ganhar o prêmio ou estar dentro de uma classificação de melhores cidades do mundo. A cidade então recebe os incentivos privados para melhorar sua infraestrutura, através de concessões públicas para poder competir com as demais cidades nacionais e até mundiais no quesito de atração de turistas, promoção de eventos, entretenimento etc.; e o prêmio final são as riquezas geradas com tais eventos e o destaque da cidade no âmbito nacional e ou mundial.

Trata-se de ver a cidade pelo viés da competição, ou seja, de uma competição interurbana. Isso geralmente acontece não pensando a realidade urbana em seu conjunto, mas através de recortes da cidade, de intervenções pontuais e seletivas no espaço urbano, elegendo localizações consideradas mais interessantes ou atrativas do ponto de vista do capital. Justamente por isso que essa forma de olhar e planejar a cidade se enquadra no empresariamento urbano, pois o foco das intervenções são as empresas e os projetos urbanos que podem atrair grandes investidores e não, necessariamente, a melhoria efetiva de vida da população em condições socioeconômicas mais vulneráveis.

As intervenções urbanas de caráter pontual e, essencialmente focadas em interesses do capital ganham força tanto mais, quanto avançam as políticas neoliberais defensoras do Estado mínimo e do equilíbrio fiscal. Além disso, em nome do princípio da eficiência, agentes do mercado são chamados a atuar em parceria com o Estado, dentre outras coisas, para reduzir ou evitar os riscos na participação em certas atividades econômicas. Segundo Compans (2005, p. 116),

[...] supõe-se que para os atores privados ela signifique a possibilidade de influenciar e/ou exercer competências públicas – como obter a modificação

de procedimentos, direitos e decisões em matéria de urbanismo -, ter acesso a informações privilegiadas e reduzir os riscos na realização dos projetos, posto que tais riscos seriam frequentemente assumidos pelos governos locais.

No espaço urbano, as empresas que em geral participam ou apenas se beneficiam diretamente das intervenções promovidas pelo Estado são aquelas com forte capacidade de investimento e também por isso as que exercem considerável poder de pressão sobre o poder público. Assim é que o Bairro do Recife com as características de bairro bem qualificado em relação às condições de infraestrutura urbana e de forte centralidade para atividades como comércio e serviços, além das atividades da economia criativa, tem se tornado bastante cobiçado pela iniciativa privada e o poder público tem, desde os fins dos anos 1990, preparado o terreno para que tudo isso aconteça.

Portanto, como diz Souza (2013, p. 42), “a produção do espaço pode se referir tanto à sua (re)produção, nos marcos do modelo social hegemônico, capitalista e heterônimo, quanto à emergência de novas significações e novas práticas”. No contexto da área objeto de estudo, tais práticas resultaram no Projeto Urbanístico de Revitalização do Bairro do Recife, baseado no projeto pioneiro desenvolvido em Barcelona, bem-sucedido sob o olhar do capital e aplicados em outras cidades globais e brasileiras.

Um dos traços que marcam o empresariamento urbano é justamente a tendência à repetição das concepções dos projetos adotados nas cidades mundo afora. Até parece que nada mais é original, os mesmos renomados escritórios de arquitetura e urbanismo se tornam grifes e assinam projetos de museus, complexos de lazer, planos de requalificação de fragmentos de cidades para concorrerem a megaeventos esportivos como a Copa do Mundo ou as Olimpíadas, por exemplo, e tudo isso tende a apresentar traços bem homogêneos que desconsideram as especificidades de cada lugar.

Historicamente falando, foi a partir das reformas empreendidas em Paris pelo Barão de Haussmann, na segunda metade do século XIX, com caráter tipicamente higienizador, e, entre vários casos, serviram de inspiração para as reformas feitas em Barcelona na preparação dessa cidade para os jogos olímpicos de 1992. As reformas tirariam do centro a classe média e requalificariam assim o núcleo urbano elevando,

consequentemente, o valor do solo urbano. Como consequência, houve a transferência de núcleos urbanos para assentamentos periféricos, compostos por cidadãos dos setores mais vulneráveis da sociedade que não conseguiam mais bancar a vida no centro, mantendo os ares de bairros tradicionais, mas transformados e muito valorizados pelas reformas urbanas. (DELGADO, 2007).

O centro barcelonês passou pelo processo de gentrificação, que, segundo Bataller (2012, p.10) “consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorreram em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação do seu status”. Tal fenômeno aconteceu principalmente nos países desenvolvidos após a década de 1970, sendo conhecida como pós-moderna, e acarretou profundas mudanças sociais. De acordo com Bataller (2012, p. 12),

A gentrificação está profundamente enraizada na dinâmica social e econômica das cidades e, em grande parte, está determinada pelo contexto local: os bairros, os agentes e atores urbanos, as funções dominantes da cidade e a política governamental local [...] se trata de um processo altamente diversificado: podem surgir várias trajetórias; pode transformar total ou parcialmente uma área; é protagonizado por uma ampla lista de agentes e suas causas e consequências.

Desse modo, o processo de gentrificação não é nada simples, pelo contrário, é um processo bastante complexo. Por valorizar as moradias, fica difícil para a população pobre residir no centro, tendo que obrigatoriamente se deslocar para zonas periféricas. Contudo, uma observação a fazer é que tal processo certamente não se realiza em sua plenitude nas cidades da periferia do capitalismo, sobretudo no contexto do Recife. Como se vê no caso barcelonês, a gentrificação implicou na remoção da população pobre do centro e sua substituição pela população de maior poder aquisitivo que lá passa a residir, além da instalação de equipamentos de comércio e serviços voltados para esses novos moradores e aos turistas que passam a frequentar esses espaços.

Por aqui, até que há intervenções que resultam na implantação de novos equipamentos de comércio e serviços para a chamada classe média e os turistas, mas essa mesma classe média não se interessa em morar na área central. Não há no Bairro do Recife, desde que foram feitas as primeiras intervenções urbanas nos fins da década de 1990, com a renovação da Rua do Bom Jesus e da Praça do Arsenal,

nem nos anos subsequentes nenhum movimento da chamada classe média recifense para morar nesse bairro. Esse espaço se tornou apenas um espaço de lazer, com a sua adequação em termos de instalação de novos estabelecimentos de comércio e serviços.

No que se refere à remoção ou pelo menos a tentativa de remoção dos moradores pobres, considerados mal vistos em áreas de consumo da classe média e de turistas em área gentrificadas, há sim, o esforço em retirá-los. Esse é certamente o problema de fundo que enfrenta a Comunidade do Pilar e por isso não há como falar do empresariamento de uma parte do Bairro do Recife sem correlacioná-lo com a problemática dessa comunidade pobre do bairro.

Manuel Delgado faz uma crítica pertinente às transformações urbanísticas desenvolvidas em Barcelona, que acabam por ser aplicáveis nos próximos lugares que aparecerão ao longo do trabalho, ele afirma que:

No se plantea aquí una censura al hecho de que las ciudades y los barrios cambien, ni al principio de acuerdo con el cual eran urgentes las intervenciones que mejorasen la calidad de vida de sus habitantes. Lo que se critica es que las actuaciones respondan al hecho de que a políticos y promotores les parezca inaceptable que, justo en medio de la ciudad, vivan obreros, inquilinos de renta baja y otros elementos escasamente decorativos que puedan asustar a los turistas y a los nuevos propietarios, a los que se pretende atraer a toda costa. He ahí un nuevo ingrediente del “modelo Barcelona”: el proceso inexorable de ilegalización de la pobreza. (DELGADO, 2007, p.61).

No contexto de Barcelona, o que aconteceu foi uma supervalorização de espaços estratégicos na cidade, submetidos a planos de requalificação, reformas e toda uma impressão de desejos e vontades de cunho político-econômico, fazendo com que a população que vivia nesses lugares antes de tais modificações acontecerem, sejam expulsas pelo capital imobiliário, destinadas a procurar outros espaços que possam custear.

Esses projetos primam pela lógica homogeneizadora dos espaços e isso significa buscar homogeneizar também a população que usufruirá deles, excluindo os pobres ou outros extratos sociais que não sejam considerados consumidores potenciais dos novos equipamentos lá instalados. Com todas as contradições que isso implica, após tais renovações, Barcelona tornou-se apta para a competição mundial, sendo uma das cidades mais visitadas por turistas em todo o mundo.

O “modelo Barcelona” passou a ser copiado por outras cidades, servindo, inclusive, de inspiração para a cidade do Rio de Janeiro, levando seus gestores a coloca-la por mais de uma vez a candidatar-se a sediar os jogos olímpicos. Com sua escolha pelo COI para sediar as Olimpíadas de 2016 e, antes disso, a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, serviram de justificativa para as intervenções com claro viés de empresariamento urbano. Esse passa a ser o momento mais oportuno para as intervenções urbanas pautadas no *city marketing*.

Com claro caráter de empresariamento urbano, as intervenções que preparam a área portuária do Rio de Janeiro para as Olimpíadas 2016, ocorreram com base numa Operação Urbana Consorciada, que segundo Ferreira (2011, p. 242)

[...] Incorre em um conjunto de intervenções coordenadas pelo município e demais entidades da administração pública municipal em parceria com atores privados, configurando sua atuação mediante parcerias público-privadas. Ao que parece, trata-se de uma espécie de enclave territorial, já que aquela área passa a ser gerida de forma diferenciada do resto da cidade, colocando-se à parte da estrutura executiva municipal.

Ou seja, por ser uma área desenvolvida expressamente para a população moradora com poder de consumo e, em particular, turistas, cria-se um fragmento da cidade com infraestrutura de comércio e serviços fundamentalmente direcionada para o turismo. Isso gera um ganho econômico considerável para investidores privados e a cidade, muitas vezes, passa a ser visibilizada como se restringisse apenas àquele pequeno fragmento, deixando de lado problemas como o da superlotação no transporte público, as carências de infraestrutura e serviços públicos básicos como saúde, educação, limpeza urbana, equipamentos de lazer, dentre tantos outros.

O que se vê no Rio de Janeiro e em Barcelona, assim como em outras cidades do mundo, é a chamada paisagem Mc Donald’s (FERREIRA, 2011), ou seja, paisagens cada vez mais repetidas, as quais não se relacionam com a história do local. O curioso é que essa “paisagem Mc Donald’s”, nesse caso, tem em comum o aproveitamento de antigos armazéns da zona portuária, conferindo-lhes novos usos. Além disso, mesmo que se respeite grande parte do casario preexistente, alguns projetos arquitetônicos implantados e os estabelecimentos e marcas que lá se instalam destoam completamente do contexto local e são concebidos para pessoas economicamente favorecidas, representantes de uma parcela mínima da população, o que agrava mais ainda os casos de segregação social.

Sob a ótica do *city marketing*, as cidades são transformadas para o usufruto de turistas e de moradores seletivos, os que podem pagar caro. A população pobre é cada vez mais esquecida, escondida e sua paisagem camuflada como forma de ser disfarçada no novo contexto. Há assim, uma explícita política de paisagem que prima pela estética do embelezamento pontual encobre perspectivas futuristas estrangeiras que pouco dizem da realidade local. No subitem a seguir a análise será aprofundada em relação ao Bairro do Recife, tendo em vista ser o objeto empírico da presente investigação.

4.2 As primeiras grandes intervenções e ações que requalificaram o bairro

Os principais pontos turísticos da cidade do Recife estão relacionados principalmente à história da cidade e ao menos uma parte dessa história está no Bairro do Recife. As requalificações dos últimos anos chamam a atenção do público para a imersão num Brasil de influência holandesa e portuguesa. É nesse contexto que moradores e turista que visitam o bairro se inserem para descobertas e aprendizado dentro do bairro. Assim, uma das primeiras requalificações do bairro foi a implantação do Shopping Paço Alfândega (figura 2), inaugurado em 2003, o qual ainda incluída o edifício garagem e o da Livraria Cultura (atualmente fechada no local). Esse projeto é um dos equipamentos urbanos mais importantes do bairro, numa edificação do século XVIII, às margens do Rio Capibaribe. No início, foi construído para abrigar o convento da Ordem dos Padres de São Felipe Neri, ou os Oratorianos. Tempos depois, o espaço passou a pertencer à igreja Madre de Deus e, logo após, à alfândega do Recife (CHAVES; FARIAS, 2018). O prédio sofreu alterações na sua arquitetura original após um incêndio, passando de um estilo neoclássico para um neogótico.⁷

Junto com o projeto de requalificação do Recife, o Paço Alfândega foi requalificado por meio do projeto Monumenta BID e foi destinado a ser um centro de compras, que, por sua vez, demandava espaços para garagem para os consumidores. Assim, espaços nobres do bairro com vistas para o rio Capibaribe e para o mar foram vendidos e transformados em edifício garagem. Tais obras destoam completamente da arquitetura do bairro, podendo ser comparados a monólitos de concreto

⁷ Disponível em: <http://pontualarquitetos.com.br/int/alfandega>. Acessado em: 30/03/2019.

(LACERDA, 2007). Neles funcionam, além do estacionamento propriamente dito, uma empresa de eventos no último pavimento e no térreo funcionava a Livraria Cultura (que encerrou suas atividades no bairro no segundo semestre de 2018)⁸.

Figura 2 - Os dois paços, o antigo e o requalificado



Fotos: Luciana Menezes.

Disponível em: <http://pontualarquitetos.com.br/int/alfandega>. Acessado em: 14 dez 2019.

Assim como a transformação do Paço em *shopping center*, houve a necessidade da construção de estacionamentos para atender as demandas desse estabelecimento. Então, duas áreas foram destinadas à construção do edifício-garagem, sendo uma de frente para o rio e a outra para o mar, as duas entre a Rua Madre de Deus. Porém, o destaque para tais edificações está na passarela de concreto armado construída para o tráfego de veículos, como mão dupla e três pavimentos (figura 3) que liga os dois edifícios-garagem.

A concepção da obra ficou a cargo de um famoso escritório paulista de arquitetura, que desconsiderou completamente o conjunto histórico e arquitetônico do local, o qual além do componente histórico do casario como um todo, tem na Igreja da Madre de Deus um dos principais ícones do bairro. Trata-se, ainda, de uma das mais importantes igrejas históricas da Cidade do Recife e que ficou ofuscada na paisagem após a construção do edifício-garagem. Vale ressaltar que no último andar desse edifício, está instalada uma empresa de festas que atende, principalmente, os eventos de casamento realizados na Igreja Madre de Deus (LACERDA, 2007).

⁸

Notícia

disponível

em:

https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2018/07/07/internas_viver,756807/disputa-judicial-e-causa-do-fechamento-da-livraria-cultura-no-bairro-d.shtml. Acessado em: 30 abr/2019.

Figura 3 - Edifício-garagem e suas passarelas vistos a partir da perspectiva da Igreja Madre Deus



Foto: Autor (2019).

Observa-se, pelo conteúdo da figura 3, que a arquitetura do edifício-garagem em nada dialoga com o entorno, tanto pela passarela sobre a rua, quanto pelo tipo de material construtivo utilizado. Na verdade, esta foi apenas mais uma das várias agressões ao patrimônio histórico e arquitetônico do Bairro do Recife, que com esse tipo de intervenção, representa o extremo mau gosto de quem assina o projeto e a absoluta falta de senso de zelo pelo patrimônio paisagístico do bairro. Tal tipo de intervenção é apenas uma expressão da prevalência da lógica da cidade-mercadoria, pela qual a cidade é transformada muito mais para atender a necessidade da reprodução do capital do que atender os interesses e necessidades coletivos.

O apanágio muito comum que é utilizado para tentar justificar esse tipo de intervenção que passa por cima de valores estéticos ligados à preservação do patrimônio histórico e, portanto, da memória coletiva, é o discurso da geração de emprego e renda. É evidente que não se quer aqui negar a necessidade de gerar emprego para a população, contudo, sob tal linha de raciocínio não se pode simplesmente destruir o patrimônio da cidade para erguer novas estruturas. Além disso, tal postura nega a possibilidade de as edificações históricas também serem interessantes do ponto de vista do capital. A concepção de que para a cidade se

desenvolver é preciso destruir ou camuflar as estruturas arquitetônicas e urbanísticas antigas é uma visão míope, que não consegue enxergar distante, seja para trás, em relação à importância da preservação da memória histórica, seja para frente, como forma de garantir um processo de desenvolvimento em que o presente seja sempre uma ponte possível com o passado e o futuro.

Representando marcos antigos dentro do Bairro do Recife, está a Sinagoga Kahal Zur Israel, localizada na Rua do Bom Jesus, foi a primeira sinagoga das Américas, graças à ocupação holandesa e às perseguições religiosas aos judeus na Europa do século XVI. Hoje, a sinagoga é um dos mais importantes sítios de visitação do bairro.⁹ Incrementando o conteúdo turístico do bairro, na Rua do Bom Jesus, não por acaso já foi denominada Rua dos Judeus, funciona uma feirinha nos finais de semana (figura 4).

Nela, vendem-se artesanatos e comidas típicas, apresentando-se com um diferencial, a feira de rua a céu aberto, diferente do Centro de Artesanato de Pernambuco (que será abordado logo adiante) onde é possível encontrar produtos artesanais feitos com técnicas mais específicas, porém é um lugar fechado, climatizado e com segurança privada. Na referida feirinha, há ainda comidas típicas como acarajé, tapioca, pastéis, quiches etc., e objetos diversos não necessariamente de fabricação artesanal, mas que compõem parte da atração dos que a visitam semanalmente. A organização da referida feira está a cargo da Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, sendo que uma das críticas mais recorrentes da parte dos comerciantes que lá expõem seus produtos, a falta de segurança pública e o alto custo de instalação das barracas.

Para além dessa crítica de quem lá atua como comerciante, é igualmente merecedor de crítica a ausência de comerciantes residentes do próprio Bairro do Recife, sobretudo da Comunidade do Pilar. Isso demonstra a não existência de uma política pública municipal de integração dos moradores dessa comunidade à economia do próprio bairro. A iniciativa de realização da feira todos os domingos, a qual foi até ampliada para o entorno da Praça do Arsenal, com a inserção de mais comerciantes, é algo louvável. Porém, mesmo assim não houve até o momento qualquer esforço de que a população da Comunidade do Pilar se insira de forma

⁹ Fonte: <http://www.kahalzurisrael.com/>. Acessado em: 30 abr/2019.

menos marginal nesse processo. No subitem sobre a segregação induzida dessa comunidade, tal questão voltará à tona. Por enquanto, faz-se esse registro apenas para ressaltar que, mesmo nas ações como a Feirinha da Rua do Bom Jesus em que, visivelmente, não se trata de um caso de empresariamento, a lógica da (re)produção socioespacial diferenciada do bairro está muito presente.

Figura 4 - Feira na Rua do Bom Jesus



Foto: Autor (2019).

No que tange à Praça do Arsenal da Marinha, a qual embora seja conhecida por esse nome, a mesma já se chamou de Voluntários da Pátria, sendo que, nos dias de hoje é oficialmente denominada Praça Artur Oscar, um dos generais que comandou a campanha de Canudos¹⁰. Essa praça fez parte da primeira fase de intervenções para a requalificação do Bairro do Recife, nos fins da década de 1990. A concepção era transformar tal praça e a Rua do Bom Jesus como espaço de lazer, notadamente da vida boêmia da classe média.

¹⁰ VAINSENER, Semira Adler. **Torre Malakoff**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/>>. Acesso em: 6 maio 2019.

Com o tempo, esse fragmento do bairro se tornou lugar de encontro de tribos urbanas formadas por jovens advindos de distintas partes do Recife e das demais cidades da área metropolitana, nos fins de semana e feriados. Como essas territorialidades são muito efêmeras, na verdade, atualmente, o fluxo de jovens com esse uso tem diminuído nos últimos tempos, pois eles passam a se apropriar de outros espaços do Bairro do Recife, principalmente o Marco Zero, tal como analisa Neves (2018).

Ao redor da praça, nos antigos casarios, além de diversos estabelecimentos constituindo bares e restaurantes, funciona o Museu Paço do Frevo (figura 5B), um projeto de iniciativa da Prefeitura do Recife com a Fundação Roberto Marinho, concebido para preservar a memória do ritmo pernambucano que embala as folias de carnaval todos os anos. O museu funciona no prédio que hoje é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no qual antes funcionava a Western Telegraph Company, responsável pela instalação do telégrafo da cidade do Recife. Hoje, o museu conta com alguns patrocínios para sua manutenção, dentre eles o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, o Governo do Estado de Pernambuco, o Instituto Camargo Correia, dentre outros.¹¹

Na Praça do Arsenal, está a Torre Malakoff (figura 5A), construída a partir das ruínas do Arco do Bom Jesus¹² - herança holandesa no bairro e que hoje suas ruínas se encontram num sítio arqueológico delimitado no bairro – a Torre Malakoff servia como observatório astronômico e de entrada para o Arsenal da Marinha. Sua arquitetura possui um estilo árabe, conhecido como tunisiano, o nome da torre tem influências a partir de uma fortificação localizada na península da Crimeia, funcionando como centro de defesa em 1855, ano que encerrou a Guerra da Crimeia e que a torre foi construída.

Por funcionar como observatório astronômico, a torre recebeu ilustres personagens da história de Recife e do Brasil, como o Imperador Dom Pedro II e o Jornalista Mário Melo, que foi uma das influências intelectuais que lutaram pela preservação do monumento quando o Governo Federal quis demolir na década de

¹¹ Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/paco-do-frevo>. Acessado em: 6 maio 2019.

¹² Disponível em: <http://bairrodorecife.blogspot.com/2014/01/arco-do-bom-jesus.html> Acessado em: 6 maio 2019.

1920. Hoje, além de funcionar como espaço de observação astronômica, a torre também é centro turístico e de cultura, contendo exposições de artes e fóruns culturais temporários.¹³

Figura 5 - Torre Malakoff (A) e Paço do Frevo (B)



Fotos: A- Acervo da Fundação Joaquim Nabuco, disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=171&Itemid=1. Foto B: disponível em: <https://www.infonormas.com.br/cgi-sys/suspendedpage.cgi> Acessadas em: 25 nov/2018.

Outro ponto de destaque é a Praça Barão do Rio Branco, popularmente conhecida como Praça do Marco Zero (figura 6), pois é lá o quilômetro zero de onde partem todas as medidas das rodovias pernambucanas, simbolizado com um totem doado pelo Clube do Automóvel de Pernambuco, instalado em 1938. A praça foi criada a partir da requalificação urbanística na década de 1910. Em frente ao Centro de Artesanato de Pernambuco, é possível identificar a estátua do Barão do Rio Branco, com aproximadamente 2,5 metros de altura, erguida sobre um pedestal de concreto com aproximadamente 5m de altura, obra do escultor francês Félix Chapentier, que é facilmente ofuscada na paisagem local por não estar em posição de destaque. A referida estátua só não é menos presente na memória das pessoas do que o próprio nome da praça, que é popularmente conhecida como Marco Zero.

No início do século XXI, a praça foi requalificada, o totem do Marco Zero e a estátua do Barão do Rio Branco foram relocadas para as laterais da praça e no centro foi confeccionada uma obra do pernambucano Cícero Dias. Pintor modernista,

¹³Disponível em: <http://espiandopelomundo.com.br/torre-malakoff/> Acesso em: 6 mai. 19.

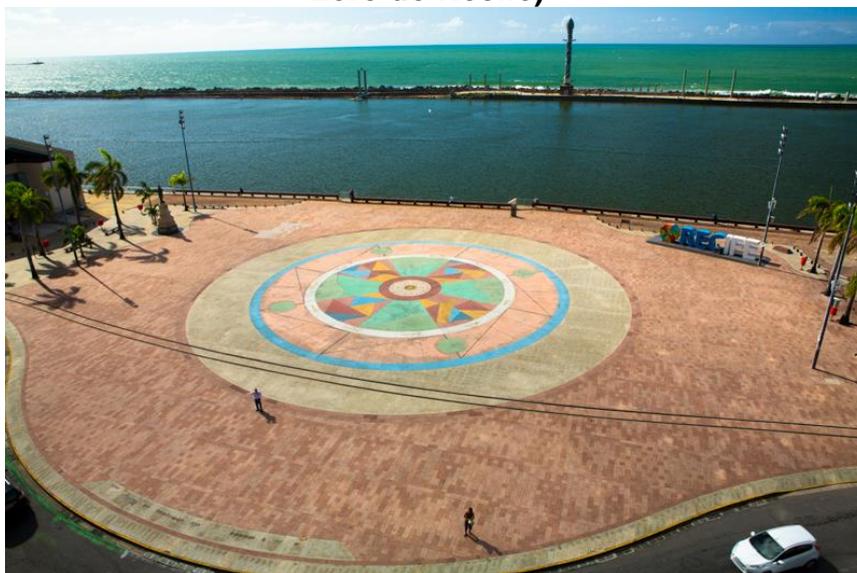
desenvolveu o traçado da rosa dos ventos no chão da praça, inspirado na sua obra “Eu vi o mundo, ele começava no Recife” atualmente em posse de colecionador. A obra é composta da rosa dos ventos, seus respectivos pontos cardeais e possui uma extensão de 10m de raio. A importância geográfica da praça diz muito sobre o bairro, lá é possível identificar, principalmente durante os finais de semana, uma pluralidade de tribos. Misturam-se esportistas (skatistas, patinadores, ciclistas), turistas, moradores das cidades do entorno, vendedores ambulantes, dentre outros, facilmente identificáveis na composição da paisagem da praça.

A Praça do Marco Zero é, certamente, o ponto turístico mais conhecido no que diz respeito ao contexto do Bairro do Recife, principalmente por ser nela que acontece alguns eventos durante o ano, como a paixão de Cristo do Recife e, principalmente, o carnaval. Neste último, o Recife caracteriza-se por ser um dos polos de carnaval mais conhecidos do país, junto com São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. A praça recebe o palco principal, onde as atrações mais esperadas pelo público se apresentam durante os cinco dias de festa. Durante esse evento, o bairro enche-se de pessoas, o que gera uma movimentação muito grande na economia da cidade, tanto em relação ao usufruto da rede hoteleira, como nos transportes públicos, privados (taxi e serviços de aplicativo), restaurantes e o fomento do turismo de outras áreas.

É necessário destacar que há outros polos espalhados pelo bairro durante a festa, a exemplo do polo da Rua da Moeda, da Praça do Arsenal e do Cais da Alfândega. No ano de 2019, a cidade do Recife recebeu cerca de 1,6 milhão de pessoas¹⁴, não há quantitativos em relação ao número de visitantes no Bairro do Recife, mas, considera-se que por receber atrações de variados estilos musicais brasileiros, o fluxo de pessoas tenha sido expressivo durante os cinco dias de festa.

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/paranambuco/carnaval/2019/noticia/2019/03/06/mais-de-16-milhao-de-folhoes-brincaram-carnaval-no-recife-diz-prefeitura.ghtml>. Acessado em 14 maio/2019.

Figura 6 - Vista aérea da Praça Barão do Rio Branco (Marco Zero do Recife)



Fonte: disponível em: <http://www.recifeartepublica.com.br/obras/obra/Rosa-dos-Ventos-2000/29>. Acessado em: 14 maio/2019.

A partir da análise da figura 6, é possível identificar outro componente importante para o turismo do bairro, o parque das esculturas do artista plástico recifense Francisco Brennand. Instalado sobre os arrecifes artificiais do Porto do Recife, o Parque das Esculturas foi implantado em comemoração aos 500 anos da descoberta do Brasil. A torre principal, com 36m de altura, é chamada de “Torre de Cristal”, inspirada em uma planta nativa das florestas equatoriais descoberta pelo arquiteto e paisagista Roberto Burle Marx. O fomento da paisagem turística do bairro fica por conta dos dois espelhos d’água separados pelos arrecifes, estando de um lado o estuário da bacia do Pina e, do outro, o Oceano Atlântico. O acesso dá-se através de pequenas embarcações ou pelo vizinho bairro de Brasília Teimosa.

A oeste, é possível identificar os edifícios com arquitetura neoclássica, inspirados em obras parisiense que margeiam a praça, com destaque para a – da direita para a esquerda - Caixa Cultural, onde antes abrigava o Bank of London and South America – BOLSA, a Associação Comercial de Pernambuco, o London River Plate Bank e o edifício-sede do Grupo João Santos, dono da fábrica de cimento Nassau. Esse prédio destoa arquitetonicamente o casario do entorno, pois apresenta uma arquitetura modernista espelhada, que antes da atual construção, existia um

edifício onde funcionava o Banco do Brasil, o qual fora construído com o mesmo estilo arquitetônico dos seus vizinhos (figura 7).

Figura 7 - Prédios às margens do Marco Zero. Da esquerda para a direita: edifício-sede do grupo João Santos, edifício London River Plate, Associação Comercial de Pernambuco e Caixa Cultural



Foto: Autor (2019).

Se comparada o estilo arquitetônico do edifício-sede do Grupo João Santos, atualmente, com o do edifício anterior que aí existia, é notória a agressão que foi feita àquela paisagem tal substituição. Não há qualquer diálogo entre o atual estilo arquitetônico e o conjunto arquitetônico do entorno. Essa falta de preocupação com a preservação do patrimônio histórico era muito mais flagrante até décadas passadas, mas ainda é um problema nos dias de hoje. Como forma de atestar tamanho descalabro, o contraponto da figura 7 com a figura 8, a seguir, configura um bom exemplo do que está em discussão.

Figura 8 - Cartão Postal da década de 1960. À esquerda, observa-se o edifício onde funcionava o Banco do Brasil e atualmente está o edifício do Grupo João Santos



Fonte: disponível em:

<https://servicodados.ibge.gov.br/api/v1/resize/image?caminho=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBS%20-%20RJ/pe40889.jpg&maxwidth=800&maxheight=600>.

Acessado em: 14 maio 2019.

Como se nota, a paisagem foi radicalmente alterada com a demolição do edifício e a construção de outro que nada tem a ver com o conjunto arquitetônico local. Infelizmente, este é apenas um dos muitos casos em que a história da cidade é negada como se o tempo passado não se devesse guardar sequer a memória. Essa trajetória no passado ajuda a entender muitas contradições do presente envolvendo a atuação de grupos econômicos fortes no espaço urbano, com a complacência do Estado. A propósito disso, a seguir, serão analisadas as intervenções do Projeto Porto Novo Recife, como o principal conjunto de intervenções urbanas na zona portuária do Recife.

4.3 Análise das intervenções do Projeto Porto Novo Recife

O caráter de empresariamento ganhou força no âmbito do Bairro do Recife com a preparação da cidade para a realização da Copa 2014. A zona portuária passou a ser alvo de uma nova intervenção urbana, nesse caso as obras do Projeto Porto Novo Recife. Esse projeto possui, como característica primordial, a base do city marketing, tais transformações explicitam o caráter pontual do projeto e do modelo baseado,

desenvolvendo ações específicas pela cidade, neste caso, pelo Bairro do Recife. A finalidade de tais projetos é o fomento do turismo e do lazer do bairro, o poder público em sintonia com os interesses de empresas privadas, tem por objetivo requalificar a zona portuária do bairro, transformando-a num espaço de lazer direcionado essencialmente para segmentos da classe média, local e extralocal, no caso de turistas, além da instalação de alguns equipamentos do segmento denominado economia criativa.

Na verdade, o projeto prevê até o início do Bairro de São José, na faixa de extensão dos trilhos ferroviários e de antigos armazéns que se estendiam até as proximidades das duas torres - Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau. Com o agravamento da crise econômica nos últimos anos, essa parte do Bairro de São José não teve nenhuma obra até o momento.

Num contexto de modificação do espaço protagonizado pelo papel do Estado, à semelhança do que ocorre em outras cidades nesse tipo de intervenção de grande monta, o capital privado se coloca como o principal beneficiário. Tal como é discutido neste trabalho, outros projetos urbanos se inserem na (re)produção desigual e contraditória do espaço urbano recifense, a exemplo dos complexos da Vila Naval e do Novo Recife, para ficar apenas em outros dois casos bem ilustrativos por enquanto.

O Novo Recife abrange terrenos que pertenciam à Rede Ferroviária Federal, onde havia antigos armazéns, no Cais José Estelita. Tal intervenção urbana foi fortemente rejeitada por segmentos da sociedade civil organizada, no início da década de 2010, que mobilizou atos e protestos inspirados no movimento *Occupy Wall Street*, em Nova Iorque, e conseguiu parar o processo e chamar a atenção da opinião pública. Mas, com a liberação na justiça, as vendas da primeira etapa tiveram início, sinalizando mais uma vitória da visão da cidade-mercadoria.

Voltando ao Projeto Porto Novo Recife, a requalificação prevista compreende a transformação de sete antigos armazéns para comportar os seguintes equipamentos: centro de artesanato; museu; marina; terminal marítimo de passageiros; hotel; restaurantes; salas para escritórios; teatro; e cinema. Em termos de concepção, o que esse projeto prevê para o Bairro do Recife não é nada de novo, pois outras cidades fizeram o mesmo, a exemplo do já mencionado Rio de Janeiro, com o Porto Maravilha, da Estação das Docas em Belém, no Pará, no Porto Madero,

em Buenos Aires, dentre outros casos. As reformas na Rua do Bom Jesus, na Praça do Arsenal e na Torre de Malakoff sinalizam uma primeira fase do empresariamento urbano no bairro, mas sem o porte e o conseqüente impacto paisagístico do Projeto Novo Recife.

O Terminal Marítimo de Passageiros (figura 9), mesmo com atraso nas obras, foi concluído em outubro de 2013¹⁵. O total de gastos com tal intervenção ficou em torno de R\$ 28,8 milhões, advindos de parceria entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Programa de Aceleração do Crescimento Copa – PAC Copa. Outras capitais, como Salvador, Natal, Fortaleza e Manaus, também tiveram a requalificação nos seus terminais fluviais, sendo o de Recife o primeiro a ser entregue.

O referido terminal possui uma área total de 7,9 mil m² e uma capacidade para três navios de grande porte atracados e uma média de circulação de 4 mil pessoas.¹⁶ Porém, anos mais tarde, foi detectado prejuízo em relação ao previsto para a quantidade de passageiros por temporada que não foi atingindo, ao alegar que seria necessário uma dragagem para receber navios de grande porte.¹⁷ O terminal segue funcionando até então, além de estar sendo direcionado para outros usos, como entretenimento, na área externa.¹⁸

¹⁵ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/10/prevista-para-fevereiro-abertura-do-terminal-maritimo-do-recife-sera-no-domingo-4297866.html>. Acessado em: 06 maio. 2019.

¹⁶ Disponível em: <http://www.portodorecife.pe.gov.br/noticia-int.php?id=terminal-maritimo-de-passageiros2>. Acessado em: 06 maio 2019.

¹⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/12/audiencia-poe-em-xeque-viabilidade-de-terminal-maritimo-do-recife.html>. Acessado em: 06 maio 2019.

¹⁸ Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2019/02/25/internas_viver,778774/edicao-de-10-anos-do-pegavareta-lota-terminal-maritimo-do-recife.shtml. Acessado em 06 maio 2019.

Figura 9 - Terminal Marítimo de Passageiros

Foto: Autor (2017).

Por sua vez, outra importante obra do Projeto Porto Novo Recife foi a implantação do Museu Cais do Sertão, no Armazém 10, (figura 10), iniciada em 2010 ainda na gestão do ex-governador Eduardo Campos e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi a mais cara envolvendo todo o projeto, com uma média de R\$ 120 milhões em investimentos públicos (80%, provenientes do Governo do Estado de Pernambuco, da Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR, e do Ministério da Cultura - MinC) e privados (20%).

A concepção do museu, segundo entrevista concedida pela coordenadora de conteúdo do referido equipamento cultural, surgiu do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inspirado no Museu da Língua Portuguesa, situado na cidade de São Paulo, tendo a finalidade de homenagear a cultura do povo sertanejo do Nordeste brasileiro e a obra de Luiz Gonzaga. O primeiro módulo foi inaugurado no ano de 2014, contando com um espaço de 2.000m², com a exposição permanente chamada “O Mundo do Sertão”¹⁹.

¹⁹ Disponível em: <http://www.caisdosertao.org.br/exposicoes/o-mundo-do-sertao/>. Acessado em: em 07 maio 2019.

Figura 10 - Museu Cais do Sertão

Foto: Autor (2018).

Ainda sobre esse equipamento cultural, vale frisar que “Cais do Sertão” é um nome bastante estratégico do apelo que pode atribuir junto ao público frequentador, pois trabalha a máxima “o Sertão vai virar mar” (GUTTEMBERG FILHO, 1977) ou já foi mar em outras eras geológicas, ao menos se se levar em conta a escala do tempo geológico (embora não seja este o foco dado no conteúdo exibido no museu). O apelo mais forte do nome está ligado ao fato de o equipamento estar situado na zona do cais do porto e a temática abordada ser o Sertão, logo o nome faz um contraponto entre duas localizações geográficas bem distantes, mas que se encontram na paisagem do Bairro do Recife. Num mundo em que, cada vez mais, a noção de longe ou perto se torna relativizada pelos elementos trazidos pela mídia, o museu acaba sendo mais um veículo que, de modo bem pontual, faz tal aproximação de ideias de paisagens tão distantes (o cais litorâneo e o sertão semiárido).

Também é válido destacar que o Museu Cais do Sertão contou com a participação da mesma curadora Isa Grinspum Ferraz e do antropólogo Antônio Risério, enquanto a obra arquitetônica ficou por conta do grupo Brasil Arquitetura e a produção do conteúdo do acervo com xilogravurista e cordelista J. Borges e, dentre os cineastas pernambucanos, Kleber Mendonça Filho e Paulo Caldas. A mencionada

curadora também é pernambucana e foi ainda a responsável pela concepção do Museu da Língua Portuguesa, o que resultou nuns traços comuns como entre ambos, como o apelo a tratar de elementos da tradição histórico-cultural, porém utilizando, entre outras coisas, uma linguagem nova por meio da interação audiovisual com o público.

O museu está inserido, assim como os demais equipamentos do Projeto Porto Novo Recife, no âmbito da economia criativa, segundo a coordenadora de conteúdo. Conforme ressaltou uma entrevistada que, na época ocupava a função de coordenadora desse museu, enquanto instituição do segmento da economia criativa, uma de suas funções seria justamente fazer parcerias com outras instituições culturais, inclusive outros museus, como forma de promover a educação não formal, particularmente por meio da vertente cultural.

Trata-se, como se vê, de um equipamento fundamental, cuja importância vai muito além do discurso do “desenvolvimento do turismo”, como muitas vezes se alega como suposta justificativa de implantação de um museu desse porte, mas, sobretudo, como mais um instrumento de promoção da educação e da política cultural na cidade. Porém, é preciso que isso se dê de forma contínua, envolvendo ações da rede de ensino público e escolas particulares da Educação Básica, além de outros órgãos que atuam na Cultura e na Educação. Os museus em geral ou o Cais do Sertão em particular não podem ser concebidas apenas como intervenções de impacto visual na paisagem urbana.

Apesar da crise que afeta o funcionamento desse museu, ainda assim, ele continua, sem dúvidas, a ser um dos principais equipamentos voltados para o fomento do lazer, cultura e turismo, tanto para a população da cidade do Recife e adjacências, quanto para os visitantes. Segundo entrevista com a coordenadora, os picos de visitação ao museu ocorrem nos meses das férias escolares, chegando a uma média de 16 mil visitantes por mês. Com a construção do segundo módulo (Figura 11), com investimento a ordem de R\$ 25 milhões, seus gestores asseguram que as atividades deverão ficar ainda mais versáteis, visto que contará com: sala de reserva técnica; 4 salas de exposição temporárias; vão aberto inspirado no Museu de Arte de São Paulo – MASP, com 60m²; auditório com 230 lugares; cafeteria no térreo; e um restaurante

no terraço. Porém, com a entrega das obras em julho de 2018, o restaurante e o café ainda não foram inaugurados, a previsão é que sejam entregues até julho de 2019.²⁰

Figura 10 - Áreas do novo módulo Museu Cais do Sertão



Fonte: Bobby Fabisak. Jul/2018.

Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/noticia/2018/07/06/centro-cultural-cais-do-sertao-inaugura-segundo-modulo-346087.php>. Acessado em: 07 abr/2019.

Para encerrar a análise do Museu Cais do Sertão como parte do Projeto Porto Novo Recife e este, por seu turno, expressão do empresariamento urbano, vale destacar que, para além de todos os aspectos muito positivos que em geral marcam um museu e que se aplicam ao equipamento em contexto, ao mesmo tempo não se perde de vista que ele é, também, um objeto espacial que é concebido num quadro de valorização do espaço urbano, numa faixa em que ele se qualifica como uma espécie de âncora para atrair consumidores para os estabelecimentos que também compõem tal projeto imobiliário, porém com foco mais comercial. Esse é o ponto central da cidade como negócio em que até mesmo as ações que resultam na implantação de equipamentos culturais são parte da lógica da valorização espacial que, em última análise, está a serviço dos interesses hegemônicos que atuam no bairro.

Por sua vez, tratando de outro equipamento do Projeto Porto Novo Recife, a concepção o Centro de Artesanato de Pernambuco tem muita semelhança com a do Museu Cais do Sertão. Também se insere no segmento da economia criativa, promove a arte e a cultura do estado, porém tem objetivo explicitamente comercial, diferentemente do anterior. Construído no Armazém 11 do Cais do Porto (figura 11),

²⁰ Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/noticia/2018/07/06/centro-cultural-cais-do-sertao-inaugura-segundo-modulo-346087.php>. Acessado em: 07 abr/2019.

essa foi a primeira obra do projeto a ser entregue, em setembro de 2012. Localizada estrategicamente em frente à Praça do Marco Zero. O centro dispõe de artesanato advindo de diversas partes do estado de Pernambuco. Com um espaço de 2.500m², um total de 70 funcionários, o centro está em pleno funcionamento. No que diz respeito ao turismo, o centro atende demandas de turistas de diversas partes do país, além de que está localizado próximo ao Terminal Marítimo de Passageiros, recebendo o fluxo de turistas que desembarcam em solo recifense.

A manutenção do Centro de Artesanato, segundo entrevista concedida pelo diretor de promoção do referido equipamento, é subsidiada pelo governo estadual, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco já que seria necessário um aumento relativo dos preços das peças à venda para contribuir com a manutenção do equipamento. O fluxo de visitação é grande, em média 5 mil pessoas por semana, apresentando um fluxo maior de turistas durante os dias da semana, e nos finais o público é predominantemente recifense, conforme informação obtida em entrevista com a gestão desse equipamento. Dentro do Centro, havia um espaço reservado para a gastronomia pernambucana, um restaurante da franquia “O Boteco” funcionou por alguns anos, mas mudou de lugar logo após a inauguração do armazém destinado aos restaurantes e bares.

Figura 11 - Centro de Artesanato de Pernambuco



Foto: Autor (2019).

Os armazéns situados a sul do Marco Zero, os Armazéns 12 e 13 foram destinados ao segmento de bares e restaurantes, com algumas franquias se estabelecendo no local, como o Love Japan, Seu Boteco, Cafeteria São Braz,

Sorveteria Frisabor, Rock & Ribs e Texas Ranch Bar, todos desfrutando da amenidade dos espelhos d'água do rio e do oceano. Entre o espelho d'água e os estabelecimentos, há um calçadão que funciona como parque linear (Figura 12) que também funciona como importante espaço público do bairro.

Figura 12 - Parque linear às margens do estuário do Rio Capibaribe, na área requalificada do Cais do Porto



Foto: Autor (2018).

O Armazém 14 (figura 13) é completamente destinado a evento, este equipamento estava previsto para abrigar sala de cinema/teatro e um boliche, ou seja, mais um equipamento para o fomento do lazer. No entanto, houveram mudanças nas finalidades do equipamento e atualmente é uma casa de show, o Armazém Itaipava Catorze. O equipamento possui uma estrutura climatizada, um espaço útil de 1.900m² e conta com dois pavimentos internos, o térreo e o mezanino, além de uma varanda para o espelho d'água, possui capacidade para comportar até duas mil pessoas. Segundo informações disponíveis no endereço eletrônico da casa:

A casa chega com um patrocínio namigrights, que é a prática da concessão dos direitos de nome que as empresas de shows e/ou esportivas cedem o nome para uma marca ou produto, do Grupo Petrópolis e sua cerveja Itaipava [...] "Acreditamos muito no mercado de Pernambuco, valorizamos os movimentos culturais locais e sempre queremos estar perto dos nossos consumidores. Assim, estamos muito alinhados com o propósito do empreendimento. A Itaipava Catorze é extremamente importante pois reafirma nossos investimentos neste mercado e na região Nordeste como

todo. Temos certeza que será um sucesso”, afirma José Luiz Sinti, gerente de patrocínio e trade do Grupo Petrópolis.

(Disponível em: <http://www.itaipavacatorze.com.br/#o-itaipava-catorze>. Acessado em: 22 maio 2019).

A valorização dos movimentos culturais mencionada pelo gerente de patrocínio do Grupo Petrópolis é de veras controversa. Os concertos musicais que comumente acontecem sob o patrocínio dessas empresas atendem tão somente os interesses do mercado, sem qualquer engajamento cultural mais profundo com as expressões artísticas e culturais locais. São concertos que não têm nada de diferente de outros que acontecem em outros espaços comerciais do próprio Recife ou de qualquer outra cidade brasileira, sendo o objetivo primordial apenas o retorno financeiro dos seus promotores e patrocinadores.

Vale frisar que antes mesmo de haver a atual requalificação da zona portuária do bairro, funcionava no Armazém 14 um grupo de teatro independente, o qual encerrou sua atividade no ano de 2011, fechando um trabalho de 11 anos, devido, justamente, às obras de requalificação. Na figura 15, é possível identificar a manchete disponível no endereço eletrônico do jornal Diário de Pernambuco²¹, que relata o descontentamento dos artistas locais com tal intervenção urbana. O que possivelmente ocorre, após, certamente, tais requalificações é, também, a padronização dos movimentos culturais, enquadrados na fala do gerente como cultura de massa, a cultura de venda, da clientela, do lucro, arte de massa. Assim, na (re)produção da cidade sob a perspectiva empresarial só parece haver espaço para as atividades que alimentam a reprodução do capital.

²¹ Disponível em:

http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/06/28/internas_viver,710590/transformacao-do-antigo-armazem-14-em-casa-de-eventos-desagrada-artist.shtml acesso em 23 mai. 19.

Figura 13 - Armazém 14 antes e depois da requalificação



Fonte: MORAES, Rubem. 2009. Disponível em: <http://www.satisfeitayolanda.com.br/blog/2011/02/04/hoje-e-dia-de-premio/>. Acessado em: 23 maio 2019. Autor (2018).

Figura 14 - Manchete Diário de Pernambuco sobre protesto de artistas em relação ao Armazém 14

Transformação do antigo Armazém 14 em casa de eventos desagradou artistas do teatro e da dança

Local abrigou, entre 2000 e 2011, o Teatro Armazém, que dava espaço para a produção independente local; a partir de julho, o antigo armazém frigorífico do Porto do Recife dará lugar ao Itaipava Catorze

Notícia
Vídeo

Por: Isabelle Barros

Publicado em: 28/06/2017 12:40 Atualizado em: 28/06/2017 11:18

Fonte: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/06/28/internas_viver,710590/transformacao-do-antigo-armazem-14-em-casa-de-eventos-desagrada-artist.shtml. Acessado em: 23 maio 2019.

Fica bastante evidente o viés de empresariamento urbano nesse tipo de postura em relação ao uso do espaço da cidade, por meio da transformação ensejada por um projeto como o Porto Novo Recife. Os equipamentos urbanos e usos são eliminados por outros ao sabor dos interesses privados empresariais, ou seja, a cidade é concebida como um espaço para dar lucro. Coletivos de artistas alternativos perdem seus espaços de expressão cultural diante do peso que uma importante cervejaria e seus parceiros exercem sobre o poder público, que é agente fundamental para que isso tudo se torne possível. Além disso, vale frisar que enquanto a cidade é loteada por grupos empresariais, os direitos à mesma pelos cidadãos de menor poder aquisitivo e de barganha política perdem visibilidade e se perdem ao longo do tempo.

Outro equipamento do Projeto Porto Novo Recife instalado é o estacionamento em área vizinha ao Armazém 14. A priori, esse espaço foi projetado para ser uma área arborizada com mirantes para o espelho d'água, (figura 15), mas, foi modificado pela Prefeitura, pelo IPHAN e pelo consórcio que administra o local e virou um estacionamento nos dias úteis ganhando mais 450 vagas²². O estacionamento tem dois pavimentos, sendo o superior também usado para evento, conhecido como Parador, e funciona geralmente nas datas festivas, como carnaval, réveillon e São João.

É bastante sintomático que onde antes estava prevista a instalação de uma área aberta para o livre trânsito das pessoas, foi transformada em estacionamento, cujo acesso é pago. É curioso que tal revisão do projeto foi aceita por órgãos públicos que, a priori, deveriam justamente coibir tal tipo de alteração. Essa é mais uma demonstração do viés de empresariamento urbano do projeto, cujas intervenções deixam muito evidente a prevalência da lógica da mercadoria no planejamento da cidade. A cada intervenção pontual, a perspectiva de cidade é sempre a mesma, isto é, a cidade do capital e para o capital, sendo as pessoas visibilizadas apenas como consumidoras.

²² Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2014/11/27/interna_vidaurbana,545598/area-verde-suprimida-de-projeto-de-estacionamento-no-bairro-do-recife.shtml acesso em 23 de mai. 2019.

Figura 15 - Diferentes concepções e ângulos do Estacionamento Parador



A: disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2014/11/27/interna_vidaurbana,545598/area-verde-suprimida-de-projeto-de-estacionamento-no-bairro-do-recife.shtml. Acessado em 23 maio 2019.

B: Foto: Kaio Cads (2019). Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/social1/2019/01/02/reveillon-parador-marcou-chegada-do-ano-novo-no-bairro-do-recife/>. Acessado em 23 maio 2019.

C: Felipe Marangoni (2019).

Este equipamento explicita a modificação da cidade, ou melhor, do Bairro do Recife, para a população com maior poder aquisitivo. O discurso de melhoria urbana, de requalificação do espaço para lazer e entretenimento da população é mascarado por manobras nos planos e modificações sem audiência pública. Espaços nobres como a zona portuária do Recife foram alterados para o usufruto primordial de quem é economicamente favorecido.

Além dos equipamentos consolidados expostos até então, o projeto contempla também, transbordando para o Bairro de São José, equipamentos como Centro de Convenções e hotel de luxo, integrado com marina (figura 16: A- Centro de Convenções, B- Hotel e marina, C- Perfil dos equipamentos, D- placa informativa das obras). Até a conclusão deste trabalho as respectivas obras foram sequer iniciadas, a previsão de conclusão, após o lançamento do projeto ao público, estava por volta do início de 2014, devido a Copa do Mundo deste mesmo ano realizadas no Brasil. Porém, hoje nada se fala a respeito de tais obras.

Esses empreendimentos seriam vizinhos dos polêmicos Piers Mauricio de Nassau e Duarte Coelho, contrastes falo-formes na paisagem histórica do Bairro de

São José, e que atrairiam os olhares para o moderno e, assim, o antigo seria ofuscado na paisagem moderna escandalosa. As obras encontram-se embargadas pela justiça federal, principalmente com relação ao projeto do centro de convenções que ocuparia os armazéns 16 e 17. Para a construção de tal equipamento com dois andares, 306 vagas de estacionamento, uma área de convívio e três salões de tamanhos variados, o projeto precisa passar pela fiscalização do IPHAN para ser aprovado e as obras iniciadas.²³

Figura 16 - Transbordamento do Projeto Porto Novo Recife no Bairro de São José. A- Centro de convenções, B- hotel de luxo e marina, C- perfil dos dois empreendimentos, D- placa informativa dos empreendimentos



Fonte: disponível em: A-<https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=990089&page=492>; B-<https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=990089&page=492>; C-<https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1288349&page=13>; D- Felipe Marangoni, 2017.

O conteúdo das imagens da figura 16 chama muito a atenção pelo projeto arquitetônico arrojado para essa área, com características que nada têm a ver com a arquitetura dominante do Bairro de São José, nem com a do Bairro do Recife, mesmo com os vários casos de edifícios “modernistas” nesses dois bairros que não dialogam com a paisagem histórica local. É impactante do ponto de vista visual observar que

²³ Disponível em <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/03/01/novo-recife-obra-de-centro-de-convencoes-esbarra-em-decisao-judicial-329646.php> acesso em 10 jun. 2019.

antes de entrar no Bairro do Recife, já haveria todas aquelas edificações com enormes fachadas de vidro e muito concreto, semelhante a muitos hotéis em áreas de urbanização recente do litoral brasileiro.

Não há, portanto, nenhum esforço, seja do poder público e certamente menos ainda da iniciativa privada, de respeitar o caráter histórico dos bairros em contexto e a paisagem é capturada como demonstração do poder do e no espaço. É a perspectiva de empresariamento urbano com toda sua força que se impõe na cidade e coloniza visões e mentes dos cidadãos, ou da maior parte deles, que muitas vezes, defendem tais intervenções sob o discurso da geração de emprego e renda, ou ainda pelo prisma do suposto embelezamento que eles trazem à cidade.

Mesmo que não faça parte do Projeto Porto Novo Recife e, inclusive, tenha à frente, a Prefeitura do Recife (e não o Governo Estadual como o referido projeto), achou-se por bem fazer a apreciação da intervenção urbana da pedestrianização e “boulervarização” da Av. Rio Branco nesta mesma seção em que é feita a análise das intervenções do referido projeto da zona portuária. Isso se justifica pelo fato de ambos terem um caráter bastante complementar, seja em relação ao período em que foram implantados, seja do ponto de vista da integração espacial que apresentam.

Sendo assim, o referido projeto de pedestrianização foi de iniciativa da Prefeitura do Recife e execução do Governo do Estado de Pernambuco, com um investimento total de R\$ 5,5 milhões custeados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID²⁴. As obras duraram 12 meses e foram entregues no final de 2017. Segundo informações oficiais,

Toda Avenida Rio Branco foi nivelada com as calçadas, deixando 8,8 metros de largura adequados para a circulação de pessoas, em toda a extensão da via, do Marco Zero à Ponte Buarque de Macedo. O principal revestimento utilizado na obra foi o granítico, mesmo do Marco Zero. O material é resistente, homogêneo, regular e de fácil manutenção. Toda a fiação da avenida, telefônica e de energia, foi embutida. [...] O boulevard recebeu 18 bancos e a mesma quantidade de lixeiras. Tudo em madeira e liga de aço. Além do mobiliário, foram instalados quatro quiosques e uma banca de revista padronizados. (PREFEITURA DO RECIFE, 2017. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/21/12/2017/avenida-rio-branco-aberta-para-pessoas>. Acessado em: 23 maio 2019).

²⁴ Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/21/12/2017/avenida-rio-branco-aberta-para-pessoas>. Acessado em: 23 maio 2019

Além disso, a avenida foi fechada para o fluxo de carros, passando a ser exclusiva para o tráfego de pedestres e ciclistas. É possível identificar alguns bares fomentando a economia e a movimentação de pessoas pelo local, assim como estações de bicicletas. A rua como boulevard é usada também para a realização de eventos de diversos tipos, como gastronômicos, culturais e alguns eventos oficiais da Prefeitura. Trata-se de mais uma intervenção do poder público que visa dotar o Bairro do Recife de boas condições para o lazer no espaço público (figura 17). Nesse sentido, é uma ação bastante positiva, até porque, nesse caso, abre a rua para todos, ainda que seja de uma parte do bairro que desde os fins da década de 1990, tal como está sendo analisado aqui, tem sido alvo da atuação do poder público.

Figura 17 - Uso do espaço público com a pedestrianização da Av. Rio Branco



Foto: Autor (2019).

Vale ressaltar que o projeto de pedestrianização da Av. Rio Branco é mais uma intervenção urbana que foi concebida para favorecer não apenas o tráfego de pedestres, mas, também, criar novas centralidades para a instalação de pontos comerciais e estabelecimentos de serviços ao longo da avenida. Até o momento, observa-se que, exceto nos momentos em que acontecem eventos no local, tal via pública continua a ser essencialmente um corredor por onde as pessoas passam para chegar a outros pontos, como o Marco Zero. Ainda assim, a ideia de devolver a rua às pessoas parece algo bem positivo e que isso seja feito em outros fragmentos da cidade.

Economicamente, o bairro foi requalificado, as empresas de tecnologia transbordam os limites do bairro, atingindo os vizinhos com o mesmo propósito. Turisticamente, a requalificação foi necessária para trazer de volta a importância histórica que Recife, especialmente o Bairro do Recife, exerce no contexto histórico brasileiro, fomentando direta ou indiretamente o fluxo de pessoas pelo local, assim como a economia baseada no turismo.

Todo esse contexto de requalificação e nova roupagem para o bairro trouxeram uma valorização do solo urbano e, conseqüentemente, novos espaços têm sido procurados para dar continuidade ao que se espalhou pelo bairro, a exemplo da instalação e desenvolvimento de startups do setor das TICs. Essas transformações que geram crescentes valorizações são criadoras de contradições, relacionadas com a (re)produção diferenciada do espaço. Para entender tal complexidade, a seguir, será analisada como a Comunidade do Pilar sofre com essa “nova roupagem” dada ao Bairro do Recife.

5 COMUNIDADE DO PILAR: SEGREGAÇÃO E INVISIBILIDADE

Neste capítulo, faz-se uma análise sobre as contradições que marcam a realidade da Comunidade do Pilar. Depois da análise das intervenções na face turistificada do bairro, a apreciação desta parte precária permitirá compreender em que consistem as duas faces do Bairro do Recife, as quais, em certo sentido, são uma expressão do que acontece na cidade do Recife como um todo. Portanto, procurando chamar a atenção para a dualidade do Bairro do Recife envolvendo, de um lado, o fragmento sul que, já analisado, e, de outro lado, o fragmento formado pela Comunidade do Pilar, constata-se que mesmo num fragmento territorial tão reduzido da metrópole recifense, é bastante visível a (re)produção diferenciada e contraditória do espaço da cidade do Recife.

Tal como já discutido, o Bairro do Recife exerceu centralidade econômica por muito tempo, mas, a partir de mudanças na conjuntura do bairro ao longo da história, ele passou por modificações que retiraram a centralidade, por exemplo, da habitação da classe média que se transferiu para novos bairros de classe média, como Graças e Espinheiro, na década de 1970 (LACERDA, 2007). Nos dias atuais, o bairro exerce uma centralidade histórica, turística, econômica – especificamente do setor das TICs – mantendo um fluxo considerável de trabalhadores, visitantes e turistas durante o período diurno. Há ainda um fluxo de pessoas na direção de alguns estabelecimentos como bares e restaurantes, no período da noite.

Também já foi discutido que o início dessa comunidade se deve a um projeto de expansão do Porto do Recife, que, por sua vez, não avançou, fato que contribuiu para a fixação da favela do Rato. Outro fato relevante foi o desenvolvimento do Complexo Industrial Porto de Suape no litoral Sul, transferindo boa parte das atividades do Porto do Recife para lá. Assim, o Bairro do Recife entrou em declínio e a população economicamente favorecida que o habitava se deslocou para áreas residenciais valorizadas, marcadas pela substituição de habitações ecologicamente menos agressivas, por verticalizações pioneiras nos bairros hoje tidos como nobres da cidade do Recife (LACERDA, 2007).

No Bairro do Recife, as atividades remanescentes no porto propiciaram a manutenção da vida no local, assim, o assentamento populacional cresceu cada vez mais. No entanto, também cresceram a criminalidade, a venda e o consumo de

drogas, além de atividades como prostituição (LACERDA, 2007), o que fazia do bairro pouco atrativo para muitas pessoas de outras partes da cidade. Com esse perfil de formação, a Comunidade do Pilar já nasce sob o crivo da mais absoluta carência e invisibilidade por parte do poder público e pela sociedade.

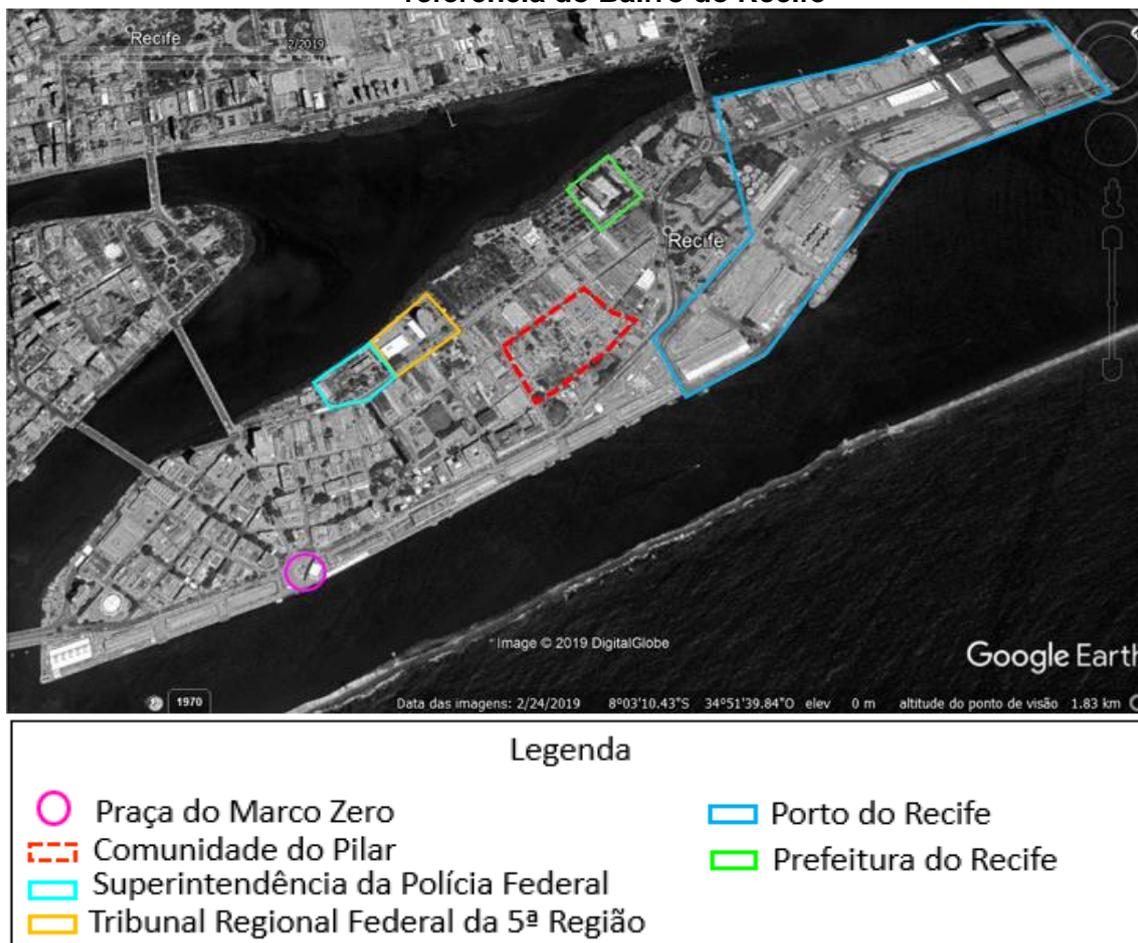
Uma primeira denominação desse assentamento precário foi “Favela Trapiche”, uma planta muito comum nas terras no entorno do Porto. Logo depois, entre os piores índices sociodemográficos da cidade do Recife, como alta taxa de mortalidade, e a elevada precariedade das condições de vida, o aglomerado urbano precarizado passou a ser, sintomaticamente, conhecido como “Favela do Rato”.

Segundo depoimento de uma moradora da comunidade ao coletivo de jornalismo independente Marco Zero Conteúdo, “Era comum os ratos passarem por cima da cama, por cima da sua mesa, quando você deitava pra dormir, você ficava com medo dos ratos, que dormiam pendurados pelo rabo, cair em cima de você.”²⁵ Isso se agravava ainda mais pelo fato de a comunidade ficar relativamente perto de celeiros de grãos de milho, trigo e cevada, o que contribuía para a manutenção desses roedores no local. Esse breve perfil inicial dá a exata dimensão da precariedade em que se insere a Comunidade do Pilar, sendo, pois, a outra face do Bairro do Recife, bem diferenciada da realidade apresentada no capítulo anterior.

Apesar desse quadro, tal comunidade está situada a poucos metros da Prefeitura do Recife, é vizinha de bairros centrais como o bairro de São José, Santo Amaro e Boa Vista. Além disso, encontra-se cercada por empresas de tecnologia e equipamentos de serviços e lazer, no Bairro do Recife. Até pela pequena extensão da ilha que forma o bairro, a Comunidade do Pilar está relativamente próxima do Marco Zero, da Superintendência da Polícia Federal, da Prefeitura do Recife, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e do Porto do Recife, tal como mostra a figura 18. Além desses vizinhos e pontos de referência tão frequentados, como o Marco Zero, é contraditório que essa comunidade esteja localizada num espaço onde o segmento da economia é tão próspero e que anuncia como uma de suas vertentes a inclusão social, mas, simplesmente, sua realidade precária não tenha a visibilidade que deveria.

²⁵ Depoimento áudio visual de Sandra Maria de Souza “Comunidade o Pilar”, publicado em novembro de 2015, por Marco Zero Conteúdo, disponível no YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=wskL6ljiYYM>. Acessado em: 24 ago/2018.

Figura 18 - Localização da Comunidade do Pilar em relação a outros pontos de referência do Bairro do Recife



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor (2019).

Conforme se nota na imagem do Google Earth, em termos de localização geográfica, a Comunidade do Pilar está situada bem ao centro do bairro, mas isso na prática não significa desfrutar de fácil acessibilidade de seus moradores, pois a condição de segregação induzida a que estão submetidos acaba sendo um obstáculo muito maior do que a dos recifenses de classe média que visitam os espaços de lazer e consumo existentes no Bairro do Recife e que, embora residindo próximo, se sentem distantes da realidade da outra parte do bairro. Para compreender esta problemática, faz-se, a seguir, a apreciação do conceito de segregação em sua relação com tal realidade socioespacial. No subitem subsequente, analisa-se a questão do Programa de Requalificação Urbana e social da Comunidade do Pilar, projeto de intervenção urbana voltado para essa comunidade que, conforme será examinado, por alguns motivos avança a passos muito lentos.

5.1 Várias formas de segregação e sua relação com a Comunidade do Pilar

A segregação é um fenômeno comum no mundo capitalista e tem diferentes modos de manifestação. A palavra segregar, ao pé da letra, significa “distinguir com o propósito de separar ou isolar; evitar a aproximação; desunir”²⁶. Porém, ao ser atribuído a um fenômeno espacial de origem social, a complexidade é inerente e inevitável. Este conceito foi trabalhado a partir da segunda metade do século XX, com produções acadêmicas advindas da Escola de Chicago, quando também começaram os estudos sobre a cidade (SPOSITO, 2005).

Antes de entrar no conceito de segregação em si, é necessário entender o processo, pois, estudar a segregação como um processo é fundamental para compreender a estrutura espacial intraurbana (SILVA, 2013, p.191). Para Sposito, o “caráter [da segregação] processual é que dificulta sua delimitação territorial [...]. Ela é, na essência, um processo. Como tal, sua espacialidade só pode ser apreendida na perspectiva temporal” (2013, p. 66). Ou seja, devem se considerar as múltiplas temporalidades da vida urbana. Assim, o fenômeno da segregação expressa a natureza espacial desse processo.

[...] É sempre de natureza espacial e, por esta razão, ela se distingue da descriminalização, da estigmatização, da marginalização, da exclusão, da espoliação ou da pobreza urbana, que podem ter expressão espacial, mas se constituem, estruturalmente, em outros planos: o social, o econômico, o político, o cultural etc. A segregação é, dentre todos os conceitos e noções que tratam das dinâmicas de segmentação socioespacial nas cidades, o que tem maior grau de determinação no plano espacial: sem este ela não se constitui e somente nele pode se revelar (SPOSITO, 2005, p. 66).

No que diz respeito a esse processo na Comunidade do Pilar, muito do que hoje é conhecido como requalificação urbana do Bairro do Recife, tem a ver com processos que desencadearam a forma de segregação socioespacial. Para entender melhor o caráter da segregação estudado, Sposito separa os termos a fim de facilitar a compreensão, ela diz que a segregação “[...] é social, no sentido amplo do termo, nele se incluindo o econômico, o político, o ideológico etc., mas é, ainda, espacial, na medida em que o espaço não é apenas reflexo, mas é também determinação dos

²⁶ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/segregar/>. Acessado em: 25 maio 2019.

processos e dinâmicas” (2005, p.102), os quais, por sua vez, movimentam a sociedade.

Um tipo de segregação mais comumente encontrado em casos brasileiros é o de centro-periferia, onde as pessoas com maior poder aquisitivo ocupam os espaços próximos ao centro da cidade e aqueles que não podem bancar essa proximidade geográfica, estão localizados nos bairros mais baratos. Nesse caso o centro é considerado espaço relativamente bem dotado de infraestruturas e serviços urbanos, enquanto que a periferia seria justamente o inverso. Além disso, o que marcaria a periferia seria o fator distância, tornando-a muito desvantajosa diante dos custos de transporte e o consumo de tempo nos deslocamentos diários.

Morar próximo ao centro é caro e possui certos privilégios, como a variedade de mercado, tempo de deslocamento reduzido no percurso casa-trabalho, uma infraestrutura de melhor qualidade, e outros, graças à valorização do solo, o que encarece o espaço. Na periferia tudo é mais complicado, o deslocamento para o centro passa a demorar devido a quantidade de veículos, de pessoas se deslocando, o transporte coletivo é lotado, dentre outros problemas urbanos que são enfrentados, na sua maioria, por quem vive no subúrbio e sofre diariamente com a falta de infraestrutura adequada e trabalha no centro (SILVA, 2013). Obviamente, que tal compreensão de periferia a enxerga apenas pelo lado da precariedade urbana e não considera os recentes movimentos de instalação de condomínios horizontais de luxo em espaços periféricos, mas este não é o foco do trabalho e por isso não será discutido aqui.

Mas, à primeira vista, essa forma de segregação não se aplicaria à Comunidade do Pilar. Porém, deixando de lado o aspecto puro e simples da localização geográfica, pois ela em si não tem muito significado, e se atendo no conteúdo desse perfil de periferia, certamente tal comunidade se enquadra. Deixando de lado o aspecto distância, a Comunidade do Pilar apresenta, em plena área central, uma parte das mazelas em relação às ausências de serviços públicos que as comunidades periféricas.

Fala-se “uma parte” apenas, porque, sem dúvida, o Bairro do Recife conta com infraestrutura e serviços públicos que as típicas áreas periféricas pobres estão longe de usufruir. Mesmo assim, o serviço de transporte coletivo que atende esse bairro passa pelo Marco Zero e não há qualquer integração com essa comunidade, que se

encontra um pouco mais afastada. Também não há qualquer serviço social que vise oferecer cursos de capacitação dos jovens para sua inserção no mundo trabalho, ficando isso muito mais por conta de iniciativas isoladas, a exemplo do que faz uma entidade denominada Plano B, braço social da Igreja Presbiteriana, ou alguma articulação pontual da Igreja Madre de Deus, mas sem um projeto mais amplo e efetivo por parte do poder público e das empresas que atuam nos arredores da comunidade, ligadas ao Porto Digital e ao CESAR, por exemplo.

Outra forma de segregação analisada por Silva (2013) e que se aplica ao caso da Comunidade do Pilar é a do tipo fragmentado-excludente. Segundo tal autora, tal segregação “reduz a escala e aproxima ricos e pobres, ao passo que diminui as interações dos grupos sociais distintos motivados e justificados pelo medo da violência” (SILVA, 2013, p. 192). É nesse modelo que espaços como favela e condomínios estão presentes, a distância geográfica diminuiu, porém a relação entre as pessoas de diferentes classes sociais continua distante. Em outras palavras, proximidade espacial não é sinônimo de convivência e integração (Figura 19 – A e B).

Figura 19 - Contrastes de um mesmo bairro, ricos e pobres não tão distantes



Fonte: Autor (2018).

É claro que a análise da autora mencionada recai sobre a questão residencial, isto é, quando pobres e ricos moram próximos, mas na prática não apresentam relações de convívio, algo bem comum nas cidades brasileiras, incluindo o Recife. Se ampliar essa questão não apenas para a função residencial, na Comunidade do Pilar, é constatado que não há integração dos seus moradores com o cotidiano das empresas de TIC que funcionam nos seus arredores. É estranho que um dos supostos pilares da atuação do segmento da Economia Criativa no Bairro do Recife seria, justamente, a inclusão social. Segundo informações do site do Porto Digital e

informações obtidas em entrevista junto a um ex-líder comunitário do Pilar, até já houve a inserção de jovens aprendizes da comunidade atuando nas empresas do cluster, mas isso já faz bastante tempo e a postura atual é de indiferença.

Além disso, mesmo os seus moradores vivendo próximo de áreas de lazer frequentadas por pessoas de outros bairros da cidade ou ainda de fora dela, são inibidos de fazê-los por sua condição socioeconômica precária. Relatos de alguns entrevistados apontam que não se sentem à vontade naquela parte requalificada do bairro, é como se não lhes pertencesse. Isso não é algo gratuito, pois eles mesmos relatam que, em certos momentos, policiais e vigilantes pagos pelos estabelecimentos privados que atuam na área turistificada, não os aceitam frequentando por lá e se sentem “indesejados”. Nesse sentido, o que está aparentemente muito próximo, na prática se torna distante do cotidiano. Isso tudo contribui para materializar a segregação socioespacial no Bairro do Recife, particularmente em relação à Comunidade do Pilar.

Tal como no Bairro do Recife, tal segregação do tipo fragmentado-excludente é muito comum nas grandes cidades, em São Paulo, por exemplo, a favela de Paraisópolis divide espaço com condomínios de luxo. Assim como este, muitos outros exemplos desse tipo de segregação ocorrem nos centros, porém, o centro não é um espaço delimitável, não aparece nas delimitações bairristas ou municipais, eles existem devido a uma série de processos que determinam que aquele espaço exerça determinada centralidade (SPOSITO, 2013).

Marcelo Lopes de Souza, por sua vez, trabalha dois tipos de segregação socioespacial que também se aplicam ao Bairro do Recife, o primeiro é a segregação induzida “[...] o que se tem é uma situação na qual os pobres são induzidos, por seu baixo poder aquisitivo, a residirem em locais afastados do CBD e das eventuais amenidades naturais e/ou desprezados pelos moradores mais abastados” (2011, p.69). Ou seja, esse processo ocorre devido ao poder aquisitivo, como é o caso do centro-periferia, assim como o fragmentado-excludente, onde o fator econômico é o divisor de águas do processo de segregação, quem sofre com esse tipo são as pessoas pobres, desfavorecidas economicamente.

Vale frisar que não há oposição entre as concepções teórico-conceituais de Silva (2013) e Souza (2013), mas apenas estilos distintos de analisar a questão. Em ambos os autores, o elemento central que marca o processo segregador é a questão

de classe social. É evidente que para outras realidades urbanas, especialmente fora do contexto brasileiro, a segregação socioespacial tem um componente essencialmente étnico, mas esse não é o caso em questão, principalmente em relação à Comunidade do Pilar.

Feito o esclarecimento acima, ressalta-se que, de modo semelhante às outras formas de segregação apontadas aqui, a segregação socioespacial do tipo induzida é, essencialmente, produto da condição socioeconômica a que as pessoas estão submetidas. Isso se traduz não apenas em morar em espaços precários, mas, se dispuser de equipamentos e serviços sociais básicos na própria comunidade, esses são igualmente muito precários. A segregação induzida, nesse caso, resulta na negação de um conjunto de direitos fundamentais no contexto da cidade: a morar, a estudar, a trabalhar, ao lazer, à mobilidade, à saúde. Tudo isso se resume numa expressão cunhada por Henri Lefebvre (2001): o direito à cidade, algo cada vez mais fugidio nas áreas pobres das cidades brasileiras, a exemplo da Comunidade do Pilar, onde as instalações precárias da habitação e de saneamento básico apenas sintetizam tudo isso (figura 20).

Figura 20 - Precariedades urbanas da vida na Comunidade do Pilar



Fonte: Autor (2018).

Conforme se vê na figura 20, a imagem fala mais do que quaisquer palavras a respeito da vida insalubre dos moradores do Pilar, principalmente dos que ainda têm que viver em barracos precários e improvisados. É contraditório que isso exista no mesmo bairro e muito perto daquelas intervenções todas que estão sendo feitas no Cais do Porto, voltadas para o consumo da dita classe média, sejam moradores ou turistas. Nada contra essa “turistificação”, o que não é razoável aceitar é a permanência da miséria lado a lado.

Embora não se aplica ao recorte espacial pesquisa, mas apenas para estabelecer uma distinção, o outro tipo é a autossegregação, o qual, segundo Souza (2013, p. 70),

[...] são as pessoas que fazem a opção de se afastar ou apartar o mais possível da cidade. Esta é vista como barulhenta, congestionada e, por isso desagradável. E, como também é sinônimo de pobreza pelas ruas, de assaltos etc., é vista como mais do que desagradável: é vista como ameaçadora.

Assim, a autossegregação é, em geral, uma decisão tomada por um grupo favorecido economicamente, de se afastar do caos urbano, geralmente se encontram em condomínios fechados e loteamentos nos quais, geralmente, possuem sistema de segurança, sendo uma forma de impedir o acesso de indesejáveis, juntando-se a semelhantes (VASCONCELOS, 2013). Por isso, o processo de segregação não se restringe apenas à divisão de classes sociais no espaço urbano, mas funciona como controle social materializado na forma de segregação espacial e territorial (PAGANI, 2015).

Evidentemente, que essa forma de segregação não aplica à Comunidade do Pilar e em certa medida não ocorre no Bairro do Recife, pois mesmo que policiais e agentes de segurança privados ajam em favor dos interesses de comerciantes, sobretudo na área dos bares e restaurantes do Projeto Porto Novo Recife correspondentes aos Armazéns 12 e 13, na prática é muito difícil assegurar um espaço completamente homogeneizado, ou seja, autossegregado. Há muitas resistências de várias tribos urbanas em usar o espaço do calçadão/parque linear, tal como analisou Neves (2018), o espaço público em seu sentido diverso, se realiza aí.

O início da constituição urbana da comunidade foi por volta de 1970, quando uma determinada área do Porto do Recife foi demolida para dar espaço a um projeto

de expansão do porto. Esse foi também o período em que o Complexo de Suape começa a funcionar e o Porto do Recife entra em decadência, gerando uma massa de trabalhadores que lá atuavam em condições de vulnerabilidade ainda maior. O espaço deixado pelas quadras foi sendo ocupado gradativamente por famílias de baixa renda, que trabalhavam e ainda trabalham em outros pontos da área central histórica do Recife (NERY; CASTILHO, 2008, p. 28).

No início dos anos de 1990, quando os primeiros planos das atuais modificações do bairro foram pensados e executados, a comunidade também foi contemplada com ações de requalificação, no entanto, o que viria a ser o plano de requalificação da Comunidade do Pilar foi desenvolvido apenas nos anos 2000, após tentativas de relocação da população que foi fincada de vez com o desenvolvimento do projeto pelo governo municipal (LACERDA, 2007).

As obras tiveram início em 2010 e até hoje o fim não foi alcançado. Em comparação do projeto do Pilar, com claros objetivos de melhoria urbana para uma condição de habitabilidade favorável de sua população, com o Projeto Porto Novo Recife, com um claro viés econômico, a execução deste último se torna mais viável do ponto de vista do capital, principalmente que a concepção de tal projeto tem como base a já mencionada participação do poder público e de investidores privados. Já o Plano de requalificação do Pilar contou com investimentos do setor público federal (70% Programa Federal de Aceleração do Crescimento – PAC) e do setor público municipal (30% da prefeitura do Recife) (NERY; CASTILHO, 2008).

Outra razão para a demora na execução do projeto é a valorização do solo urbano do bairro, proporcionado pela expansão do segmento da economia criativa. Pagani (2015, p.171) comenta que a “a valorização do imóvel, em grande parte, é gerada pelos investimentos públicos (melhoria da infraestrutura e construção de equipamentos e serviços públicos)”, após a execução de tais projetos. Nesse sentido, o Bairro do Recife chegou a ter um dos metros quadrados mais caros do Brasil, atingindo uma média de R\$2.413.79 no ano de 2013, uma valorização que superou a média nacional deste mesmo ano, chegando a 121%. Isso gerou uma especulação imobiliária muito grande, principalmente para a expansão do polo tecnológico.

No entanto, o bairro é tombado pelo IPHAN, e não pode haver novas edificações acima de quatro pavimentos, o que quebraria a linha de paisagem das construções históricas do bairro (LACERDA; FERNANDES, 2015), o que leva a

procura por novas áreas edificáveis dentro do bairro, no caso analisado, a área da comunidade, já que se encontra em estado de vulnerabilidade social. Para concluir, Pagani (2015, p.172) completa dizendo que:

O processo de especulação imobiliária leva a uma valorização desigual do solo e, conseqüentemente, dos espaços urbanos, pois a classe que domina economicamente também domina política e ideologicamente, promovendo uma segregação socioespacial que conforma territórios distintos de sociabilidade para os diferentes segmentos das classes sociais.

Do exposto, nota-se que a problemática habitacional da Comunidade do Pilar envolve vários elementos. Um deles, e não menos importante, é o fato de a área estar ficando muito nobre e com isso passa a caber cada vez menos pobres. Esses são “empurrados” para fora do Bairro do Recife, pois esse espaço se torna, cada vez mais, território da especulação imobiliária das empresas dos vários segmentos da economia que lá atuam, como é o caso das empresas de TIC ligadas ao Porto Digital e ao CESAR, com forte demanda por mais imóveis, ou ainda novos investimentos no segmento turístico para implantação de equipamentos ligados a hotelaria.

Desde que tiveram início as intervenções urbanas do Projeto Porto Novo Recife, cresceram as atenções para essa área, cuja população residente, aos olhos de empresários sem sensibilidade social, podem ser deslocados para fora do bairro para darem espaço a novos investimentos. Contudo, apesar dessa pressão, há um projeto em curso desde 2012, que, embora andando lentamente, como foi iniciado antes das grandes intervenções da zona do Cais do Porto, ao menos uma primeira parte foi construída até o momento. Para compreender isso, o subitem a seguir trata dessa questão.

5.2 O Projeto de Requalificação Urbana e Social da Comunidade do Pilar em “banho-maria”: avanços e recuos

Como já mencionado, o projeto de requalificação urbana da Comunidade do Pilar foi concebido no segundo mandato da gestão do prefeito João Paulo (2005-2008) e a primeira fase foi entregue no mandato do prefeito João da Costa (2009-2012). O projeto original (figura 21) previa a construção de 588 unidades habitacionais e equipamentos públicos como mercado público, posto de saúde, creche, escola

pública, além do devido saneamento básico, pavimentação das ruas, iluminação pública e sua integração com a Av. Alfredo Lisboa (NERY; CASTILHO, 2008). Segundo a Prefeitura do Recife, o projeto de requalificação está com um orçamento de R\$ 39,4 milhões advindos de órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do governo federal²⁷.

Figura 21 - Projeto de requalificação da comunidade do Pilar: 1- Mercado público; 2- Posto de saúde; 3- Creche; 4- Escola pública



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ESHqhfABYbc>. Acessado em: maio/2019.

Os habitacionais, que talvez sejam os equipamentos de maior importância do projeto, contam com apartamentos minúsculos, com área de 39m² cada, distribuídos em quatro pavimentos, contendo dois quartos e banheiro, sala, cozinha e área de serviços integrados. Trata-se, portanto, de um produto muito compacto.

A figura 22, a seguir, mostra o zoneamento da área do projeto, sendo que se nota uma alteração em relação à maquete apresentada na figura 21. Uma das diferenças é a redução drástica da área que seria voltada para a instalação do Mercado Público, sendo que esse equipamento, a princípio, seria construído no lado voltado para Av. Alfredo Lisboa, enquanto que na planta baixa seguinte não há

²⁷ Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/08/06/2011/obras-de-requalificacao-estao-mudando-cara-da-comunidade-do-pilar>. Acessado em: 28 abr/2019.

especificação do tipo de equipamento a ser instalado, mas apenas a informação genérica dos usos do solo. O mercado público, vagamente identificado como espaço comercial, seria localizado na quadra 60, porém não faz mais parte do projeto, e onde se encontram os silos, na quadra 40, é onde está localizado os primeiros únicos habitacionais finalizados.

Figura 22 - Quadras da Comunidade do Pilar



Fonte: Google Earth adaptado pelo autor.

Isso mostra o quadro de incertezas que marca o projeto como um todo. Não há clareza por parte da Prefeitura sobre o que e quando será feito, muito menos da parte dos moradores, que ficam preocupados diante da pressão que grupos empresariais exercem junto ao poder público para se instalar nessa área e certamente essa é a causa da lentidão com que as obras são conduzidas. Como anunciado, o projeto como um todo parece estar em “banho-maria”.

Um dos problemas apontados pelos moradores é a falta de diálogo entre a Prefeitura e a Comunidade. Segundo os entrevistados, não há a tradição do poder público em ouvi-los e muito menos acatar suas sugestões e expectativas. Isso seria muito importante, também, para os moradores compreenderem o que é possível ou não os atender. As decisões da Prefeitura são tomadas de cima para baixo, cabendo aos moradores simplesmente se submeterem ao que lhes é imposto. Isso tem gerado muitos conflitos na relação entre os dois lados.

A construção dos habitacionais não favorece a maioria dos habitantes, visto que seu meio de obtenção de renda é através do comércio ambulante, trabalhos com reciclagem, vendas de frutas e verduras, dentre outros. Essas atividades necessitam do uso de ferramentas de trabalho, como carroças, tendas, galeias etc. Com uma área de 39m² e num apartamento, como guardar tal material de trabalho ou como fazer comércio em edifícios com pavimentos superiores ao piso? Outro problema semelhante ocorre com os moradores que exercem a pesca como atividade econômica, o que demanda mais espaço para armazenamento do instrumento de trabalho como jangadas, redes de pesca, dentre outros. Tudo isso exige diálogo entre a Prefeitura e a comunidade, desde a concepção do projeto, algo que não aconteceu.

Essa problemática chama a atenção para a questão da invisibilidade a que é submetida a Comunidade do Pilar. Suas demandas, mesmo quando há sinalização de que estão sendo em parte atendidas, escondem uma série de problemas que envolvem constrangimentos dos moradores, decisões tomadas verticalmente sem considerar as demandas e necessidades dessa população, numa prática bastante comum de considerar os pobres como subcidadãos, cujos direitos lhes são “atendidos” como se fossem regalias conferidas pelo poder público, e não uma obrigação legal e ética.

Diante dessa forma enviesada de enxergar os direitos das camadas pobres, a qualidade das obras dos residenciais é explicitamente duvidosa, basta observar as condições em que se apresentam com pouco mais de sete anos de entregue a primeira etapa. Na figura 23A é possível observar a deterioração da parte externa dos edifícios, enquanto que na figura 23B nota-se o improvisado dos moradores em estender roupas por conta da exiguidade da área dos apartamentos. Se ampliar o olhar para o restante da área da comunidade, o que há são alguns terrenos em que nova etapa está sendo construída, mas ainda grande parte dos moradores não teve acesso à nova moradia.

Figura 23 - A e B: Precariedade dos habitacionais do Pilar, por fora e por dentro



Foto A: Felipe Marangoni, set/2018.

Foto B: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jwr7FLF-Ud0&t=13s>. Acessado em: 25 maio 2019.

Do que já foi feito, em entrevista concedida por um morador de um dos apartamentos²⁸, ele relata sobre a qualidade da obra, em termos de estrutura e acabamento. Segundo ele, a estrutura parece resistente, mas o acabamento é muito precário e isso seria resultado de um total desleixo das construtoras que fazem a obra de qualquer jeito, pois são destinados a pessoas pobres, como se elas não merecessem morar num imóvel bem acabado. O depoimento dele aponta aspectos positivos, mas também evidencia fragilidades.

No geral, os materiais são bons, a execução do processo que é ruim, o que aconteceu? Por alguns blocos dali passaram 5 a 6 empresas/consórcios, que na minha visão, isso é um golpe, eu entro com uma empresa, eu recebo parte do dinheiro, eu não entrego. Só pra você entender, uma empresa que não recebeu uma parte do dinheiro da Prefeitura, eles colocaram concreto descendo direto na via dos canos [sanitários] da bacia do banheiro, então é muito complicado isso. No geral, [...] a estrutura é muito boa, a amarração, a sapata, mas o acabamento em si ele é ruim, eu troquei todo o piso de cerâmica e a gente levou 4 horas pra tirar toda a cerâmica do apartamento, você batia em baixo e saía a cerâmica, solta, ela estava solta. No meu apartamento tem uma goteira que desde que eu peguei tem, eles foram lá, trocaram o gesso, disseram que colocaram uma manta, como eu moro no último andar e isso persiste e eu tenho 5 anos de garantia, ligo sempre pra URB e é sempre complicado [...] eu não sou nenhum especialista em dizer isso, mas estou falando pela minha experiência, é a aplicação desse material (Entrevistado 1 JUN/2018)

O que chama atenção na fala do entrevistado é a falta de responsabilidade profissional e social das empresas licitadas. Embora os apartamentos sejam do tipo popular, nota-se que são muito pequenos para uma família morar. O descaso que é

²⁸ Profissional de programação, habitante da comunidade e dono de um dos apartamentos entregues.

atribuído ao poder público, nesse caso deve ser compartilhado com empresas privadas que assumem projetos construtivos, mas que não o desenvolvem com o zelo que deveriam, além das manobras burocráticas, como apontadas pelo entrevistado, para obterem parte do pagamento pelo serviço e deixarem a obra sem concluí-la.

Esse tipo de problema mostra a complexidade da relação entre os interesses públicos e privados na sociedade brasileira, sendo, neste caso, a parcela mais humilde a principal vítima. Por esses e outros problemas, vale ressaltar a questão teórica que norteia este trabalho de que o espaço é uma dimensão da sociedade. Assim, os problemas sociais analisados têm uma nítida dimensão espacial, o que confirma os postulados de autores como Carlos (2001), Lefebvre (2001) e Santos (2004), tomados como base desta pesquisa.

A construção dos demais habitacionais, que se encontra em processo e está envolta a polêmicas relacionadas a achados arqueológicos. Como se sabe, esse é parte do sítio histórico do Recife e sempre que se escava o terreno é possível encontrar objetos que compõem patrimônio arqueológico. Muitos dos habitantes das quadras 60, 55 e 46 ainda resistem, especialmente na quadra 60 e 55, onde foram encontrados vestígios arqueológicos do antigo Forte de São Jorge (figura 24), datado da época da invasão holandesa em Pernambuco.

Figura 24 - Condições do sítio arqueológico no Pilar



Foto: Autor (2018).

Como forma de corroborar a questão da precariedade dos apartamentos do habitacional entregues pelo poder público a uma parte da Comunidade, uma moradora, em depoimento em arquivo audiovisual, expressa o seu descontentamento com o imóvel e a situação difícil em que vive a comunidade:

Uma hora a gente ia morar ali na Praça do Leão, uma hora ia morar num sei aonde, tá pegando quem não mora aqui e quem é antigo está deixando pra trás. Não está prestando essa moradia aqui [apartamentos]. Eu tô sofrendo, têm ratos, escorpião, barata andando por cima das pessoas. É uma moradia que nem cachorro quer. Considero um coletor de lixo aqui (DEPOIMENTO AUDIOVISUAL, 2015).²⁹

As palavras da moradora são em tom de denúncia face às condições indignas, mesmo nos apartamentos entregues. Os habitacionais na comunidade são essenciais para o ordenamento urbano, porém, nada vai mudar se outras obras e serviços básicos não forem providos em conjunto, como saneamento, pavimentação e iluminação pública. Caso não haja tais complementos, o problema mudará apenas de lugar, que é o que aconteceu no depoimento anterior, antes os animais e insetos que incomodavam a vida dos habitantes nos barracos e construções irregulares, passam agora a estabelecer território dentro dos apartamentos, pouco mudou.

Um dos equipamentos de suma importância previstos no projeto de requalificação da Comunidade do Pilar é o mercado público. Uma vez que grande parte da população comunitária vive do comércio irregular, o mercado público traria uma oportunidade de aperfeiçoamento desse trabalho, contando com organização para diversas atividades, como pequenos bares e restaurantes, tendas de hortifrutigranjeiros e produtos artesanais, dentre outros, além de que, também nesse equipamento urbano ficaria localizada a rádio comunitária (NERY; CASTILHO, 2008). Porém, houve mudança no projeto.

Na primeira versão do projeto, o mercado estava previsto para funcionar de frente para a Av. Alfredo Lisboa, nas imediações do Terminal Marítimo de Passageiros, que, como já analisado, faz parte do Projeto Porto Novo Recife, cuja concepção se alinha à perspectiva do planejamento empresarial da cidade. Talvez por

²⁹ “Aos moradores da Comunidade do Pilar, resta o futuro” reportagem de Maira Baracho, Imagem de Rafael Martins e direção de imagem de Bernardo Sampaio, publicado em 21 de setembro de 2015, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jwr7FLF-Ud0&t=13s> acesso em 25 mai. 2019.

isso, em nova proposta do projeto o mercado público do Pilar aparece voltado para a Rua do Brum, aproveitando a fachada de um edifício histórico ainda presente no local (figura 25).

Figura 25 - Possível localização do mercado público e requalificação de fachada histórica



Foto: Autor (2018).

É possível que tal proposta de mudança de endereço desse equipamento tenha a ver com a ideia de separar o fragmento do bairro turistificado e voltado para a classe média, dessa parte essencialmente habitada por população de baixa renda. Se isso realmente for verdadeiro, prevalece a postura mesquinha das elites em separar, segregar, ao invés de buscar integrar.

Com o ritmo em “banho-maria” que atrasou o andamento das obras do residencial como um todo e sequer foi iniciada qualquer parte do mercado, a verba prevista para sua construção voltou e novas fontes de financiamento do projeto foram buscadas junto à Caixa Econômica Federal, sendo que tal banco só tinha recursos previstos para financiar residências. A “solução” encontrada foi simplesmente, eliminar o mercado do projeto. Segundo entrevista, moradores relatam que o projeto foi modificado e o mercado público retirado do papel. Como já dito, muitos moradores sobrevivem do comércio ambulante ou de pequenos estabelecimentos na sua própria casa, a construção do mercado significaria uma relativa segurança de meio de vida dessas famílias.

Dessa forma, a esperança da comunidade de permanecer e estabelecer trabalho formal se enfraquece, já que a questão de empregabilidade também é outra pedra no sapato da população, o que pode ser observado em outro trecho do entrevistado 1:

[...] a questão da empregabilidade e renda, a Comunidade do Pilar, segundo o Atlas de Desenvolvimento de 2010, possuía o pior IDH e a segunda colocação na questão de pior empregabilidade e renda; quando você olha pra ilha como um todo, você tem o Porto Digital que gera 5% do PIB de Pernambuco, tem cerca de 9 mil empregos de carteira assinada, como órgãos públicos que tem lá, TRF, TRE, Polícia Federal, Receita Federal e você ter uma comunidade fincada ali no centro do Recife, no coração do Recife, que não tem esses atrativos, que não consegue chegar, por exemplo, eu dirijo 18km pra trabalhar com programação onde tem o maior centro tecnológico do Brasil do lado de casa, onde a maior empresa do Porto Digital é na frente do prédio onde eu moro, que é o CESAR, entendeu? [...] A Accenture, que vai ser a maior empresa dentro do porto digital, eles tem um plano até 2019 de ter 1.800 empregados dentro da ilha, só pra tu ter uma noção, eles estão trazendo toda a atuação deles digital pro Recife Antigo, eles vão ter 1.900 pessoas, cerca de 1.900 pessoas, a recepcionista poderia ter sido uma menina da Comunidade do Pilar, o vigilante.... dentro do plano de requalificação houve uma verba que foi pra isso também, que foi um R\$ 1.800.000 que foi destinada pra uma empresa que ganhou a licitação IES, e não foi feito um trabalho bacana em relação à qualificação (ENTREVISTADO 1, JUN/2018).

Já que o mercado público foi retirado do plano, foi perguntado ao mesmo entrevistado se os moradores da comunidade participavam do comércio de rua da Rua do Bom Jesus, a resposta negativa foi justificada com os valores cobrados pela Prefeitura para ocupar uma das tantas barracas de tenda vermelha que ficam instaladas durante os finais de semana na rua, segundo ele o valor da diária custa R\$ 250,00 e a mensalidade é R\$1.000,00 para funcionar durante os finais de semana. É evidente que os preços cobrados são elevados demais para uma população que se encontra em vulnerabilidade social estabelecer comércio, contando ainda com a possibilidade de não suceder, sem contar com a concorrência que é elevada.

Outros equipamentos que seriam relocados e não foram construídos são a creche e o posto de saúde, uma vez expostas as condições precárias de habitação, o acompanhamento médico é de fundamental importância para essa população, já que há problemas de saneamento na comunidade. As crianças, por não terem onde ficar, tanto nas suas habitações que são muito pequenas, quanto nas ruas, há a probabilidade de contaminação por vírus, bactérias e protozoários; ao caminhar pela comunidade, fica evidente a necessidade de saneamento básico (figura 26). Tais enfermidades como dengue, leptospirose e amebíase, sendo as mais comuns,

atingem todos os níveis da população comunitária, tanto nas crianças, como nos adultos e idosos devido a fatores como água suja, parada, o convívio com ratos, baratas e o esgoto passando na porta das casas. Conforme depoimento da entrevistada 2 “não tem esgoto apropriado pra água descer, se a água desce aqui, chega na outra casa para na frente, aí entra muriçoca, mosquito...” (Entrevista realizada em 21 set. 2015)³⁰. Esses fatores elevam o risco de contrair as doenças e abaixam consideravelmente a qualidade e expectativa de vida já que a promoção da saúde está diretamente vinculada ao saneamento básico.³¹

Figura 26 - Precariedade urbana das ruas e becos da Comunidade do Pilar



Fonte: Autor (2018).

Entre os equipamentos mencionados anteriormente, a escola pública é o que está mais avançado. Segundo informações da Prefeitura do Recife (Figura 27) a obra está localizada na quadra 40, orçada em R\$ 9.291.485,64, a informação diz que além da escola, está sendo construído também o posto de saúde.

³⁰ Depoimento áudio visual disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jwr7FLF-Ud0&t=27s>. Acessado em: 28 abr/2019.

³¹ Para mais informações, acesse <http://www.funasa.gov.br/saneamento-para-promocao-da-saude>. Acessado em: 28 abr/2019.

Figura 27 - Placa informativa de investimentos da obra da escola pública



Foto: Autor (2018).

Cabe destacar uma questão teórica relativa ao solo urbano, para buscar entender mais a fundo por que o espaço onde está a Comunidade do Pilar é estratégico e que por isso que ela é forçada silenciosamente a sair de lá. Como apontado na introdução, com base em Harvey (1980), o solo urbano tem uma localização absoluta, ninguém pode “retirar” um terreno e colocá-lo noutra lugar. Ele também é “indestrutível”, ou seja, a degradação física que destrói os imóveis não destrói as localizações em si. Num bairro que configura uma ilha e que está passando por transformações que levam à crescente atuação de empresas e negócios, é bastante razoável pensar que o espaço ocupado por moradores pobres passe a ser alvo de disputa pelos ditos agentes hegemônicos. Esses, se instalam como verticalidades e impõem a destruição das horizontalidades que lá estão presentes. Dessa forma, o que está em jogo são interesses de agentes muito diferentes e desiguais, por isso que acirram as contradições.

No entanto, em visita a campo, só foi possível constatar a construção da escola, inclusive atrasada, pois todos esses equipamentos deveriam estar prontos até dezembro de 2018, até a conclusão deste trabalho, nenhuma das obras citadas ficou pronta. A quadra esportiva é outro problema, a população reclama que, além dos problemas já conhecidos, há também a falta de lazer. Em depoimento em arquivo audiovisual, o morador 3 relata:

Aqui na comunidade não tem muito que dizer de lazer não, uma praça a gente não tem, um campo a gente não tem, o único campo que a gente tem é ali no Forte do Brum. Aqui a gente tinha uma quadra [...] e o que aconteceu foi que a Prefeitura desocupou lá pra fazer os habitacionais e tá até hoje, quer dizer, tirou o lazer da comunidade né! (MORADOR 3, 2015)

Outro morador, do mesmo arquivo, também relata o seguinte sobre a questão do lazer:

Hoje o lazer daqui está voltado mais quando tem atividade no Marco Zero. [...] nem sempre a gente pode participar das atividades que têm lá, a visão do pessoal que fica no Marco Zero, em relação ao pessoal da nossa comunidade é muito discriminado. Então o pessoal ocupa mais o espaço aqui do Forte do Brum, onde tem o campo e ocupamos essa rua aqui que tá interditada dia de domingo, é o lazer daqui, na verdade essa comunidade não tem lazer (MORADOR 4, 2015).³²

Os dois depoimentos anteriores evidenciam bem o quadro de segregação socioespacial a que está submetida a Comunidade do Pilar, conforme discussão feita no início deste capítulo. Por mais próximos que os moradores do Pilar estejam da parte do Bairro do Recife alvo das intervenções concebidas para a classe média local e os turistas, na prática se sentem distantes dessa área que eles julgam “nobre” do bairro. A negação do direito ao lazer num bairro que sofreu tantas intervenções, desde os fins da década de 1990, justamente para o lazer, é algo muito contraditório. Nesse sentido, fica bem evidente que a (re)produção socioespacial do Bairro do Recife, seja na sua parte “nobre”, seja na sua parte “pobre”, é carregada de contradições.

Para falar um pouco mais sobre lazer no Bairro do Recife, vale frisar que o *Recife Antigo de Coração* (figura 28), política pública municipal de lazer, foi concebida para funcionar nos últimos domingos de cada mês, contando com quatro polos espalhados pelo bairro com diversas atrações que duravam o dia inteiro em funcionamento desde março de 2013. Segundo a Prefeitura do Recife, tal política “é um convite para que recifenses e turistas aproveitem e vivam a cidade. [...] o Bairro do Recife se transforma num grande parque a céu aberto aos domingos, congregando pessoas de todas as idades, gostos e estilos”³³. Porém, em relação ao *Recife Antigo de Coração*, os relatos anteriores mostram o descontento dos moradores com a

³² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wskL6ljiYYM> Acessado em: 28 maio 2019.

³³ Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/recife-antigo-de-coracao-0?op=MTMy>. Acessado em: 28 maio 2019.

iniciativa da Prefeitura e, mais uma vez, a não inclusão dos moradores da Comunidade do Pilar entre os contemplados com ações de geração de renda.

Na entrevista, ao se referir a esse programa de lazer aos domingos, voltados essencialmente para a classe média, o entrevistado 1 comenta que:

[...] aquele negócio de burguês, aquele passeiômetro de burguês não interfere em nada no bairro, quando você não procura uma interação, por exemplo, o quanto de emprego não poderia rolar com aquele projeto Porto Novo pra comunidade? Com a galera que faz a limpeza, mais uma vez eu dizendo a mesma coisa, com a galera que faz a segurança, com a menina da recepção, com barista, que não há, que não existe uma proximidade em relação a isso, o que acontece com o Domingo de Coração que a gente chama de Domingo sem Coração [...] Você vê gente com bicicleta de 40 mil reais, 50 mil reais, uma bicicleta, vei, saca? Tu acha que o pessoal da minha comunidade com as bicicletas que a gente chama de siri, com os sirizinhos dele for dar um rolê lá dentro, o que é que vai acontecer? A gente vai levar baculejo [...] No domingo, você visivelmente vê que tem um policiamento ostensivo bem maior na minha área do que durante qualquer outro dia, entendeu? Existe uma ostensividade muito grande da Polícia Militar em época de evento no Recife Antigo do que em dia normal, então a polícia tá ali pra quê? Pra dar segurança a quem?

As palavras do entrevistado deixam evidente o caráter excludente das ações de lazer do poder público e estas, ao invés de integrar as pessoas no espaço público, são marcadas., segundo suas próprias palavras, pelo policiamento ostensivo que tem alvo a população pobre que teima em dividir o mesmo espaço público frequentado pela classe média. A alusão do entrevistado às bicicletas caras se deve ao fato de que uma das ações da política de lazer da Prefeitura do Recife desde o início da gestão do atual prefeito, Geraldo Júlio, tem sido a criação de ciclofaixas para o lazer nos fins de semana e feriados. Essas ciclofaixas partem em geral de bairros nobres da Zona Norte e da Zona Sul em direção ao Bairro do Recife. Embora em tese todos possam praticar tal forma de lazer, na prática, o que se constata é que a classe média adotou tal hábito nos primeiros anos de implantação da política e o Bairro do Recife, na parte turistificada, se viu tomado por esses frequentadores.

Figura 28 - Atividades relativas à política de lazer denominada Recife Antigo de Coração



Fotos: Autor (2019).

Ou equipamento de fundamental importância, tanto para a comunidade quanto para o Bairro do Recife e sua história, é a igreja de Nossa Senhora do Pilar. Construída entre os anos de 1649 e 1688, a igreja teve sua base construída através da reutilização dos materiais do antigo Forte de São Jorge, construído para enfrentar a invasão lusitana em Pernambuco. Após demonstrar fraca resistência, contando apenas com 37 homens, o forte foi invadido e deteriorado, restando apenas as ruínas – que, inclusive, se encontram na quadra 60 e 55 – em seguida, foi doado:

Quando foi abandonado em ruínas, o governador Aires de Souza Castro doou o Forte de São Jorge ao capitão-mor João do Rego Barros, mediante uma carta de sesmarias datada de 31 de maio de 1679. Contudo, a carta fazia uma ressalva importante: naquele local era para ser fundada uma igreja de Nossa Senhora do Pilar³⁴

Já no século XIX, a igreja foi reformada pelos próprios moradores do entorno, até então conhecidos como os Fora-de-Portas, a data de 1899 que se encontra na

³⁴ VAINSENER, Semira Alder. Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Recife – PE. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=686&Itemid=1. Acessado em: 30 maio 2019.

fachada remete a esse feito. No entanto, já no século XXI, a igreja passou por saques e depredações, entre 2001 e 2008, tal templo estava praticamente em ruínas, até que em 2009 foram iniciadas as obras de restauro com investimento de R\$ 470.000,00 do IPHAN, da Prefeitura do Recife e da Arquidiocese de Olinda e Recife. A obra durou quatro anos, sendo entregue em 11 de janeiro de 2013, os custos totais ficam em torno de R\$ 1,4 milhão.³⁵

Para os moradores da Comunidade do Pilar, a igreja é uma representação simbólica desse lugar. Para a Geografia, o conceito de lugar é fundamental na compreensão da sociedade estudada, visto que “o lugar é visto como *locus* do sujeito que o constrói, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo se relacionando com o mundo e com a coletividade” (RODRIGUES, p.5036). Assim, em depoimento, uma antiga moradora da Comunidade do Pilar fala em relação à Igreja de Nossa Senhora do Pilar com o encaminhamento do plano de requalificação: “A Igreja de Nossa Senhora do Pilar tinha casamento, batizado, procissão, tudo isso existia [...] e hoje em dia nessa comunidade deveria ser tudo organizado, tudo ajustado, mas não, é tudo bagunçado”. O descontentamento da moradora com a atual situação da comunidade reflete diretamente na qualidade de vida, tanto dela quanto do restante da população. Porém, o que chama atenção é a falta de organização da população enquanto comunidade.

Em alguns aglomerados urbanos precários, é comum encontrar alguma tentativa de organização comunitária, como forma de mobilização para lutar por melhorias e combater problemas diversos, como índice de desenvolvimento humano e qualidade de vida muito baixos. As articulações políticas no âmbito da própria comunidade são também uma forma de os moradores buscar ter alguma capacidade de pressão junto às decisões políticas, essa representação facilitaria o diálogo com os representantes políticos. Na Comunidade do Pilar nada disso acontece e por isso que muitos dos problemas mencionados se tornam ainda mais difíceis de solução.

Segundo entrevista realizada com moradores, a Comunidade não possui uma representação, um líder comunitário, o que dificulta a articulação do diálogo dos moradores com a Prefeitura. Possuir essa liderança consolidada facilitaria a “[...]”

³⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/725/igreja-de-nossa-senhora-do-pilar-em-recife-volta-a-receber-fieis>. Acessado em: 30 maio 2019.

capacity of local leaders to engage with the political system, and to reach outcomes that benefit the community as a whole, such as public works and social investments” (KOSTER; VRIES, p.84, 2012)³⁶.

A presença de lideranças políticas nesses locais até se dá, porém de forma muito promíscua, envolvendo interesses político-eleitorais e a manipulação de pessoas simples com falsas promessas. Alguns líderes políticos só aparecem na comunidade na época de campanhas eleitorais, pois encaram tais espaços como concentradores de votos, os quais apenas possuem atenção no período eleitoral e se tornam invisíveis em outras épocas. Além disso, a visibilidade causada junto a esses agentes políticos populistas é completamente deturpada, pois não procura enxergar as reais necessidades da população. Após isso, as comunidades e favelas, invisibilizadas, vivem na esperança que tais promessas sejam cumpridas. Sobre isso, Koster (2012, p. 87) comenta:

Electoral politics, however, is also a spectacular politics, when politicians visit the slum, distribute T-shirts and other paraphernalia, make big promises, and hold rallies and festivities. Electoral politics drives around the promises of jobs, social services, and infrastructure, and making an extra income through campaigning.

Em relação à questão da liderança comunitária, alguns entrevistados expressaram seu ponto de vista:

you find in the Community of the Pillar a thing that is very rare, that is a community close to everything, close to the largest nucleus of information in Brazil, but very depoliticized, very disorganized and very sold, sold in this process of assistencialism (Interviewee 1, jun/2018).

[...] não aceitar qual quer coisa que vem dos políticos, eu sei que é a forma que eles têm de melhorar um pouco a situação deles, porque todo mundo sabe que o político chega aqui, diz que vai fazer várias coisas. Promessas e mais promessas, mas eles soltam dinheiro também, então eles aceitam esse dinheiro e votam neles porque receberam esse dinheiro, mas só é aquela hora e acabou, eu acredito que se eles se juntassem de verdade [...] eu acho que a comunidade já estaria bem melhor, mas infelizmente alguns ainda são compráveis (Entrevistada 5, maio/2019)

³⁶ Tradução livre: “capacidade dos líderes locais de se envolverem com o sistema político e alcançar resultados que beneficiariam a comunidade como um todo, como obras públicas e investimentos sociais.”

Fica evidente na fala dos entrevistados como a Comunidade do Pilar é segregada e uma das faces da segregação socioespacial é a relativa invisibilidade perante os agentes hegemônicos que produzem o espaço urbano. Não há interesse desses agentes de que os ditos “agentes sociais excluídos”, como assim os denomina Roberto Lobato Corrêa, tenham voz, e suas demandas, que são muitas, acabam ficando em segundo plano, atendidas em “banho-maria”, e nisso a maior parte da população da cidade nem os percebe, por isso padecem da invisibilidade.

Durante as entrevistas, houve a oportunidade de questionar o papel social das empresas de tecnologia do Bairro do Recife com alguns moradores. A maioria deles disse não haver nenhum contato direto dessas empresas de TIC com a população, atualmente. Mas, quando foram instaladas, o Porto Digital chegou a desenvolver programas de incentivo aos estudos de tecnologia e robótica, ainda na década de 2000. Porém, os resultados diretos foram pouquíssimos, como é possível identificar no trecho de entrevista a seguir:

[O] “Reformar” foi um projeto que aconteceu de 2003 até 2006 e ele capacitava os jovens da Comunidade do Pilar em tecnologia da informação. Teve 1.100 horas de duração, tempo de um mestrado, e foi um projeto sensacional, apesar de eu achar furos nele. Um furo que eu acho é você colocar um jovem que sabe ler e escrever, que terminou o ensino médio, com um jovem que não sabe ler para formar uma agência de publicidade, uma agência de notícia, o que eles queriam de fato era isso. Eu via muito número, que é outro problema que eu vejo pras coisas da Comunidade do Pilar. O pessoal queria muito número, eu vi esse projeto começar com 120 jovens e acabar com 6, formou muita gente? Formou, formou uns 15, formar de formar mesmo, do cara ir pra universidade [...], mas em relação ao dinheiro gasto, tanto de tempo, quanto de investimento em estruturas, acabou sendo desperdiçado por essa questão de números [...] Existe ações que eles fazem sazonais, que eu não vejo com bons olhos, por exemplo, o curso de robótica, que é uma ilusão, a mesma ilusão que a Prefeitura da Cidade do Recife vende “ahhhhh o curso de robótica”, não é um curso de robótica, é um negócio de lego, que já vem pré programado [...] a Softex agora deu um curso de libras, porra, massa vei, meu pai até fez o curso de libras, mas pra mim não vale de nada, é um curso de uma semana e você não aprendeu praticamente nada. Em uma semana, você não aprende a falar com um surdo em libras, nem se você fizer 10 horas por dia [...], isso é ação de marketing (ENTREVISTADO 1, JUN/2018)

A visão crítica do entrevistado acerca dos programas desenvolvidos para a população da comunidade mostra que tais investimentos foram apenas “tapa buracos” ou gastos de dinheiro. Não há ações contínuas para certas atividades que exigem

uma duração maior e, por outro lado, há cursos de curta duração que têm a carga horária suficiente para alguém desenvolver as habilidades pretendidas. O problema é que essas críticas não são escutadas junto à comunidade, os “pacotes vêm prontos”, como uma mera formalidade a ser cumprida ou um recurso financeiro a ser gasto. Segundo diz o entrevistado, não há sintonia entre as necessidades da comunidade e o que as empresas têm a oferecer. Certamente isso também tenha contribuído para descontinuidade das ações de cooperação das empresas com o poder público e a comunidade.

Desenvolver cursos de base introdutória para que os estudantes possam caminhar com as “próprias pernas” é não ter noção da realidade econômica e social dessa população. Um grupo de estudantes que habitam e vivem na periferia já não possuem uma qualidade de ensino boa, onde a maioria, para não dizer todos, possui uma base de estudos de ensino público estadual. Na ilha em que vivem existe uma escola pública de referência, a Escola do Porto Digital, porém, para fazer parte do corpo discente, os estudantes precisam se submeter a uma prova de avaliação, se aprovados e classificados, poderão se matricular e cursar o ensino médio. O que não faz parte da realidade de nenhuma criança ou adolescente da comunidade.

Isso tudo resulta num processo de inclusão precária ou marginal dessa população em relação aos processos e ações que se dão no próprio Bairro do Recife ou na cidade como um todo. A ideia de inclusão precária (MARTINS, 1997) parece mais condizente do que a de exclusão, pois como ressaltado, há inclusão dessa população ou de parte dela, porém as condições ou a qualidade em que isso se dá são muito precárias.

Para o fomento de ações sociais da comunidade, há também a participação de entidades do chamado terceiro setor. Nesse caso, vale destacar o papel da ONG Plano B, que não tem fins lucrativos. A instituição atua em dois polos, o do Bairro do Recife e em Jaboatão dos Guararapes, desenvolvendo os mesmos tipos de trabalhos voluntários de caráter social, cultural, de assistência social e saúde. Além disso, a instituição possui como missão

[...] atuar na prevenção, defesa e promoção dos direitos das minorias socialmente excluídas, através de ações de desenvolvimento local, propiciando condições mais humanas de desenvolvimento. Nossa maior demanda e concentração de ações atualmente envolve crianças e

adolescentes. [...] temos como finalidade e objetivos, a prestação de serviços, atendimentos e eventos gratuitos na área social, educacional, cultural, atenção básica de saúde, beneficente, esportiva e profissionalizante, a qual quer pessoa sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, credo e religião (PLANO B, 2019)

Em entrevista, a representante da ONG Plano B evidenciou os serviços ofertados para a população da Comunidade do Pila: “artesanato, cabeleireiro, elétrica básica, informática, jiu jitsu, música, reforço escolar e robótica” (Entrevista concedida em 21 de maio de 2019). A entrevistada chama a atenção para o serviço de reforço escolar, desenvolvido após a oficina de leitura, visto que grande parte das crianças possuíam dificuldades com leitura e matemática devido à base fraca recebida nas escolas:

O Imagine ele consiste em incentivo à leitura. Mediante a demanda da comunidade, a gente viu que para poder atingir o nosso objetivo que é a leitura, a gente precisou fazer algumas coisas básicas: ensino básico de português, de leitura, de escrita, de interpretação de texto e até mesmo de umas coisas de matemática, porque isso a gente viu que ajuda eles na escola. A escola que eles têm aqui é a Nossa Senhora do Pilar, é uma escola muito aquém do que eles poderiam ter e a gente tá conseguindo evoluir eles em relação a isso (ENTREVISTADA 5, maio/2019).

Como evidenciado, a ONG se preocupa com a base escolar, desenvolvendo um trabalho com retornos a longo prazo, diferente dos investimentos que as empresas desenvolveram há mais de 10 anos. Com isso, a inserção desse público juvenil em instituições mais qualificadas de ensino poderá proporcionar uma mudança na sua realidade social. A falta de comunicação entre as empresas do bairro e a comunidade, na atualidade, evidencia o agravamento do processo de segregação, nos termos já mencionados.

6 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Ao longo dos seus quase 500 anos, o Bairro do Recife se reinventou, se reestruturou e readaptou aos ao longo do tempo, permeado de acentuação das diferenças e desigualdades socioespaciais e isso também aumentou as contradições. Esta pesquisa teve por objetivo geral a análise da (re)produção diferenciada e contraditória do mencionado bairro e, nesse sentido, evidenciou certa dualidade ou o que se poderia dizer fratura do seu tecido socioespacial urbano. O espaço reproduzido no fragmento “turistificado” destoa por completo da cidade vivida pelos moradores da Comunidade do Pilar.

Só reafirmando um pressuposto teórico da pesquisa, ficou bem evidente a produção no recorte investigado que tal processo contraditório de (re)produção espacial é expressão das contradições mais amplas que se dão no âmbito do modo de produção capitalista, em que a cidade é encarada como mercadoria. Sob essa lógica, parece não haver mesmo espaço para os moradores do Pilar. A concepção hegemônica é de que o Bairro do Recife seria nobre demais para caber pobres. Talvez por isso as obras do Projeto de Requalificação Urbana e Social do Pilar estejam em ritmo de “banho-maria”, enquanto que na outra parte do bairro, mesmo que o Projeto Porto Novo Recife, o principal e mais recente, também não tenha sido concluído, suas obras e alterações no bairro avançaram muito mais.

A partir dos capítulos trabalhados aqui, é possível concluir que não há nada de novo acontecendo no Recife. O Bairro do Recife revela as desigualdades típicas da cidade como um todo e suas transformações são parte de uma estratégia de desenvolvimento urbano pensada na escala metropolitana e por isso não é razoável falar desse bairro sem olhar para a cidade toda.

Constatou-se que, de espaço habitado pela elite em tempos pretéritos, o Bairro do Recife viu a decadência aparecer juntamente com a do porto. A cidade cresceu para outras direções e alguns pobres ficaram nesse fragmento da área central, quase que esquecidos ou relativamente invisibilizados. Porém, nos tempos atuais, com a crescente confluência dos interesses privados na direção dos projetos urbanos de grande porte, em torno da requalificação de velhos espaços da cidade, o Bairro do

Recife se torna alvo de grandes interesses, que passam da Economia Criativa às construtoras e empresas de shopping centers.

Uma das conclusões é que à medida que o bairro recebeu intervenções do poder público, desde os anos 1990 e, com maior força, com a requalificação dos armazéns do porto, no quadro de preparação da cidade para a Copa 2014, aumentaram os interesses privados sobre esse fragmento recifense. Como efeito disso, há a tendência de que seja removida a Comunidade do Pilar daquela área, pois o capital intenciona expandir seus investimentos para aquele setor, cujo terreno ocupado pela comunidade e uma parte do casario poderiam ser apropriados para os novos negócios. Diante disso, é bastante plausível concluir que o atraso do andamento das obras do PRUSCP é intencional por parte da Prefeitura do Recife que, assim agindo, dá o tempo necessário para que os negócios avancem e os pobres saiam, ou melhor sejam removidos.

Outra conclusão plausível é a importância do segmento da Economia Criativa para a (re)produção socioespacial do Bairro do Recife. O Porto Digital e o CESAR se tornaram não apenas agentes importantes para a economia do estado, mas, na escala do bairro, se convertem em agentes imobiliários. Atualmente, um grande número de imóveis do bairro é ocupado por empresas incubadas no Porto Digital e, com a tendência de crescimento desse cluster, cresce também a demanda por mais imóveis e terrenos. Nesse sentido, no Bairro do Recife, as empresas da Economia Criativa acabaram se tornando, indiretamente, importantes agentes imobiliários.

Isso reforça o processo de valorização imobiliária, pois há interessados naquele casario histórico e muitas vezes degradado, o que também reforça a lógica da mercadoria nesse recorte da cidade, com uma tendência de seletividade para os que podem pagar preços cada vez mais altos pelo metro quadrado. Mas há que se ressaltar, ainda, o lado positivo referente à conservação do patrimônio histórico. Como se sabe, este é um enorme desafio para o Estado que não tem condições de recuperar as edificações degradadas e, se a iniciativa privada se instala e o faz, nesse sentido, é algo positivo.

Outra conclusão deste trabalho é que o Estado, seja a Prefeitura ou o Governo Estadual, perde cada vez mais, sua capacidade de fazer prevalecer o interesse público sobre os interesses privados. É claro que no contexto recifense e brasileiro, o

Estado sempre esteve voltado para atender muito mais os interesses empresariais do que as necessidades coletivas, porém, no atual contexto em que predomina o neoliberalismo e com ele o planejamento urbano estratégico, apoiado no city marketing e com claro viés empresarialista, isso está ainda mais forte e explícito na (re) da cidade.

A adesão dos representantes públicos a modelos que obtiveram um sucesso relativo em outras cidades está relacionada a interesses de agentes privados que passam a ver na cidade um espaço para a reprodução do capital. Implantar algo de origem europeia, onde a sociedade possui costumes, aspectos econômicos, sociais e climáticos bem diferentes dos recifenses, é jogar dinheiro fora. A viabilidade de tais projetos é insuscetível. Mas mesmo assim, os projetos saíram do papel e estão em pleno funcionamento, produzindo cada vez mais uma paisagem Mc Donald's, reconhecível em várias partes do mundo.

É também possível concluir que o processo diferenciado e contraditório de (re)produção socioespacial do Bairro do Recife evidencia a importância dada, cada vez mais, por parte da gestão pública, ao segmento de lazer e ao turismo. Mas não se trata de um lazer democrático, concebido para todos os cidadãos. Ainda que no discurso se diga isso, na prática, as ciclofaixas que privilegiam bairros considerados “nobres” e as intervenções pontuais voltadas para o consumo da classe média e os turistas, evidenciam que certos espaços de lazer são pensados essencialmente para ricos. Isso reforça práticas de como coerções de agentes públicos e privados de segurança que não querem que tribos indesejadas frequentem certos pedaços da cidade porque supostamente seriam apenas para quem pode consumir e tem “boa aparência”.

Após as requalificações, o bairro ficou muito atraente no ponto de vista do lazer, visto que é um bairro histórico e exerce uma centralidade urbana, restrito aos turistas e funcionários nos dias semanais e nos finais de semana, em visitantes moradores das redondezas e turistas.

Diante disso, também se conclui a partir deste trabalho que a segregação socioespacial no Bairro do Recife, particularmente envolvendo a Comunidade do Pilar, tende a se agravar ainda mais. A invisibilidade de seus moradores até parecia algo real durante muitos anos, pois pouco ou nada se ouvia falar deles, mas, com as

transformações em curso no bairro e a pressão dos moradores para que o projeto avance e de empresários para que o poder público retarde ou não o viabilize, inevitavelmente, esse conflito, dará maior visibilidade a essa comunidade. Por isso que se optou por falar em invisibilidade relativa, na medida em que eles são vistos, mas muitos fingem que não os percebem. Isso é segregação com toda sua força.

É necessário esclarecer que o descumprimento da função social está relacionado ao não desenvolvimento adequado do plano de requalificação da comunidade, uma vez que esta se apresenta como um único espaço dentro do bairro que não está recebendo a devida atenção por constituir área de interesse econômico e social – polarizado. Portanto, outro fenômeno que é possível aplicar no Bairro do Recife é o do desenvolvimento de um espaço dual, visto que não há um desenvolvimento simultâneo e homogêneo do espaço. De um lado há uma clara promoção do desenvolvimento e do crescimento econômico, como também do capital privado; de outro, há a estagnação social de uma comunidade visivelmente escanteada; o ponto positivo desse crescimento desigual é a facilidade de identificar e denunciar tais fenômenos.

Também foi possível constatar que, apesar de toda essa pressão contra a comunidade, há, de forma pontual e com impacto relativamente pequeno, a atuação do terceiro setor. Esse poderia ser um dos caminhos para trilhar a resistência, pois, como visto, o poder público está longe de defender o interesse público como deveria fazê-lo. Mas, isso também depende muito da capacidade de organização política da própria comunidade e o que se viu é que não há qualquer forma de articulação dela em uma associação ou em outros tipos de coletivos para lutarem em prol do direito à cidade. Constatou-se que tal passividade e desarticulação é algo extremamente benéfico para os segmentos que querem instalar seus negócios na área e, para isso, acaba sendo funcional que os pobres não estejam politicamente organizados.

Por fim, vale frisar que o próprio Porto Digital, que já implantou várias ações de “inclusão social” junto aos moradores da Comunidade do Pilar, tem demonstrado pouco interesse nisso nos últimos tempos. Só para citar um exemplo, é curioso que uma consultoria que nasceu de uma incubadora desse cluster e que ganhou a licitação para elaborar o Plano Estratégico Recife 500 Anos, que envolve um conjunto de ações a serem implantadas até 2037, não tenha de forma explícita nada para esta comunidade. Sequer há trabalhadores no Porto Digital advindos da comunidade. Isso

leva a concluir que, com o avanço dos negócios desse cluster e o próprio crescimento da demanda por mais espaço no bairro, há, da parte do Porto Digital, cada vez menos interesse em criar condições para a consolidação e a redução da precariedade dessa comunidade nesse fragmento tão disputado do Recife.

Como se nota, esta afirmação constitui novo campo de investigação, que esta pesquisa apenas aponta, mas que não teve tempo e condições de analisá-la. Como esta questão, há vários outros aspectos que carecem de aprofundamento para uma compreensão das inúmeras contradições que marcam o Bairro do Recife e sua relação com a cidade como um todo. A simples mudança de legislação não é suficiente para mudar a cidade, mas é preciso, por exemplo, buscar entender como a certos segmentos do capital interessa muito flexibilizar o Plano Diretor e outros instrumentos da política urbana, para que sua atuação seja ainda mais agressiva do ponto de vista da lógica da mercadoria.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5^o ed. Cortez: São Paulo, 2011.

ALVAREZ, Izabel Aparecida Pinto. As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. **Revista Cidades**, v.9, n.16, 2012.

BARBOSA, Adauto Gomes. Planejamento urbano empresarialista em complexos imobiliários, residenciais e de serviços: a Reserva do Paiva em análise. In: **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 785- 802, set/dez 2016.

BATALLER, Maria Alba Sartagal. O estudo da gentrificação. **Revista Continentes**, UFRRJ, ano 1, n.1, 2012.

BRASIL, **Estatuto das Cidades**. Organizado por José Guilherme Soares Filho. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda**. No território do passado, a construção do futuro. s/d

BRASIL. Estatuto das Cidades. Organizado por José Guilherme Soares Filho. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de Carvalho. SOUZA, Angela Gordilho. PEREIRA, Gilberto Corso. Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. In: **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.41, p.281-297, 2004.

CASTRO, Iná Elias de. Espaços Políticos e novos desafios da relação Estado-sociedade no Brasil continuidades e rupturas. In SPÓSITO, Eliseu Savério [et al.] **A diversidade da geografia brasileira** escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro, Consequência editora, 2016.

CHAVES, Suzane Cleia de Santana. FARIAS, Filip Grimily Pereira. O contexto das transformações nas cidades: o caso do Paço Alfandega e reforma do Pilar e o Porto do Recife no século XXI. **Revista Brasileira de Ensino Médio**. V.1, n.1, p.61-74, 2018.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3^a ed. São Paulo: Ática, 1995. .

DE SOUZA, Flávio. CAVALCANTI, Ana Cláudia Rocha. A euforia do capital. Muito além da demanda solvente. **Anais do XV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional**. Recife, 2013.

ETZKOWITZ, Henry. RANGA, Mariana. Triplex Helix System: an analytical framework for innovation policy and practice in the knowledge society. In: **Entrepreneurship and knowledge exchange**. Routledge, 2015. P.117-158.

FERNANDES, Ana Cristina. LACERDA, Norma. Parques tecnológicos: entre inovação e renda imobiliária no contexto da cidade do Recife. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v.17, n.34, pp. 329-354, 2015.

FERREIRA, Alvaro. **A cidade do século XXI**: segregação e banalização do espaço. Consequência, Rio de Janeiro, 2011, 324p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 5ª ed. 1999.

GUTTEMBERG FILHO, Guttemberg Nery Guarabyra. SA, Luiz Carlos Pereira. **Sobradinho**. 1997, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WUi38wsiAdQ> acesso em: 08 abr. 2019.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 12. ed., 2010.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução: Armando C. da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Geografiska Annaler**, 71B, 1989.

KOSTER, Martijin. VRIES, Piter A. de. Slum politics: community leaders, everyday needs and utopian aspirations in Recife, Brazil. **Focaal – Journal of Global and Historical anthropology**, ed. 62, pp.83-98, 2012.

LACERDA, Norma. Intervenções no Bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre sua legitimidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n.3, pp. 621-646, 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual da metodologia da pesquisa em ciências humanas; Tradução: Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: Centauro, 2001.

MARQUES, Juliana; LEITE, Carlos. *Clusters* como novas possibilidades de regeneração urbana e reestruturação produtiva: o caso do Porto Digital, Recife. In: **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Faculdade Mackenzie, São Paulo, v. 15, nº 1, 2015, p. 1-17.

MARTINS, José de Souza. **A exclusão e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MIGUEZ, Paulo. Economia Criativa: uma discussão preliminar. **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, p. 95-113, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

NERY, N. S. CASTILHO, C. J. M. de. Comunidade do Pilar e a revitalização do Bairro do Recife possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação. **Humanae**, v.1, n.2, p. 19-36, 2008.

NEVES, Gustavo Maciel Macário das. Apropriação e territorialização do espaço público no Marco Zero, Bairro do Recife, Recife-PE. 2018. (Monografia). Instituto Federal de Pernambuco: Curso de Licenciatura em Geografia, Recife, 2018.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos. ALVES, Jolinda de Moraes. CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano. **Argumentum**, Votória (ES), v.7, n.1, p. 167-183. 2015.

PORTO, Maria Cecília da Silva. O Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais. **Jornada internacional de políticas públicas**, IV edição, UFMA pós-graduação em políticas públicas, 2009.

PORTO DIGITAL. Relatório de acompanhamento do Plano estratégico do Porto Digital 2006-2009. **Núcleo de Gestão do Porto Digital – NGPD**, 2009. Disponível em: http://portodigital.org/arqSite/1-Plano_Estrategico_Monitoramento_Marco2009_vf.pdf

POULANTZAS, Nico. **Estado, Poder y Socialismo**. Madri: Siglo XXI de España Editores, 1979

RECIFE, Prefeitura de. Plano diretor de 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-recife-pe> acesso em: 02 jun. 2019.

RODRIGUES, Kelly. O conceito de Lugar: a aproximação da geografia com o indivíduo. **XI- Encontro Nacional da ANPEGE**, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SILVA, Vânia Regina Jorge. Padrões de segregação socioespacial na urbe carioca: o exemplo de Campo Grande – RJ. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v.28, n.2, p. 186-200. 2013.

SOUZA, Ângela Maria de Almeida. BITON, Jan. **Recife: transformação na ordem urbana**. Coordenação: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade** uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. 9º ed. Rio de Janeiro; Bertrnd Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ºed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano em dez anos de GASPERR: reflexão individual sobre uma trajetória coletiva. In SPOSITO, Eliseu Savério, (org.) **Produção do espaço e redefinições regionais**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GASPERR, 2005. 208p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In VASCONCELOS, P. A. CORREA, R. L. PINTAUDI, S. M. (orgs.) **A cidade contemporânea segregação espacial.** – São Paulo: Contexto, 2013.

VASCONCELOS, Pedro Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e forma socioespaciais nas cidades. In. VASCONCELOS, Pedro de Almeida [et al] **A cidade contemporânea segregação espacial.** – São Paulo: Contexto, 2013.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Roteiro entrevista: gestores dos empreendimentos

- 1- Gostaria inicialmente que falasse sobre o que é o Centro de Artesanato de Pernambuco, desde quando ele está em funcionamento, quais seus objetivos e como se dá a relação com os artesãos do estado.
- 2- A implantação deste equipamento cultural voltado para o artesanato produzido no próprio estado se baseou em alguma experiência nacional ou internacional? SE sim, quais?
- 3- Quem são os principais visitantes do Centro de Artesanato de Pernambuco e qual a estimativa do número de público visitante por mês? Esse público tem crescimento, reduzido ou se mantido desde a abertura desse equipamento cultural?
- 4- Gostaria que falasse sobre a relação dos equipamentos culturais com a concepção geral do projeto Porto Novo Recife.
- 5- Considerando a realidade vivenciada desde a abertura do Centro de Artesanato de Pernambuco e de outros empreendimentos dessa área dos armazéns do cais do porto, quais os principais desafios a serem enfrentados para assegurar longevidade aos empreendimentos que compõem o projeto Porto Novo Recife?
- 6- Atualmente, quais os principais problemas dessa área que precisam ser diligentemente enfrentados? Quem deve enfrentá-los?
- 7- Há mais alguma parte do projeto de instalação do Centro de Artesanato que ainda não foi implantada? Se sim, qual(is) etapa(s) e qual seria a previsão de implantação?
- 8- De que maneira os empreendimentos instalados nessa área dos antigos armazéns do cais do porto e o Centro de Artesanato de Pernambuco, em particular, promoveram alguma forma de incorporação da população moradora e outros agentes sociais do bairro do Recife?
- 9- Que novas interações e formas de convivências no espaço público esses novos equipamentos (culturais e econômicos) contribuem para a sociabilidade urbana no bairro do Recife?

Apêndice 2 - Roteiro de entrevista: moradores dos apartamentos do Residencial Pilar

- 1- Saberá informar quantas famílias e o total estimado de moradores que vivem atualmente na Comunidade do Pilar?
- 2- Desse total de famílias, quantos foram contemplados com apartamentos do Residencial Pilar e quantos ainda não foram?
- 3- Especificações técnicas de cada unidade habitacional entregue:

Área total do apartamento (m²): _____

Número de quartos: _____

Número de banheiros: _____

Possui varanda? () Sim () Não

Possui área de serviço () Sim () Não

- 4- De forma geral, como avalia o padrão construtivo desses apartamentos, considerando a qualidade do material utilizado na obra, o conforto térmico, o tamanho para uma família de 4 pessoas e a qualidade das instalações hidráulicas e elétricas?
- 5- E em relação aos equipamentos comunitários, como escola, posto de saúde, praça, sabemos que até o presente momento eles não foram construídos. Há previsão de quando serão construídos? Há no projeto outros equipamentos previstos para serem construídos?
- 6- Como tem sido a relação entre os moradores e o poder público no processo de luta por melhorias na Comunidade do Pilar?
- 7- As recentes reformas do Recife Antigo e a realização de ações por parte da Prefeitura durante domingos e feriados têm incorporado os moradores do Pilar? Se sim, de que formas?
- 8- E em relação às empresas do segmento de economia criativa, a exemplo do Porto Digital, que na década de 1990, quando tal processo se iniciou no bairro, havia o objetivo de absorver e gerar benefícios para a população do Pilar. Como andou isso ao longo do tempo e como está hoje?
- 9- Agora gostaria que falasse sobre parcerias e ações que ocorrem na Comunidade envolvendo igrejas e organizações da sociedade civil. Há experiências exitosas nesse sentido? Se sim, quais?
- 10- Sabemos que o Bairro do Recife está cada vez mais se tornando estratégico para os interesses de grandes agentes econômicos. Em que medida isso tem sido positivo ou negativo para a Comunidade do Pilar?

Apêndice 3 - Roteiro de entrevista – moradores da comunidade ainda não atendidos pelo projeto de requalificação

Dados de identificação

Idade:

Gênero: _____

Profissão/ocupação: _____

- 1- Há quanto tempo vive na Comunidade do Pilar? Já viveu em outros lugares fora daqui? Se sim, quais?
- 2- Quais os motivos para viver na Comunidade do Pilar?
- 3- O(a) Sr.(a) poderia descrever como se constitui sua família e a estrutura de sua moradia?
- 4- O(a) Sr.(a) frequenta os espaços do Recife Antigo durante a semana? E aos domingos e feriados? E nas datas específicas, como o carnaval?
- 5- Qual é a relação dos moradores da comunidade com as empresas que atuam aqui no bairro, inclusive as do Porto Digital?
- 6- Como se dá a relação ou a interlocução (comunicação, diálogo) dos moradores da comunidade com a Prefeitura do Recife?
- 7- Em relação à implantação do Habitacional Pilar, de que forma vem sem se dando o diálogo entre a Prefeitura, por meio da URB, e os moradores da Comunidade? Vocês têm sido ouvidos pela Prefeitura? Se sim, de que forma?
- 8- Quanto aos equipamentos comunitários previstos originalmente no projeto para serem construídos, a exemplo de uma escola, um posto de saúde, uma praça, sabemos que até o presente momento eles não foram construídos. O que vocês sabem a esse respeito e como é o diálogo da Prefeitura com a Comunidade sobre tal assunto? Há previsão de quando serão construídos?
- 9- Agora gostaria que falasse sobre ações que ocorrem na Comunidade envolvendo igrejas e organizações da sociedade civil. Há experiências bem-sucedidas nesse sentido? Se sim, quais?
- 10- Em que medida as ações e requalificações desenvolvidas no Bairro do Recife estão sendo positivas e/ou negativas para a Comunidade do Pilar?

Apêndice 4 - roteiro de entrevista - ONG Plano B

- 1- Quais as razões que levaram à criação da organização Plano B aqui no Bairro do Recife? Há quanto tempo ela foi criada? Ela atua também em outras comunidades?
- 2- Como vemos, a ONG Plano B constitui um braço social da igreja Presbiteriana. Quais as implicações disso em termos de aquisição de financiamento de projetos sociais?
- 3- Gostaríamos que você falasse sobre a ONG, desde o seu nascimento até hoje e que tipos de projetos e ações foram desenvolvidos desde então.

- 4- Quais os benefícios diretos a Comunidade do Pilar têm recebido por meio do trabalho da ONG?
- 5- Como sabemos, o Porto Digital é um dos grandes investidores do Bairro do Recife no segmento da chamada economia criativa, inclusive ofertando cursos para diferentes faixas de público. A ONG possui ou já fez alguma parceria nesse sentido com empresas do Porto Digital em benefício da Comunidade do Pilar? Se sim, gostaria que explicitasse tais parcerias em termos de resultados para a comunidade. Em caso negativo, gostaria que falasse sobre as eventuais dificuldades em se estabelecer tal tipo de parceria junto às empresas do Porto Digital. (Será que haveria alguma forma de “resistência” dessas empresas aos moradores do Pilar?)
- 6- A ONG Plano B possui algum diálogo ou parceria com a Prefeitura do Recife? Se sim, gostaria que explicitasse como funciona. Em caso negativo, já houve tentativas por parte da ONG Plano B? Como a Prefeitura enxerga a atuação dessas organizações junto às comunidades carentes?
- 7- Observamos que o projeto de urbanização do Residencial Pilar contempla alguns importantes equipamentos comunitários, a exemplo de escola, posto de saúde, creche, mercado e uma praça, grande parte disso não se materializou ainda. A propósito, a ONG Plano B tem reivindicado junto à Prefeitura para que tais benfeitorias sejam realizadas?
- 8- Na sua opinião, como os moradores da Comunidade do Pilar deveria se mobilizar para pressionar a Prefeitura em relação a essas obras?
- 9- A ONG Plano B, como já dito, é um braço social da Igreja Presbiteriana. Há articulação desta igreja com outras para o encaminhamento de projetos e ações aqui na Comunidade do Pilar? De que forma as igrejas podem cuidar melhor da questão social junto a comunidades pobres como o Pilar?